



RELATÓRIO DE
ATIVIDADES
1º TRIMESTRE 2018



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO CEARÁ



Capa

Série: VI Mostra de Talentos do TCE Ceará

Foto: Stenilson Magalhães da Silva

Projetada para se estender por 800 metros ao longo do mar, a Ponte dos Ingleses teve sua construção iniciada em 1920, com a proposta de servir como porto de embarque e desembarque de pessoas e mercadorias entre a terra e os ancoradouros que não poderiam se aproximar da orla. Sua denominação se deve aos responsáveis pelo projeto da estrutura da ponte, desenhado por engenheiros da empresa inglesa Nastor Griffths, daí o nome de Ponte dos Ingleses.

<http://mapa.cultura.ce.gov.br/espaco/280/>



MISSÃO

Ser guardião dos recursos públicos estaduais, contribuindo para o aprimoramento da governança e da gestão pública em benefício da sociedade.



CONSELHEIROS

Presidente

Edilberto Carlos Pontes Lima

Vice-Presidente

Rholden Botelho de Queiroz

Corregedor

José Valdomiro Távora de Castro Júnior

Conselheiros

Luís Alexandre Albuquerque Figueiredo de Paula Pessoa

Soraia Thomaz Dias Victor

Patrícia Lúcia Saboya Ferreira Gomes

Ernesto Saboia de Figueiredo Júnior

CONSELHEIROS SUBSTITUTOS

Itacir Todero

Paulo César de Souza

Davi Ferreira Gomes Barreto (Ouvidor)

David Santos Matos

Fernando Antônio Costa Lima Uchôa Júnior

Manassés Pedrosa Cavalcante

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE CEARÁ

Procurador-Geral de Contas

José Aécio Vasconcelos Filho

Procuradores de Contas

Gleydson Antônio Pinheiro Alexandre

Eduardo Sousa Lemos

Leilyanne Brandão Feitosa

Júlio César Rôla Saraiva

Cláudia Patrícia Rodrigues Alves Cristino



CORPO DIRETIVO

Secretário Geral

José Teni Cordeiro Júnior

Secretária Adjunta

Raquel Almeida Brasil

Secretário de Controle Externo

Raimir Holanda Filho

Secretário de Administração

José Auriço Oliveira

Secretária de Tecnologia da Informação

Érika Cavalcante Campos

Chefe de Gabinete da Presidência

Mirla Fontenele Dias de Oliveira

Chefe da Procuradoria Jurídica

Paulo Sávio Nogueira Peixoto Maia

Controlador

José Wesmey da Silva

Assessor de Planejamento e Gestão

Glinton José Bezerra de Carvalho Ferreira

Coordenadora de Comunicação Social

Kelly Cristina Caixeta de Castro

Diretora Executiva do Instituto Plácido Castelo – IPC

Maria Hilária de Sá Barreto

Diretor de Ensino, Pesquisa, Extensão e Pós-Graduação do IPC

Francisco Otávio de Miranda Bezerra

Elaboração

Assessoria de Planejamento e Gestão

Consolidação

Mônica Mourão Mota

Bernardo Sanford Lima

Produção Editorial

Assessoria de Comunicação Social

Capa e Diagramação

Lilyanne Leitão

Em cumprimento ao disposto no artigo 76 da Constituição do Estado do Ceará, apresentamos à Assembleia Legislativa e à sociedade cearense o presente relatório de atividades da Corte de Contas do Estado do Ceará no 1º trimestre de 2018.

O TCE possui a competência atual para fiscalizar a administração pública estadual e todos os responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos pertencentes ao Estado do Ceará, bem como as administrações dos 184 municípios cearenses e todos os responsáveis pelos recursos municipais, incluindo gestores de órgãos executivos e legislativos.

Seguimos em busca de definir estratégias com a finalidade de reduzir estoques processuais e tornar mais tempestiva a atuação do Tribunal. Um dos exemplos a merecer destaque é a disponibilização e treinamento do Sistema Ágora aos jurisdicionados estaduais. Trata-se de plataforma eletrônica desenvolvida para o recebimento e a análise automatizada das prestações de contas anuais dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

No trimestre em tela foram julgados 2.413 processos. Entre as decisões exaradas pelo colegiado da Corte, tanto em âmbito estadual quanto municipal, ressalte-se a homologação de medidas cautelares em exames de licitações, a envolver recursos superiores a R\$ 120 milhões, bem como várias determinações apontadas, como as que se deram em questões relativas a licitações na fase de manifestação de interesse, para o resguardo de recursos destinados à educação e nas auditorias realizadas, com expectativa de economia para os cofres públicos, obstrução à acumulação ilegal de cargos e aprimoramento da gestão e do controle de obras.

Além dos julgamentos, o Tribunal realizou diversas auditorias e inspeções no período, nas searas estadual e municipal, devidamente especificadas no relatório que segue. Vale destacar também a publicação e a disponibilização do monitoramento mensal nos sítios eletrônicos e Portais da Transparência dos Poderes Executivo e Legislativo municipais, a fim de verificar o cumprimento do disposto nos art. 48 e 48-A da LRF, bem como em relação ao que determina o Decreto Federal nº 7.185/2010.

Importante realçar a participação do TCE em projeto nacional, coordenado pelo Tribunal de Contas da União, que visa implementar – em nível de União, estados e municípios, mediante ações dos Tribunais de Contas do País – boas práticas de governança recomendadas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em áreas estratégicas como saúde e educação. Em âmbito interno, recebemos a não objeção do Banco Mundial para contratar consultoria individual com o objetivo de estabelecer as diretrizes para o futuro Sistema de Governança Institucional do Tribunal, projeto de assistência técnica inserido no escopo de financiamento do Programa para Resultados (PforR – Ceará).

Insta mencionar também a implementação do “Ofício Zero”, resultado do acordo de cooperação técnica celebrado entre o Tribunal de Contas do Estado do Ceará, Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual, visando desburocratizar a troca de informações, eliminar formalidades e

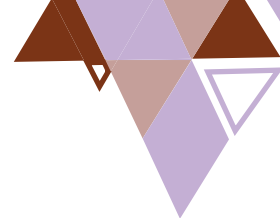
ritos processuais, bem como priorizar o uso do e-mail institucional, o que possibilita maior agilidade nas comunicações entre as entidades.

O Tribunal esteve presente em vários eventos no período em referência, com destaque para o “Fórum Global de Anticorrupção e Integridade”, de iniciativa da OCDE, cujo tema principal retratou a implantação de boas práticas de governança institucional como meio para o combate à corrupção e o desenvolvimento de ambiente de integridade. Outros eventos não menos relevantes foram a “Semana Comemorativa dos 10 anos da Fundação Sintaf” – promovido pela Fundação Sindicato dos Fazendários do Ceará, que abordou as temáticas: “Controladoria e Transparência” e “Sistema Tributário Nacional” –, solenidade de lançamento do “Centro Integrado de Inteligência do Nordeste” para o combate ao crime organizado no Brasil, e a Reunião da Rede Nacional de Indicadores Públicos, coordenada pelo Instituto Rui Barbosa (IRB), que teve como pauta o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM).

Ressalte-se, ainda, a realização da 8ª edição do “Café com Leitura – Contos e Encontros”, parte das atividades de reinauguração da Biblioteca Raimundo Girão. A unidade aberta ao público conta com nova coleção bibliográfica, ampliada após a incorporação do acervo da sede Cambéba. Destaque para a doação recebida da família do historiador e ex-Conselheiro Dr. Raimundo Girão, na pessoa do seu neto, Dr. Eurípedes Chaves Júnior, que inclui obra rara acerca da fiscalização dos gastos públicos, do ano de 1937.

Registre-se, por fim, a entrega do anteprojeto da nova Lei Orgânica do TCE à Assembleia Legislativa, em 26 de março de 2018. O texto foi aprovado por unanimidade pelos membros da Corte e propõe alterações na atual Lei Orgânica do Tribunal (Lei nº 12.509/1995), em adequação às exigências decorrentes da Emenda Constitucional nº 92, de 21 de agosto de 2017.

Edilberto Carlos Pontes Lima
Presidente do TCE Ceará



SUMÁRIO

1 SOBRE O TCE CEARÁ	13
1.1 COMPETÊNCIA E JURISDIÇÃO	14
1.2 IDENTIDADE ORGANIZACIONAL	16
2 CONTROLE EXTERNO	17
2.1 ÓRGÃOS TÉCNICOS DO TRIBUNAL	18
2.2 PRODUTIVIDADE DOS ÓRGÃOS TÉCNICOS	21
2.3 PROCESSOS DE CONTAS.....	24
2.4 REPRESENTAÇÕES AUTUADAS	26
2.5 RECURSOS.....	27
2.6 MEDIDAS CAUTELARES	28
2.7 DENÚNCIAS, REPRESENTAÇÕES EXTERNAS E CONSULTAS	28
2.8 ATOS SUJEITOS A REGISTRO	29
2.9 AUDITORIAS GOVERNAMENTAIS, FINANCEIRAS E OPERACIONAIS.....	31
2.10 PROCESSOS EXAMINADOS PELO PLENO, CÂMARAS E CONSELHEIROS	33
2.11 DESLOCAMENTO PARA REALIZAÇÃO DE INSPEÇÕES E AUDITORIAS	35
2.12 ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO ÂMBITO DOS MUNICÍPIOS	36
2.13 ATENDIMENTO A MANIFESTAÇÕES ENCAMINHADAS PELA OUVIDORIA	37
2.14 SISTEMA DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS – SIM 2018	37
2.15 ANÁLISE DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL.....	37
3 MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ	39
3.1 O MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ	40
3.2 MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS EM NÚMEROS.....	40
4 INSTITUTO PLÁCIDO CASTELO.....	41
4.1 TOTAL GERAL DE CAPACITAÇÕES.....	42
4.2 CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES E MEMBROS (PÚBLICO INTERNO)	42
4.3 CAPACITAÇÃO DE JURISDICIONADOS E SOCIEDADE (PÚBLICO EXTERNO).....	43
4.4 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	45
4.5 PROGRAMA AGENTE DE CONTROLE	45
4.6 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES	46
5 RELACIONAMENTO COM O PÚBLICO EXTERNO.....	49
5.1 SOLICITAÇÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	50
5.2 OUVIDORIA	50
5.3 ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.....	54

6 PLANEJAMENTO E GESTÃO.....	57
6.1 GESTÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO.....	58
6.2 GESTÃO DE PROJETOS	61
6.3 GESTÃO DE PROCESSOS E INFORMAÇÕES	61
6.4 GESTÃO DO ORÇAMENTO	62
7 ADMINISTRAÇÃO.....	65
7.1 PLANEJAMENTO, ESTRUTURA E GESTÃO	67
7.2 MAPEAMENTO E MANUALIZAÇÃO DE PROCESSOS.....	67
7.3 ESTOQUE E PATRIMÔNIO	68
7.4 LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES.....	69
7.5 GESTÃO DE PESSOAS	69
8 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	75
8.1 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS	76
8.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR NATUREZA DE DESPESA	77
8.3 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - SUBFUNÇÃO	81
9 COORDENADORIA INTEGRADA DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE DO TRABALHO	83
10 CONTROLADORIA	85
10.1 ATIVIDADES REALIZADAS	87
11 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	89
11.1 GOVERNANÇA DE TI.....	90
11.2 SISTEMAS.....	90
11.3 INFRAESTRUTURA	95
12 CORREGEDORIA.....	99
12.1 APRESENTAÇÃO.....	100
12.2 PROCESSOS DELIBERADOS	101
13 ANEXOS.....	105
ORGANOGRAMA DO TCE CEARÁ.....	106
MULTAS APLICADAS E DÉBITOS IMPUTADOS EM PROCESSOS DE ÂMBITO ESTADUAL	107
MULTAS APLICADAS E DÉBITOS IMPUTADOS EM PROCESSOS NO ÂMBITO DOS MUNICÍPIOS....	108
TOMADA E PRESTAÇÃO DE CONTAS JULGADAS NO ÂMBITO ESTADUAL.....	113
TOMADA E PRESTAÇÃO DE CONTAS JULGADAS NO ÂMBITO DOS MUNICÍPIOS.....	117

1



SOBRE O TCE CEARÁ



1.1 COMPETÊNCIA E JURISDIÇÃO

Na esfera da Administração Pública Estadual, a Constituição do Estado do Ceará estabelece que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas é exercida pela Assembleia Legislativa, mediante o controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Na esfera das Administrações Municipais, a Constituição Estadual estabelece que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos municípios e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, moralidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, a qual é exercida pelas respectivas Câmaras Municipais, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno dos Poderes Municipais.

A carta constitucional estadual determina que o controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa e a cargo das Câmaras Municipais é exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE Ceará).

A jurisdição do TCE Ceará, privativa em todo o território estadual, abrange, entre outros:

- toda pessoa física ou jurídica, que utilize, arrecade, guarde, gerencie bens e valores públicos estaduais; aqueles que causarem perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao Erário; e os responsáveis pela aplicação de recursos repassados pelo Estado mediante convênio ou instrumento congênere.
- qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, inclusive fundos e instituições civis sem fins lucrativos, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais os Municípios respondam, ou que, em nome destes, assumam obrigações de natureza pecuniária.

Apresentamos nesse capítulo, frente a esse cenário de atribuições, competências e jurisdição, os quantitativos de órgãos, entidades e fundos vinculados, submetidos à jurisdição do TCE Ceará nesse trimestre, conforme os quadros e gráficos abaixo.

Órgãos / entidades jurisdicionados no âmbito Estadual

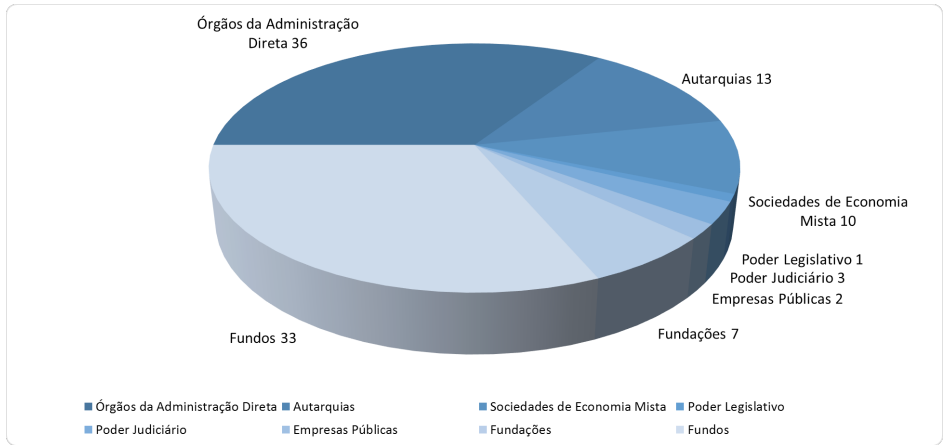
NATUREZA JURÍDICA	QUANTIDADE
Administração Direta	36
Autarquia	13
Sociedade de Economia Mista	10
Poder legislativo	1
Poder judiciário	3
Empresa Pública	2
Fundação	7
Fundo	33
TOTAL	105

Fonte: ASSPLANGES – Conforme o ATO CONJUNTO nº 01/2016 e alterações posteriores.



Ressalte-se que as quantidades referidas acima não incluem órgãos e entidades que foram extintos ou privatizados.

Subdivisão de órgãos e entidades fiscalizadas pelo TCE Ceará no âmbito estadual



Fonte: ASSPLANGES – Conforme o ATO CONJUNTO nº 01/2016 e alterações posteriores.

ÓRGÃOS / ENTIDADES JURISDICIONADOS NO ÂMBITO DOS MUNICÍPIOS

No exercício de 2018, para os 184 municípios do Estado do Ceará, foram cadastradas 2.524 unidades gestoras conforme dados das prestações de contas apresentadas por meio do Sistema de Informações Municipais (SIM).

Fonte: Sistema de Informações Municipais – SIM e Coordenadoria de Planejamento – CPLAN.



1.2 IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

A Identidade Organizacional do Tribunal de Contas do Estado do Ceará foi definida na Oficina do Planejamento Estratégico 2016-2020, conforme apresentada abaixo. Registre-se estar prevista a sua revisão no corrente ano, de forma a adequar-se às novas atribuições constitucionais da Corte de Contas.

IDENTIDADE ORGANIZACIONAL	
• NEGÓCIO	Controle externo dos recursos públicos estaduais
• MISSÃO	Ser guardião dos recursos públicos estaduais, contribuindo para o aprimoramento da governança e da gestão pública em benefício da sociedade
• VISÃO	Ser reconhecido pela sociedade como uma instituição de excelência no controle e aprimoramento da Administração Pública Estadual até 2020
• MENSURAÇÃO DA VISÃO	MMD-TC (QATC – Atricon) Pesquisa institucional junto a sociedade IGG –Índice Geral de Governança Índice de Efetividade da Gestão Estadual (Indicon)
• VALORES	
Tempestividade	Agir com proatividade, efetividade, cooperação intersetorial e celeridade.
Inovação	Estimular o processo criativo para o desenvolvimento de soluções.
Transparência	Promover o amplo acesso às informações e às decisões de forma clara, objetiva e tempestiva.
Humanismo	Valorizar o ser humano, promover um ambiente saudável, respeitar as diferenças e estimular as competências em busca da satisfação pessoal e profissional.
Autonomia	Atuar de forma independente e ética, em cooperação com as demais organizações da sociedade civil.
Norteamento	Ser modelo de excelência e moralidade para as organizações públicas e para a sociedade.
Sustentabilidade	Desenvolver a instituição sem comprometer as gerações futuras.

Fonte: ASSPLANGES



2



CONTROLE EXTERNO



Além do Plenário e das duas Câmaras, que exercem funções de caráter decisório, consultivo e judicante, o Tribunal de Contas do Estado do Ceará dispõe de uma Secretaria Geral, que possui funções de gestão, bem como atribuições de natureza técnico-administrativas em apoio ao Colegiado e à Presidência.

A estrutura e a competência dos serviços auxiliares do Tribunal de Contas do Estado do Ceará foram dispostas na Resolução nº 3.163/2007, de 19.12.07, alterada, posteriormente, pelas Resoluções Administrativas nºs 001/2009, de 17/02/09; 002/2011, de 22/03/2011; 019/2014, de 09/12/2014; e 02/2016, 15/04/2016, bem como, na Portaria nº 348/2017.

Encontra-se consignado de forma sintética, nesse capítulo, em seus diversos itens, o atendimento da Lei Complementar nº 26/2001 do Governo do Estado do Ceará, em especial seu artigo 6º e incisos I a IX.

Como forma de dar maior transparência aos seus atos o TCE Ceará disponibiliza, mediante consulta no site institucional, suas decisões processuais complementando de forma analítica as informações prestadas para o atendimento dos incisos de I a IX do art. 6º da LC 26/2001.

2.1 ÓRGÃOS TÉCNICOS DO TRIBUNAL

A atividade de controle externo está sob a direção da Secretaria de Controle Externo – Secex a quem compete gerenciar a área técnica e executiva de controle externo, prestar apoio técnico e assessoramento às deliberações do Tribunal, visando ao bom desempenho das atividades finalísticas do Órgão.

Para atender aos seus objetivos a estrutura administrativa da SECEX é composta por servidores concursados e está organizada com as seguintes unidades diretamente vinculadas: Secretaria Adjunta de Controle Externo, 3 (três) Diretorias de Controle, 2 (duas) Assessorias e e 1 (uma) Diretoria de Fiscalização.

Por sua vez, as Diretorias de Controle e a Diretoria de Fiscalização possuem gerências e inspetorias vinculadas, de forma a propiciar maior celeridade e eficácia ao acompanhamento e controle dos recursos públicos com foco nas funções de governo; cumprimento dos prazos legais para análise das prestações de contas; redução dos estoques de processos de contas e de atos de pessoal; implementação do controle concomitante; entre outras ações.

Considerando as modificações introduzidas no âmbito do Poder Executivo Estadual pela Lei nº 15.773, bem como as alterações promovidas pelas Res. Adm. 02/2016 e 01/2017; pelo ato conjunto da Presidência do TCE Ceará e Secretaria de Controle Externo, nº 01/2016; e pela Portaria nº 348/2017, têm-se para estes órgãos técnicos o seguinte quadro de jurisdicionados e atribuições, no âmbito estadual, conforme apresentado a seguir:

- **Assessoria de Informações Estratégicas:**

Tem como finalidade elaborar estratégias e ações de produção de conhecimento, exclusivamente por meio da obtenção, sistematização e análise de dados coletados, oriundos de base de dados própria ou custodiadas, visando à tomada de decisões.



A Assessoria de Informações Estratégicas se reportará a Secretaria de Controle Externo, prestando suas informações mediante envio de relatório específico. Tais relatórios não integrarão os autos de processo, uma vez que não são conclusivos e não constituem meio de prova para fins processuais, consistindo em indícios de irregularidades, que deverão ser apurados.

As atividades da Assessoria de Informações Estratégicas, de acordo com a Lei de Acesso à Informação nº 12.527/2011, são classificadas como de sigilo reservado.

As atividades da Assessoria de Informações Estratégicas, de acordo com a Lei de Acesso à Informação nº 12.527/2011, são classificadas como de sigilo reservado.

- **Assessoria de Instrução de Recursos e Consultas:**

A qual compete examinar os recursos interpostos contra decisões do Tribunal, proferidas em processos de sua competência, bem como elaborar informações em consultas formuladas ao Tribunal pelos titulares de órgãos ou entidades sujeitos à sua jurisdição.

- **Diretoria de Controle de Contas:**

A qual compete o controle e a análise das Prestações de Contas Anuais; das Contas de Governo; acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira e das Receitas; e outras atividades correlatas.

O Ato Conjunto - SECEX nº 01/2016, atualizado com a eventual criação e/ou extinção de órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, informa a distribuição das listas de unidades jurisdicionadas pelas Gerências de Contas I e II, ficando assim definido:

Gerência de Contas I – a qual compete a instrução processual das prestações de contas, do exercício 2014 em diante, dos seguintes jurisdicionados¹: SESA, SESPORTE, STDS, SETUR, SPA, SEINFRA, SDE, SMA, SRH, CGE, SEPLAG, PGE, GVG, TJ, DPGE, ESP, ADECE, ZPE, CODECE, CEGAS, COGERH, CIPP, DAE, DER, FUNCEME, SOHIDRA, SEMACE, CASA CIVIL, COHAB, ETICE, EGPCE, FUNTELC, IPECE, ISSEC, ARCE, FAADEP, FUNPECE, FERMOJU, FECOP, FUNSEG, FUNDEJ, FCE, FUNDART, FEAS, FUNDES, FECA, FDI, FIES, FUNAPREV, PREVMILITA e PREVID e FUNPEN.

Gerência de Contas II – a qual compete a instrução processual das prestações de contas, do exercício 2014 em diante, dos seguintes jurisdicionados²: SEDUC, SECITECE, SECULT, SCIDADES, SDA, SEFAZ, SRI, SEJUS, SSPDS, SEPD, GABGOV, MPCE, AL, PMCE, CM, CED, CEE, FUNCAP, NUTEC, FUNECE, UVA, URCA, ADAGRI, CEASA, METROFOR, CAGECE, DETRAN, EMATERCE, IDECI, IDACE, AESP-CE, CGD, CBMCE, PEFOCE, PC, JUCEC, FIT, FDCC, FDID, FDS, FUMECE, FESMP, FPP, FUNSIT, FUNPALD, FEC, FUNDEAGRO, FDM, FDMC, FERPI e FEDAF e Fundo Especial de Custeio das Despesas com Diligências dos Oficiais de Justiça.

Gerência de Estoque de Contas – a qual compete a instrução processual das prestações de contas dos órgãos jurisdicionados dos exercícios anteriores à 2014.

1 Mantém-se no conjunto de jurisdicionados os órgãos e entidades extintas.

2 Idem.



Gerência de Contas de Governo e Acompanhamento da Execução Orçamentaria e Financeira e das Receitas – acompanhar, fiscalizar e aferir a execução orçamentaria e financeira das contas de governo, através da emissão de relatório técnico, que subsidiará a emissão do parecer prévio pelo Tribunal de Contas, contendo a análise detalhada das contas apresentadas pelo governador.

- **Diretoria de Controle de Atos de Pessoal:**

Composta por 03 (três) gerências especializadas:

Gerência de Atos de Aposentadoria e Reforma – à qual compete analisar e instruir os processos de aposentadorias e reformas, bem como suas revisões, visando informar ao plenário ou a câmara respectiva acerca da legalidade dos atos submetidos a registro.

Gerência de Atos de Nomeação e Pensão – à qual compete analisar e instruir os processos de nomeações e pensões, visando informar ao plenário ou à câmara respectiva acerca da legalidade dos atos submetidos a registro.

Gerência de Fiscalização de Pessoal – à qual compete realizar fiscalização ou avaliação, por meio de acompanhamento, levantamento, inspeção e auditoria na área de pessoal das unidades jurisdicionadas, de acordo com o estabelecido no plano semestral de fiscalização.

- **Diretoria de Controle Especializado:**

Composta por 06 (seis) gerências especializadas:

Gerência de Fiscalização de Licitações e Contratos – à qual compete representar ao Tribunal quando tomar conhecimento, ou constatar, irregularidade ou ilegalidade praticada no âmbito da administração pública estadual; realizar inspeções e auditorias; instruir processos de representação, denúncia e outros, relacionados a licitações e contratos celebrados pelo Poder Público Estadual; fiscalizar os procedimentos licitatórios, em todas as suas modalidades e fases, empreendidos pelas unidades jurisdicionadas; os contratos firmados pelas unidades jurisdicionadas; subsidiar a elaboração do parecer técnico das contas de governo e o exame das prestações de contas anuais, com as informações inerentes à área de atuação.

Gerência de Avaliação de Políticas Públicas – à qual compete avaliar as políticas públicas e as atividades governamentais dos órgãos e entidades, pautando, além dos aspectos de legalidade, critérios de economicidade, eficiência, eficácia, efetividade, equidade, sustentabilidade e transparência, com finalidade de promover o aperfeiçoamento da gestão pública.

Gerência de Fiscalização de Convênios – à qual compete realizar atividades de inspeção e auditoria, expressamente autorizadas pelo Tribunal ou por sua presidência, relacionadas a recursos repassados pelo poder público estadual por intermédio de convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres.

Gerência de Fiscalização de Obras de Engenharia e Meio Ambiente – à qual compete realizar levantamentos, inspeções, auditorias, acompanhamentos, monitoramentos e outras matérias relativas a fiscalização de obras públicas e serviços de engenharia, inclusive quanto aos assun-



tos ambientais, realizados pelos órgão e entidades da administração pública estadual, devidamente autorizados.

Gerência de Fiscalização de Operações de Crédito Externo e TI – à qual compete planejar e realizar auditorias financeiras e de aquisições referentes as operações de crédito externo, bem como realizar fiscalização, levantamento, acompanhamento, avaliação, inspeção, auditoria e monitoramento na gestão e no uso de recursos da tecnologia da informação pela administração pública estadual nas áreas de governança, infraestrutura, bases de dados, segurança e sistemas informatizados.

Gerência de Fiscalização de Desestatizações – à qual compete realizar levantamentos, inspeções, auditorias, acompanhamentos, monitoramentos e outras matérias relativas a avaliação e fiscalização de processos de desestatização realizados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, compreendendo as concessões, permissões e autorizações de serviços públicos e as parcerias público-privadas, nos termos do art. 175 da Constituição Federal e das normas legais pertinentes; fiscalizar atos que resultem em concessões, permissões e autorizações de serviços públicos e em parcerias público-privadas, acompanhar editais de licitação, contratos e instrumentos congêneres, mediante consulta ao Diário Oficial do Estado e aos sistemas informatizados, nos termos do art. 46 da Lei nº 12.509/95.

- **Diretoria de Fiscalização**

Responsável pelas atividades de controle externo no que diz respeito às fiscalizações, auditorias e instruções processuais da gestão municipal dos 184 Municípios e suas 2.524 Unidades Gestoras, sendo organizada em Inspetorias.

2.2 PRODUTIVIDADE DOS ÓRGÃOS TÉCNICOS

O TCE Ceará, ao acompanhar as ações relacionadas à Administração Pública Estadual e dos Municípios do Estado do Ceará, tem empreendido significativos esforços no sentido de coibir a ocorrência de irregularidades, bem como atuado de modo a identificar e responsabilizar os agentes que tenham perpetrado práticas ilícitas contra o Erário. Nesse diapasão, as ações do controle externo ao longo deste trimestre foram direcionadas para o fortalecimento das ações fiscalizadoras, assim como para a ampliação do número de processos instruídos, apreciados e julgados.

Os quadros a seguir apresentam a produtividade, com o número das instruções realizadas pelos órgãos técnicos desta Corte de Contas:

INSTRUÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO ESTADUAL

Total de Instruções de processos realizadas	2.541
Média Mensal	847

Fonte: SECEX – Sistema de Acompanhamento de Processos – SAP



INSTRUÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DOS MUNICÍPIOS

Total de Instruções de processos realizadas	2.183
Média Mensal	727

Fonte: SECEX - Sistema de Acompanhamento de Processos, Sistema de Gerenciamento de Processos e Banco de Dados do Processo Eletrônico.

* Obs.: Os quantitativos de instruções processuais estão sujeitas a alterações decorrentes de trâmites escriturais, juntada e/ou desentranhamento de processos.

Observa-se que o Tribunal, no tocante aos processos decorrentes de fiscalizações e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial (Processos de Controle Externo) tem apresentado uma melhoria contínua na qualidade dos trabalhos de auditoria apresentados, quer sejam as realizadas pelas Gerências de Contas de Gestão I e II; e Gerência de Estoque de Contas no âmbito estadual, quer as realizadas pela Diretoria de Fiscalização, no âmbito dos municípios.

Estes resultados foram proporcionados pela sistematização e planejamento das ações desenvolvidas no âmbito dos órgãos técnicos, com a elaboração de planos anuais de auditorias e adoção de manuais de instrução de processos de contas anuais, enfatizando-se critérios de materialidade e buscando subsídios nos pareceres dos órgãos de controle interno, no sentido de otimizar a análise pelo TCE Ceará.

É importante ressaltar que este Tribunal vem atuando no sentido de aprimorar o desempenho de seus órgãos técnicos, quer com a utilização de técnicas de auditoria, quer com a realização de auditorias governamentais específicas, que passam a examinar as despesas públicas não apenas sob a ótica da legalidade, mas também passam a considerar os aspectos da economicidade, eficiência, eficácia e efetividade. Com escopo previamente estabelecido e de grande significância, conforme se verá adiante, como também auditorias operacionais.

Para planejar e acompanhar essas ações são elaborados pela Secretaria de Controle Externo e aprovados pela Presidência o Plano Anual de Auditoria das Prestações de Contas e o Plano de Ação para ser executado ao longo do exercício financeiro. Referidos planos contemplam as tomadas e prestações de contas, o exame e reexame das diversas espécies processuais no âmbito do controle externo e as auditorias especiais a serem desenvolvidas no exercício. Para seleção das auditorias são utilizados como critérios a materialidade, a relevância, o risco e a oportunidade.

As fiscalizações e auditorias realizadas no âmbito municipal fazem parte do rol de atividades de controle externo. O intuito é que sejam realizadas 54 inspeções ordinárias em 2018, além de outras fiscalizações, no caso, extraordinárias, que podem ser realizadas no decorrer do ano.

A Secretaria de Controle Externo, através da análise de um conjunto de critérios pré-definidos, classificou os 184 municípios do Estado em cinco níveis de risco: extremo, alto, médio, baixo e mínimo. Todos aqueles enquadrados no primeiro grupo serão visitados e os demais serão selecionados por meio de sorteio.

As auditorias envolverão a análise de orçamento, contabilidade, finanças e patrimônio, verificando, por exemplo, a comprovação da prestação de serviços, execução de obras públicas, despesas com pessoal e procedimentos de licitação.



A ação pode gerar a abertura de processos, diante de indícios de irregularidades, bem como subsidiar a análise de prestações de contas municipais, com a coleta de documentos e informações.

Em observância ao artigo 6º da Lei Complementar 26/2001, as tabelas a seguir apresentam os diversos processos por espécies, instruídos nesse trimestre pelos órgãos técnicos da Secretaria de Controle Externo.

PROCESSOS INSTRUÍDOS POR ESPÉCIES NO ÂMBITO ESTADUAL

ESPÉCIE	TOTAL INSTRUÍDO
ANÁLISE AGRUPADA	39
APOSENTADORIA	562
AUDITORIA	6
CÁLCULO COTA ICMS	1
COMUNICAÇÃO	4
CONSULTA	7
DENÚNCIA	6
INSPEÇÃO	8
NOMEAÇÃO	1.246
OUTROS	9
PENSÃO	377
PRESTAÇÃO DE CONTAS	46
RECURSO	3
REFORMA	8
RELAT. GESTÃO FISCAL – RGF	5
RELATÓRIO RESUMIDO – RREO	2
REPRESENTAÇÃO	17
REPRESENTAÇÃO DO TCE CEARÁ	25
REPRESENTAÇÃO MINISTÉRIO PÚBLICO	6
REVERSÃO DE PENSÃO	6
REVISÃO DE PENSÃO	9
REVISÃO DE PROVENTOS	42
SOLICITAÇÃO ASS. LEGISLATIVA	1
SOLICITAÇÃO AUDITORIA	2
SOLICITAÇÃO MINISTÉRIO PÚBLICO	2
TOMADA DE CONTAS ESPECIAL	100
TRANSF. DE PENSÃO	2
TOTAL	2.541

Fonte: Sistema de Acompanhamento de Processos – SAP

Obs.: Os quantitativos de instruções processuais estão sujeitos a alterações posteriores decorrentes de trâmites escriturais, juntada e/ou desentranhamento de processos.



PROCESSOS INSTRUÍDOS POR ESPÉCIES NO ÂMBITO DOS MUNICÍPIOS

ESPÉCIE	TOTAL INSTRUÍDO
ATOS DE ADMISSÃO (ADM)	59
ATOS DE APOSENTADORIA (APO)	759
ATOS DE PENSÃO (PEN)	163
COMUNICAÇÃO NÃO PROCESSUAL	13
DENÚNCIA	1
PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GESTÃO (PCS)	808
PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO (PCG)	62
REPRESENTAÇÃO	2
REPRESENTAÇÃO DO TCE	2
REPRESENTAÇÃO MIN.PUB.ESPECIAL	1
REQUERIMENTO	15
SOLICITAÇÃO	129
SOLICITAÇÃO DE CERTIDÃO	31
TOMADA DE CONTAS DE GESTÃO (TCS)	14
TOMADA DE CONTAS ESPECIAL (TCE)	124
TOTAL	2.183

Fonte: SECEX - Sistema de Acompanhamento de Processos, Sistema de Gerenciamento de Processos e Banco de Dados do Processo Eletrônico.

Obs.: Os quantitativos de instruções processuais estão sujeitos a alterações decorrentes de trâmites escriturais, juntada e/ou desentranhamento de processos.

Cabe ressaltar que uma parcela da remuneração dos servidores do TCE Ceará (gratificação de desempenho de controle externo) encontra-se atrelada ao alcance de resultados setoriais. Essa prática tem contribuído para melhorar os resultados da atuação do controle, assim como para a articulação e a interação de prioridades, iniciativas e unidades do Tribunal. Em todas as etapas, são fundamentais a participação ativa e o compromisso de todo o corpo técnico com as metas traçadas pela Secretaria de Controle Externo.

2.3 PROCESSOS DE CONTAS

Conforme o artigo 71, inciso II e artigo 78, inciso II, ambos da Constituição Estadual, compete ao Tribunal de Contas julgar:

- as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Estadual e as contas daqueles que deram causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo à Fazenda Estadual;
- as contas dos administradores, das Mesas das Câmaras Municipais e demais



responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao Erário;

Os Processos de Contas dos gestores públicos podem ocorrer, em âmbito estadual, sob a forma de Prestação de Contas Anual (PCA) ou Tomada de Contas Especial (TCE). E sob a forma de Prestação de Contas de Gestão (PCS), Prestação de Contas de Governo (PCG), Tomada de Contas de Gestão (TCS) e Tomada de Contas Especial (TCE), no âmbito dos municípios.

O quadro abaixo apresenta as Instruções Técnicas realizadas nas espécies processuais elencadas acima.

PCA E TCE, NO ÂMBITO ESTADUAL:

ESPÉCIE	QUANTIDADE
Prestação de Contas Anual	46
Tomada de Contas Especial	100
TOTAL	146

Fonte: Sistema de Acompanhamento de Processos – SAP

PCG, PCS, TCE E TCS, NO ÂMBITO DOS MUNICÍPIOS:

ESPÉCIE	QUANTIDADE
Prestação de Contas de Governo	62
Prestação de Contas de Gestão	808
Tomada de Contas Especial	124
Tomada de Contas de Gestão	14
TOTAL	1.008

Fonte: SECEX – Sistema de Gerenciamento de Processos e Banco de Dados do Processo Eletrônico.

As Tomadas de Contas Especiais aplicadas à Administração Estadual e Municipal são instauradas em caso de omissão no dever de prestar contas, da não comprovação da aplicação dos recursos repassados pelo Estado, ou municípios, da ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos, ou ainda, da prática de qualquer ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resulte dano ao Erário, visando à apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano.

Os quadros a seguir apresentam os processos de Tomada de Contas Especial (TCE) e Tomada de Contas de Gestão (TCS) protocolados e instruídos pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará nesse trimestre.



NO ÂMBITO ESTADUAL

TCE	QUANTIDADE
Protocoladas	28
Instruídas	100

Fonte: Sistema de Acompanhamento de Processos – SAP

NO ÂMBITO DOS MUNICÍPIOS

TCE e TCS	QUANTIDADE
Protocoladas	23
Instruídas	138

Fonte: SECEX – Sistema de Gerenciamento de Processos e Banco de Dados do Processo Eletrônico.

Quanto às decisões definitivas, pelas quais o Tribunal julga as contas regulares, regulares com ressalva ou irregulares, lavradas em processos de contas pelo Plenário/Câmaras, o quadro abaixo demonstra o número de processos de contas, nesse trimestre.

Decisões definitivas em processos de contas no âmbito estadual

ESPÉCIE	QUANTIDADE
Prestação de Contas Anual	20
Tomada de Contas Especial	2

Fonte: SECEX – Base de Dados do SAP – Relatce.mdb

Decisões em processos de contas no âmbito dos municípios

ESPÉCIE	QUANTIDADE
Prestação de Contas de Governo	14
Prestação de Contas de Gestão	258
Tomada de Contas Especial	15
Tomada de Contas de Gestão	3

Fonte: SECEX – Sistema de Gerenciamento de Processos e Banco de Dados do Processo Eletrônico.

2.4 REPRESENTAÇÕES AUTUADAS

Compete ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará, por iniciativa própria, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Administração Pública Estadual e dos Municípios, quanto à legalidade, legitimidade e economicidade, acrescida da moralidade no âmbito municipal, dos atos de gestão e das despesas deles decorrentes, bem como sobre a aplicação de subvenções, a teor dos artigos 1º das Leis Orgânicas do TCE Ceará e extinto TCM, conforme mandamento



insculpido nas Constituições Federal e Estadual.

Aos órgãos técnicos compete, ao realizar auditorias e inspeções no âmbito de sua área de atuação, oferecer Representação ao Tribunal quando tomar conhecimento de irregularidade ou ilegalidade praticada no âmbito da Administração Pública Estadual e Municipal.

Por sua vez, nos termos do inciso VII, art. 5º da Lei Estadual nº 13.720/2005, compete ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará “representar, motivadamente, pela realização de inspeções, auditorias, tomadas de contas e demais providências em matéria de competência do Tribunal de Contas do Estado”.

Na esteira dos citados comandos legais, reputa-se como relevante os processos referentes às representações de iniciativa dos órgãos técnicos e do MPC, por caracterizarem o esforço destes órgãos instrutivos em promover o acompanhamento concomitante das atividades desenvolvidas no âmbito da Administração Pública Estadual, trazendo mais efetividade às ações deste Tribunal.

O quadro a seguir demonstra o número de representações do TCE Ceará e representações do MP, autuadas nesse trimestre.

ESPÉCIE	QUANTIDADE NO ÂMBITO ESTADUAL	QUANTIDADE NO ÂMBITO DOS MUNICÍPIOS
Representação do TCE	6	0
Representação do MP junto ao TCE	2	6
TOTAL	8	6

Fonte: SECEX – Sistema de Acompanhamento de Processos – SAP, Sistema de Gerenciamento de Processos e Banco de Dados do Processo Eletrônico.

2.5 RECURSOS

É garantida a interposição de recursos contra as decisões lavradas pelo Tribunal, possibilitando a revisão, no todo ou em parte, favorecendo o saneamento das falhas porventura existentes no processo, em consonância com os princípios fundamentais estabelecidos pela Constituição Federal.

Das decisões proferidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará cabem recursos de reconsideração, embargos de declaração e revisão, conforme o quadro abaixo.



RECURSOS JULGADOS

DECISÕES CONCLUSIVAS	ÂMBITO ESTADUAL	ÂMBITO DOS MUNICÍPIOS
Providos	1	24
Parcialmente Providos	1	40
Não Providos	7	41
Não Conhecido	0	35
Total de Recursos Julgados	9	140

Fonte: SECEX – Sistema de Acompanhamento de Processos – SAP – Relatce.mdb; Secretaria Geral.

2.6 MEDIDAS CAUTELARES

A atuação prévia do TCE Ceará, por meio da adoção de medidas cautelares, para evitar grave lesão ao Erário ou direito alheio, encontra guarida no seu Regimento Interno e na legislação vigente. A atuação, cada vez mais preventiva, impede que os indícios de irregularidades se concretizem em prejuízos efetivos. O quadro abaixo apresenta o número de medidas cautelares acatadas pelo Pleno nesse trimestre, explicitando a referência a Contas do Estado e Municípios.

MEDIDAS CAUTELARES ACATADAS PELO PLENO	QUANTIDADE
Processos de âmbito estadual	00
Processos no âmbito dos municípios	04

Fonte: SECEX – Sistema de Acompanhamento de Processos – SAP

2.7 DENÚNCIAS, REPRESENTAÇÕES EXTERNAS E CONSULTAS

Denúncias, representações e consultas são instrumentos por meio dos quais cidadãos e gestores públicos podem acionar diretamente a atuação do TCE Ceará.

Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas do Estado do Ceará. A denúncia deverá referir-se ao administrador ou responsável sujeito à jurisdição do Tribunal e será apurada em caráter sigiloso, até que se comprove a sua procedência, e somente poderá ser arquivada após efetuadas as diligências pertinentes, mediante despacho fundamentado do responsável.

As representações externas são provenientes de outros órgãos da Administração Pública de qualquer das esferas de Governo, cujos dirigentes comunicam ao TCE Ceará irregularidades apuradas quando do exercício de suas atribuições e que dizem respeito à jurisdição do Tribunal. Internamente, são diferenciadas das representações provenientes dos órgãos técnicos do próprio TCE Ceará, que são resultantes da iniciativa própria de seus analistas.

Tanto os processos de denúncia quanto os de representação são importantes instrumentos de fiscalização para o Tribunal, pois canalizam os esforços empreendidos em atos de gestão que já possuem indícios de irregularidades.

Ao TCE Ceará compete decidir sobre consulta que lhe seja formulada por autoridade competen-



te, a respeito de dúvida suscitada na aplicação de dispositivos legais e regulamentares concernentes a matéria de sua competência, na forma estabelecida no Regimento Interno. A resposta tem caráter normativo e constitui prejulgamento de tese, mas não do fato ou caso concreto.

O quadro a seguir demonstra a produtividade durante o trimestre para cada uma dessas espécies processuais de âmbito estadual, estabelecendo um paralelo com o quantitativo de processos autuados no trimestre. Atende-se, de forma sintética, o estabelecido pelo inciso VII do art. 6º da LC nº 26/2001.

NO ÂMBITO ESTADUAL

ESPÉCIE PROCESSUAL	INSTRUÍDO NO TRIMESTRE	AUTUADO NO TRIMESTRE
Consulta	7	9
Denúncia	6	2
Representação	17	7
TOTAL	30	18

Fonte: Sistema de Acompanhamento de Processos – SAP

NO ÂMBITO DOS MUNICÍPIOS

ESPÉCIE PROCESSUAL	INSTRUÍDO	AUTUADO
Denúncia	1	37
Representação	2	30
TOTAL	3	67

Fonte: SECEX – Sistema de Acompanhamento de Processos – SAP, Sistema de Gerenciamento de Processos e Banco de Dados do Processo Eletrônico.

2.8 ATOS SUJEITOS A REGISTRO

Compete ao Tribunal de Contas, nos termos do inciso III, dos artigos 71 e 78 da Constituição Estadual, apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a legalidade das concessões de aposentadorias, reformas e pensões.

Nesse item atende-se, de forma sintética, o estabelecido pelo inciso VI do art. 6º da LC nº 26/2001.

Os quadros a seguir apresentam dados de autuação e instrução desses Atos, assim como sua representatividade no total de Processos instruídos no mesmo período:



ÂMBITO ESTADUAL

ATOS SUJEITOS A REGISTRO INSTRUÍDOS (A)	TOTAL DE PROCESSOS INSTRUÍDOS NO TCE CEARÁ (B)	PERCENTUAL (A)/(B)%
2.252	2.541	88,63%

Fonte: Sistema de Acompanhamento de Processos – SAP

ATOS SUJEITOS A REGISTRO, INSTRUÍDOS E AUTUADOS NO ÂMBITO ESTADUAL

ESPÉCIE PROCESSUAL	INSTRUÍDO NO TRIMESTRE (A)	AUTUADO NO TRIMESTRE (B)	% (A) / (B)
Aposentadoria	562	362	155,2%
Nomeação	1.246	32	3.893,8%
Pensão	377	214	176,2%
Reforma	8	72	11,1%
Reversão de Pensão	6	13	46,2%
Revisão de Pensão	9	10	90%
Revisão de Proventos	42	20	210,0%
Transferência de Pensão	2	0	--%
TOTAL	2.252	723	311,5%

Fonte: SECEX – Sistema de Acompanhamento de Processos – SAP

ÂMBITO DOS MUNICÍPIOS

Atos sujeitos a registro instruídos (A)	Total de processos instruídos no TCE Ceará (B)	Percentual (A)/(B)%
981	2.183	44,9%

Fonte: SECEX – Sistema de Acompanhamento de Processos – SAP

ATOS SUJEITOS A REGISTRO, INSTRUÍDOS E AUTUADOS NO ÂMBITO DOS MUNICÍPIOS

ESPÉCIE PROCESSUAL	INSTRUÍDO NO TRIMESTRE (A)	AUTUADO NO TRIMESTRE (B)	% (A) / (B)
Aposentadoria	759	443	171,3%
Nomeação	59	3	1.966,7%
Pensão	163	77	211,7%
TOTAL	981	523	187,6%

Fonte: SECEX – Sistema de Acompanhamento de Processos – SAP



Quanto à apreciação pelo Plenário/Câmaras, o quadro a seguir apresenta o quantitativo de atos de pessoal apreciados no âmbito estadual, destacando-se o total de atos registrados; total de atos para os quais fora negado o registro; e, ainda, outras decisões, como por exemplo, diligências e revisões, conforme demonstrado abaixo.

SITUAÇÃO	NOMEAÇÕES	APOSENTADORIAS	PENSÕES	REFORMAS	TOTAIS
Registrado	740	462	239	5	1.446
Registrado com Ressalva	0	28	10	0	38
Negado Registro	2	5	0	0	7
Outras Decisões	5	3	0	3	11
TOTAL	747	498	249	8	1.502

Fonte: SECEX – Sistema de Acompanhamento de Processos – SAP

2.9 AUDITORIAS GOVERNAMENTAIS, FINANCEIRAS E OPERACIONAIS

A área técnica do TCE Ceará tem realizado auditorias mais abrangentes, não ficando restrita a observar aspectos relacionados à legalidade das despesas, mas a dar ênfase à avaliação da gestão dos recursos públicos sob a ótica da economicidade, eficiência, eficácia e efetividade.

O Plano de Ação apresentado para o trimestre contempla temas de grande significância para fiscalizações especiais a serem realizadas, levando-se em conta a compatibilidade com as demais atividades desenvolvidas pelos órgãos técnicos do TCE Ceará, bem como a disponibilidade de recursos humanos e materiais necessários.

Busca-se, assim, o acompanhamento tempestivo das ações governamentais desenvolvidas, com a realização de auditorias baseadas em critérios de materialidade, relevância, risco e oportunidade.

Nesse item atende-se, de forma sintética, o estabelecido pelo inciso V do art. 6º da LC nº 26/2001.

O quadro seguinte apresenta o número de auditorias de âmbito estadual de conformidade, financeiras e operacionais iniciadas e/ou concluídas, realizadas no trimestre:

AUDITORIAS NO ÂMBITO ESTADUAL

AUDITORIAS DE CONFORMIDADE	AUDITORIAS FINANCEIRAS	TOTAL
4	1	5

Fonte: Plano de Ação SECEX

Apresenta-se, abaixo, o resumo das ações de auditoria iniciadas e/ou concluídas, por tipo e áreas:



I - AUDITORIAS DE CONFORMIDADE

ÁREA: OBRAS DE ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE

PROCESSO	05620/2017-0
REPERCUSSÃO	SECRETARIA DAS CIDADES DO CEARÁ
RESPONSÁVEL	GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS DE ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE
OBJETIVO	Auditoria de conformidade, no âmbito da Secretaria das Cidades, visando avaliar os sistemas adotados para controle e gerenciamento de obras públicas.
FASES	Elaboração de relatório de auditoria

ÁREA: OBRAS DE ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE

PROCESSO	06677/2015-9
REPERCUSSÃO	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO CEARÁ
RESPONSÁVEL	GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS DE ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE
OBJETIVO	Auditoria de conformidade nos contratos celebrados pela Secretaria da Educação (SE-DUC) com a interveniência do Departamento de Arquitetura e Engenharia (DAE) para construção de quadras esportivas cobertas em estruturas metálicas.
FASES	Análise de esclarecimentos e do cumprimento de determinações

ÁREA: PESSOAL

PROCESSO	05437/2017-9
REPERCUSSÃO	MUNICÍPIOS
RESPONSÁVEL	GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
OBJETIVO	Auditoria de conformidade com o objetivo de verificar a legalidade quanto à acumulação de cargos, empregos e funções públicas no âmbito de todos os municípios cearenses sujeitos à jurisdição do tribunal de contas do Estado do Ceará.
FASES	Execução

ÁREA: PESSOAL

PROCESSO	06190/2017-6
REPERCUSSÃO	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
RESPONSÁVEL	GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
OBJETIVO	Auditoria de Conformidade relacionada à acumulação ilegal de cargos, empregos e funções públicas no âmbito da Secretaria da Educação do Estado do Ceará
FASES	Execução



II – AUDITORIAS FINANCEIRAS

ÁREA: RECURSOS EXTERNOS

PROCESSO	03235/2018-5
REPERCUSSÃO	SECRETARIA DAS CIDADES - SCIDADES
RESPONSÁVEL	GERÊNCIA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E T.I.
OBJETIVO	Auditoria das Demonstrações Financeiras do Programa de Desenvolvimento Urbano de Polos Regionais do Ceará – CIDADES II.
FASES	Planejamento e Relatório

Fonte: Plano de Ação SECEX

- **Auditorias no âmbito dos municípios**

No período de referência as atividades de fiscalização *in loco* com a realização de auditorias de conformidade totalizaram 6 inspeções ordinárias.

Município	Data Inicial	Data Final	Exercício Fiscalizado	Órgão / Unidade Fiscalizada	Processo
Barbalha	12/03/2018	16/03/2018	2018	Prefeitura Municipal/ Câmara Municipal - Inspeção Ordinária	Em elaboração
Itapipoca	12/03/2018	16/03/2018	2018	Prefeitura Municipal/ Câmara Municipal - Inspeção Ordinária	Em elaboração
Jijoca de Jericoacoara	12/03/2018	16/03/2018	2018	Prefeitura Municipal/ Câmara Municipal - Inspeção Ordinária	Em elaboração
Limoeiro do Norte	12/03/2018	16/03/2018	2018	Prefeitura Municipal/ Câmara Municipal - Inspeção Ordinária	Em elaboração
Quixeramobim	20/03/2018	23/03/2018	2018	Prefeitura Municipal/ Câmara Municipal - Inspeção Ordinária	Em elaboração
Alto Santo	20/03/2018	23/03/2018	2018	Prefeitura Municipal/ Câmara Municipal - Inspeção Ordinária	Em elaboração

Fonte: Assessoria da DIRFI - dados do Sistema de Gerenciamento de Processos e Banco de Dados do Processo Eletrônico.

2.10 PROCESSOS EXAMINADOS PELO PLENO, CÂMARAS E CONSELHEIROS

Nos termos do Regimento Interno deste Tribunal, as decisões nos processos materializam-se por meio de Resoluções e Acórdãos, quando julgados pelo Pleno/Câmaras, ou ainda, mediante despachos singulares da lavra do Conselheiro Relator, quando se tratar de diligências saneadoras ou complementares necessárias à apreciação do mérito pelo Plenário.

- **Processos examinados:**

O quadro a seguir demonstra o desdobramento do quantitativo dos processos julgados ou apreciados pelo Pleno e Câmaras em Acórdãos e Resoluções lavrados, como também dos despachos singulares exarados, no âmbito estadual, durante o trimestre. Apresenta, de forma sintética, o estabelecido pelos incisos I a IV do art. 6º da LC nº 26/2001.



- **No âmbito estadual**

NATUREZA	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	TOTAL
Resoluções	311	614	458	1.383
Acórdãos	17	27	28	72
TOTAL DE JULGAMENTOS	328	641	486	1.455
TOTAL DE PROCESSOS JULGADOS	357	731	569	1.657

Fonte: SECEX – Sistema de Acompanhamento de Processos – SAP

Obs.: O quantitativo total de processos julgados é maior do que o total de julgamentos, devido à implementação da Instrução Normativa Nº 02/2015, a qual permitiu a instrução e a apreciação de forma agrupada de Atos Sujeitos a Registro.

Além dos Acórdãos e Resoluções, foram proferidos o quantitativo abaixo de decisões interlocutórias:

NATUREZA	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
Despachos singulares	181	233	316	730

Fonte: SECEX – Sistema de Acompanhamento de Processos – SAP

O somatório dos quantitativos do total de julgamentos e de despachos singulares consta abaixo:

	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
TOTAL DE DECISÕES	509	874	802	2.185

Fonte: SECEX – Sistema de Acompanhamento de Processos – SAP

- **No âmbito dos municípios**

NATUREZA	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	TOTAL
Resoluções	5	3	8	16
Acórdãos	128	259	353	740
TOTAL DE PROCESSOS JULGADOS	133	262	361	756

Fonte: SECEX – Sistema de Gerenciamento de Processos e Banco de Dados do Processo Eletrônico.



2.11 DESLOCAMENTO PARA REALIZAÇÃO DE INSPEÇÕES E AUDITORIAS

Nesse trimestre, os servidores desta Corte de Contas deslocaram-se a diversas localidades do estado para a realização de inspeções e auditorias, conforme detalhamento a seguir. Atende-se, de forma sintética, o estabelecido pelo inciso V do art. 6º da LC nº 26/2001.

- **Inspeções e auditorias no âmbito estadual**

OBJETIVO	LOCALIDADE	PERÍODO	PARTICIPANTES
Port. Nº 114/2018 - realizar visita ao Parque Estadual Botânico do Ceará, Estação Ecológica do Pecém e Parque Estadual das Carnaúbas, com o objetivo de verificar o grau de implementação das recomendações (2º monitoramento) da Auditoria Operacional que avaliou a Criação e Gestão de Unidade de Conservação de Proteção Integral, conforme Processo nº 04508/2017-1-TC	Caucaia, São Gonçalo do Amarante e Granja	05 a 09/03/2018	José Ricardo Moreira Dias e Francisco das Chagas Evangelista
Port. Nº 121/2018 – realizar inspeção, in loco, nas obras de implantação da Central de Tratamento de Resíduos - CTR, objeto do contrato nº 18/CIDADES/2017, da Avenida Perimetral - trecho II, objeto do contrato nº 50/CIDADES/2016, e da EEFM Profissional São José, objeto do contrato nº 535/SEDUC/2014	Sobral	05 a 08/03/2018	Antônio Alves Ferreira Júnior; José Oscar Feitosa Andrade e Ricardo Salmito Rodrigues
Port. Nº 139/2018 – realizar inspeção, in loco, nas obras de Sistema de Abastecimento de Água (SAA) e Módulos Sanitários Domiciliares (MSD) em comunidades no meio rural do Estado do Ceará, no âmbito do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável (Projeto São José III), financiado com recursos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD (Banco Mundial), a fim de verificar a regularidade construtiva das obras daquele Município, conforme Processos nos 00002/2017-4-TC e 00003/2017-6-TC	Mombaça, Capistrano, Itapipoca, Russas, Limoeiro do Norte e Ibicutinga	12 a 17/03/2018	José Oscar Feitosa Andrade e Ricardo Salmito Rodrigues
Port. Nº 198/2018 – realizar inspeção, in loco, de auditoria para análise de prestação de contas anual da Universidade Regional do Cariri – URCA, Processo nº 02478/2018-4-TC	Crato	20 a 23/03/2018	Mara Leite Barbosa Citó e Silvânia Castro de Carvalho

Fonte: Portal da Transparência – DOE TCE Ceará

O detalhamento dessas informações podem ser obtidas no Portal da Transparência, através do menu Pessoal – Diárias. *link*: <http://www.tce.ce.gov.br/portal>



- **Inspecões e auditorias no âmbito dos municípios.**

OBJETIVO	LOCALIDADE	PERÍODO	PARTICIPANTES
Port. Nº 151/2018 – realizar fiscalização ordinária na Prefeitura e Câmara de Barbalha – Plano de Fiscalização 2018	Barbalha	12 a 16/03/2018	Francisco Ferreira da Silva Júnior, Márcia Eloísa de Freitas Ribeiro e Paulo Roberto Feitosa Gonçalves
Port. Nº 152/2018 – realizar fiscalização ordinária na Prefeitura e Câmara de Itapipoca – Plano de Fiscalização 2018	Itapipoca	12 a 16/03/2018	Ana Patrícia Pierre Lima, Dayse Freitas de Almeida e Francisco Augusto da Silva Maia
Port. Nº 190/2018 – realizar fiscalização ordinária na Prefeitura e Câmara de Quixeramobim – Plano de Fiscalização 2018	Quixeramobim	20 a 23/03/2018	Ivete Leitão Dias, Francisco Gennison Sales Lins e Marcus Vinícius Albuquerque de Matos
Port. Nº 192/2018 – realizar fiscalização ordinária na Prefeitura e Câmara de Jijoca de Jericoacoara – Plano de Fiscalização 2018	Jijoca de Jericoacoara	20 a 23/03/2018	Gilberto Bruno Andrade de Oliveira, Roberto César Barbosa da Silva e Rachel Bessa Salmito Freire
Port. Nº 187/2018 – realizar fiscalização ordinária na Prefeitura e Câmara de Limoeiro do Norte – Plano de Fiscalização 2018	Limoeiro do Norte	20 a 23/03/2018	Anna Karinne de Oliveira Franklin Chaves, Margarida Cláudia Alves e Nils de Sousa Cabral
Port. Nº 188/2018 – realizar fiscalização ordinária na Prefeitura e Câmara de Alto Santo – Plano de Fiscalização 2018	Alto Santo	20 a 23/03/2018	Carlos Alberto Nóbrega, Gerardo Araújo Filho e Sanzio Rocha Torres

Fonte: Portal da Transparência – DOE TCE Ceará

O detalhamento dessas informações pode ser obtido no Portal da Transparência, através do menu Pessoal – Diárias. link: <http://www.tce.ce.gov.br/portal>

2.12 ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA NO ÂMBITO DOS MUNICÍPIOS

O Tribunal de Contas do Estado, através da Coordenadoria de Assistência Técnica aos Municípios – COTEM, presta atendimento na forma de assistência técnica aos jurisdicionados no âmbito dos municípios respondendo a consultas formuladas por autoridades competentes a respeito de dúvidas



suscitadas na aplicação de dispositivos legais e regulamentares, concernentes a matéria municipal e de competência desta Corte de Contas.

As consultas dirigidas a este Órgão de Controle Externo, formalizadas por escrito e protocoladas, constituem-se em Processos Normativos Consultivos. Referidos processos são distribuídos para um Conselheiro Relator que os encaminha à área técnica (COTEM) para emissão de Informação Técnica.

Além deste tipo de Processo, a COTEM atende a demandas formuladas por telefone, chat, e-mail, atendimento pessoal e outras vias de acesso, conforme se especifica no quadro a seguir:

- **Atendimento a Consultas e orientações municipais**

Proc. Norm. Consultivo	Por telefone	Pessoal	Por chat	Por e-mail	Outros serviços	Total
6	272	56	156	201	2	693

FONTE: COTEM/TCM

2.13 ATENDIMENTO A MANIFESTAÇÕES ENCAMINHADAS PELA OUVIDORIA

A Secex, alinhada à diretriz deste Tribunal de Contas em estimular a participação da sociedade no controle da boa aplicação dos recursos públicos, colaborou com a Ouvidoria do órgão na análise e respostas às demandas relativas à fiscalização, bem como é beneficiada com as informações recebidas nas diversas manifestações. Assim, no primeiro trimestre de 2018 atendeu a 165 manifestações.

2.14 SISTEMA DE INFORMAÇÕES MUNICIPAIS – SIM 2018

A Versão 2018 do Sistema de Informações Municipais (SIM) foi disponibilizada para recepção das prestações de contas mensais das administrações públicas municipais por meio da internet. Esse Sistema permite o armazenamento dos dados cadastrados e possui registros de toda a execução orçamentária, financeira e patrimonial dos municípios cearenses, possibilitando análise informatizada dos dados relativos às contas municipais, bem como a transparência da gestão.

As regras para prestação de contas das Prefeituras e Câmaras pelo Sistema de Informações Municipais (SIM) são especificadas por meio do Manual do SIM. A versão 2018, que foi construída em 2017, foi a décima oitava lançada desde a implementação do projeto.

2.15 ANÁLISE DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO FISCAL

O Tribunal de Contas do Estado do Ceará divulga mensalmente o resultado da avaliação realizada nos Portais da Transparência das Prefeituras e Câmaras municipais, em atendimento à Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), especificamente no que se refere à Transparência da Gestão Fiscal (Lei Complementar n.º 131/2009). O exame mensal realizado pela Secretaria de Controle Externo baseia-se na verificação do cumprimento de três indicadores: Tempo Real



(TR), Gestão Fiscal (GF) e Padrão Mínimo de Qualidade (PMQ).

A Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009, conhecida como Lei da Transparência, trouxe inovações à Lei de Responsabilidade Fiscal, dispondo que esta transparência deva ser assegurada, também, mediante liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público, e adoção de sistema integrado de administração financeira e controle que atenda a padrão mínimo de qualidade, tudo conforme regula o Decreto Federal nº 7185/2010 e o art. 48-A da LRF.

O descumprimento da legislação impede, até que a situação seja regularizada, que o ente da Federação receba transferências voluntárias e contrate operações de crédito, exceto as destinadas ao refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária.

Após cada avaliação mensal, Ofício com a relação das prefeituras em situação irregular é encaminhado pelo Presidente do TCE Ceará ao Governador do Estado e cópias são enviadas à Controladoria-Geral do Estado e à Secretaria da Fazenda, para conhecimento.

Apresenta-se a seguir um resumo do monitoramento no primeiro trimestre do ano, ressaltando-se que cada avaliação pode ser acessada no endereço eletrônico: http://municipios.tce.ce.gov.br/tce-municipios/?page_id=189

Mês de Referência	Prefeituras		Câmaras	
	Regulares	Irregulares	Regulares	Irregulares
Janeiro	122	62	117	67
Fevereiro	95	89	127	57
Março	165	19	137	47

Fonte: Portal da Transparência – DOE TCE Ceará

Conforme dados da área técnica responsável, o requisito Tempo Real foi o item com maior incidência de descumprimento no período.



3

MINISTÉRIO PÚBLICO
JUNTO AO TCE CEARÁ



3.1 O MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ

O Ministério Público de Contas, órgão de estatura constitucional¹, tem como principal missão a defesa da ordem jurídica perante o Tribunal de Contas do Estado.

No exercício de suas atribuições, podem os membros do Ministério Público manifestar-se, oralmente ou por escrito, em todos os processos da competência do Tribunal, sendo obrigatória a oportunidade de manifestação nos processos de representação, denúncia, prestação e tomada de contas.

Os Procuradores de Contas podem ainda interpor recursos contra as decisões proferidas pelo TCE/CE e, ainda, representar, motivadamente, pela realização de inspeções, auditorias, tomadas de contas e demais providências em matéria de competência do Tribunal de Contas do Estado.

São princípios institucionais do Ministério Público de Contas a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional, sendo aplicáveis aos seus membros os direitos, as vedações e a forma de investidura estabelecidas para os membros do Ministério Público do Estado.

No período de de janeiro/2018 a março/2018, integraram o Ministério Público de Contas os seguintes Procuradores: Gleydson Antônio Pinheiro Alexandre, Eduardo de Sousa Lemos, José Aécio Vasconcelos Filho, Leilyanne Brandão Feitosa, Júlio César Rôla Saraiva e Cláudia Patrícia Rodrigues Alves Cristino.

3.2 MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS EM NÚMEROS

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará, durante o primeiro trimestre de 2018, desenvolveu as seguintes atividades²:

- Pareceres escritos: 2.316
- Pareceres orais: 217
- Despachos: 36
- Recursos Interpostos: 1
- Representações ajuizadas: 21
- Outras atividades: 102

1 Art. 130 da Constituição Federal; art. 73 da Constituição do Estado do Ceará.

2 Dados retirados dos sistemas de informações: SAP-TCE, PE-TCM e SGP-MPC/TCE



4



INSTITUTO PLÁCIDO CASTELO



Instituído em 1995, pela Lei Orgânica do TCE Ceará, o Instituto Escola Superior de Contas e Gestão Pública Ministro Plácido Castelo (IPC) tem por finalidade promover o aperfeiçoamento profissional, operacional e tecnológico dos servidores públicos do Estado do Ceará.

Dentre as atividades desempenhadas no cumprimento de sua missão institucional durante este trimestre, o IPC ofertou e viabilizou 29 ações educacionais atingindo o total de 2.468 oportunidades nas metodologias de ensino presencial e a distância, para servidores e membros do TCE-CE, bem como para servidores de seus jurisdicionados e a sociedade em geral.

4.1 TOTAL GERAL DE CAPACITAÇÕES

O total geral de capacitações e ações educacionais atingiu os seguintes quantitativos:

TOTAL GERAL DE CAPACITAÇÕES (REALIZADAS PELO IPC E POR OUTRAS INSTITUIÇÕES)

Nº de Cursos/Eventos	Nº de Oportunidades	Nº de Horas
24	1.868	265
Presenciais: 21	Presenciais: 969	Presenciais: 217
EAD: 3	EAD: 899	EAD: 48
Fonte: IPC		

4.2 CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES E MEMBROS (PÚBLICO INTERNO)

O Programa de Capacitação de Servidores e Membros do TCE contempla tanto a oferta de cursos e eventos educacionais realizados pelo IPC, quanto a viabilização da participação de servidores e membros em capacitações realizadas por outras instituições.

SERVIDORES/MEMBROS DO TCE (REALIZADAS PELO IPC E POR OUTRAS INSTITUIÇÕES)

Nº de Cursos/Eventos	Nº de Oportunidades	Nº de Horas
20	166	233
Presenciais: 17	Presenciais: 125	Presenciais: 185
EAD: 3	EAD: 41	EAD: 48
Fonte: IPC		

Durante o período de referência, do total de capacitações, elencamos as ofertas para este público, na modalidade presencial, realizadas pelo próprio IPC:



CURSO	PERÍODO DA REALIZAÇÃO	OPORTUNIDADES	CARGA HORÁRIA
TREINAMENTO SISTEMA SAP	15/01/2018	121	113
TREINAMENTO SISTEMA ÁGORA - TURMA 1	02/02/2018		
TREINAMENTO SISTEMA ÁGORA - TURMA 2	05/02/2018		
TREINAMENTO SISTEMA ÁGORA - TURMA 3	06/02/2018		
TREINAMENTO SISTEMA DE REGISTRO DE PESSOAL (SRPV2) - 4ª TURMA	06/02/2018 a 07/02/2018		
TREINAMENTO SISTEMA ÁGORA - TURMA 4	07/02/2018		
TREINAMENTO SISTEMA ÁGORA - TURMA 5	08/02/2018		
TREINAMENTO SISTEMA ÁGORA - TURMA 6	15/02/2018		
TREINAMENTO SISTEMA ÁGORA - TURMA 7	16/02/2018		
III SEMINÁRIO DE FORMAÇÃO DE TUTORES PARA O AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM DO IPC/TCE/CE	16/02/2018		
PALESTRA CAFÉ COM LEITURA: CONTOS & ENCONTROS	23/02/2018		
CURSO EXCEL INTERMEDIÁRIO APLICADO AO CONTROLE EXTERNO - TURMA I	05/03/2018		
PROJETO BIBLIOTERAPIA, O PODER DA LEITURA	12/03/2018		
TREINAMENTO SISTEMA ÁGORA - TURMA 8	14/03/2018		
TREINAMENTO SISTEMA ÁGORA - TURMA 9	15/03/2018		

Fonte: IPC

No tocante à participação de servidores do TCE, em cursos de pós-graduação de outras instituições, os seguintes quantitativos foram verificados no período de referência:

AUXÍLIO FINANCEIRO PARA CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO, MESTRADO E DOUTORADO

Tipo de curso	Participações
Especializações	9
Mestrados	24
Doutorado	2

Fonte: IPC

4.3 CAPACITAÇÃO DE JURISDICIONADOS E SOCIEDADE (PÚBLICO EXTERNO)

O Programa de Capacitação de Servidores dos Jurisdicionados do TCE contempla a oferta de cursos e eventos educacionais promovidos pelo IPC a servidores públicos pertencentes à Administra-



ção Pública Estadual. Além dos jurisdicionados, algumas vagas também são ofertadas de forma complementar para a sociedade.

**JURISDICIONADOS (*)/SOCIEDADE
(REALIZADAS PELO IPC E POR OUTRAS INSTITUIÇÕES)**

Nº de Cursos/Eventos	Nº de Oportunidades	Nº de Horas
20	1.700	167
Presenciais: 17	Presenciais: 843	Presenciais: 119
EAD: 3	EAD: 857	EAD: 48

(*) Contempla jurisdicionados da administração pública estadual e municipal

Durante o período de referência, do total de capacitações, elencamos as ofertas para este público, na modalidade presencial, realizadas pelo próprio IPC:

CURSO/EVENTO	PERÍODO DA REALIZAÇÃO	OPORTUNIDADES	CARGA HORÁRIA
TREINAMENTO SISTEMA SAP	15/01/2018		
TREINAMENTO SISTEMA ÁGORA - TURMA 1	02/02/2018		
TREINAMENTO SISTEMA ÁGORA - TURMA 2	05/02/2018		
TREINAMENTO SISTEMA ÁGORA - TURMA 3	06/02/2018		
TREINAMENTO SISTEMA ÁGORA - TURMA 4	07/02/2018		
TREINAMENTO SISTEMA ÁGORA - TURMA 5	08/02/2018		
TREINAMENTO SISTEMA ÁGORA - TURMA 6	15/02/2018		
TREINAMENTO SISTEMA ÁGORA - TURMA 7	16/02/2018		
III SEMINÁRIO DE FORMAÇÃO DE TUTORES PARA O AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM DO IPC/TCE/CE	16/02/2018		
CAPACITAÇÃO QUALIFICAÇÃO DE GESTORES ESCOLARES NA APLICAÇÃO DE RECURSO PÚBLICO - TCE/UC JUAZEIRO	20/02/2018	843	119
CAPACITAÇÃO LICITAÇÕES SOB O ENFOQUE DOS TRIBUNAIS DE CONTAS - TCE/UC JUAZEIRO	20/02/2018		
CAPACITAÇÃO QUALIFICAÇÃO DE GESTORES ESCOLARES NA APLICAÇÃO DE RECURSO PÚBLICO - TCE/UC IGUAU	22/02/2018		
CAPACITAÇÃO LICITAÇÕES SOB O ENFOQUE DOS TRIBUNAIS DE CONTAS - TCE/UC IGUAU	22/02/2018		
PALESTRA CAFÉ COM LEITURA: CONTOS & ENCONTROS	23/02/2018		
PROJETO BIBLIOTERAPIA, O PODER DA LEITURA	12/03/2018		
TREINAMENTO SISTEMA ÁGORA - TURMA 8	14/03/2018		
TREINAMENTO SISTEMA ÁGORA - TURMA 9	15/03/2018		

Fonte: IPC



4.4 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

O IPC vem dinamizando a oferta de cursos à distância, dentro do seu Programa “e-Ducando”, utilizando sua plataforma de ensino virtual. Os cursos são ofertados tanto para servidores e membros do TCE, quanto para participantes externos.

No período de referência, foram ofertados os seguintes cursos a distância (realizados pelo próprio IPC):

CURSO/EVENTO	PERÍODO DA REALIZAÇÃO	OPORTUNIDADES	CARGA HORÁRIA
CURSO GESTÃO DE RISCOS E CONTROLE INTERNO	29/01/2018 a 26/02/2018	899	48
CURSO LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS - PRINCIPAIS ASPECTOS	26/02/2018 a 12/03/2018		
CURSO GESTÃO PATRIMONIAL	26/02/2018 a 20/03/2018		

Fonte: IPC

4.5 PROGRAMA AGENTE DE CONTROLE

Dando continuidade às atividades do Programa Agente de Controle, o IPC realizou, durante o período de referência, visitas a escolas públicas, conforme quadro abaixo:

Nº	Escola	Data	Alunos Contemplados
01	E.E.E.P. Raimundo Saraiva Coelho	20/02/2018	250
02	Colégio da Polícia Militar Cel. Hervano Macêdo Júnior	20/02/2018	100
		20/02/2018	100
03	E.E.M. Francisco Holanda Montenegro	22/02/2018	75
		22/02/2018	75

Fonte: IPC

Total de Escolas	Total de Eventos	Total de Participantes
03	05	600

Fonte: IPC



4.6 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- No período de referência, podemos destacar as seguintes atividades:
- Realização de capacitações dentro do programa TCEduc em Juazeiro e Iguatu (20 e 22/02/2018)
- Realização da 1ª Edição do Projeto “Biblioterapia, o poder da leitura” em comemoração do Dia do Bibliotecário em 12/03/2018
- Organização dos treinamentos sobre o Sistema Ágora (fevereiro e março)
- Lançamento do edital para seleção para o curso de especialização em nível de pós-graduação lato sensu “Fronteiras do conhecimento em auditoria governamental: desafios para o século XXI”, promovido e certificado pelo IPC (março/2018)
- Realização do VIII CAFÉ COM LEITURA: CONTOS & ENCONTROS e reinauguração da Biblioteca Raimundo Girão (23/02/2018)

Fonte: IPC

ERRATA

Correção Nº 1:

No Relatório Anual do TCE de 2017, na página 55, na linha “TOTAL DESDE O INÍCIO DO PROGRAMA (EM 2009)” e nas colunas “Nº DE ESCOLAS VISITADAS”, “Nº DE ESTUDANTES” e “Nº DE PALESTRAS”, onde se lê:

Nº de Escolas Visitadas	Nº de Estudantes	Nº de Palestras
44	31.242	296

... deve-se ler:

Nº de Escolas Visitadas	Nº de Estudantes	Nº de Palestras
199	31.422	298

Correção Nº 2:

No Relatório Anual do TCE de 2017, na página 55, na linha “TOTAL DESDE O INÍCIO DO PROGRAMA (EM 2012)” e na coluna “Nº DE EVENTOS”, onde se lê:

Curso de Arquitetura e Urbanismo

... deve-se ler:

Conselho Estadual de Arquitetura e Urbanismo

Correção Nº 3:

No Relatório Anual do TCE de 2017, na página 55, na linha “TOTAL DESDE O INÍCIO DO PROGRAMA (EM 2016)” e na coluna “Nº DE EVENTOS”, onde se lê:

1 (Colégio Ari de Sá 3º ano)

... deve-se ler:

2 (Colégio Ari de Sá 3º ano e E.M.M. Gov. Adauto Bezerra)

Correção Nº 4:

No Relatório Anual do TCE de 2017, na página 55, na linha “TOTAL DESDE O INÍCIO DO PROGRAMA (EM 2016)” e na coluna “Nº DE ESTUDANTES”, onde se lê:

150

... deve-se ler:

180



5

RELACIONAMENTO COM O PÚBLICO EXTERNO



5.1 SOLICITAÇÕES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

A Constituição Estadual, no que se refere ao intercâmbio entre o TCE Ceará e a Assembleia Legislativa para o exercício do controle externo, assim dispõe:

Art. 76. Compete ao Tribunal de Contas:

.....
IV – realizar, de ofício, ou por iniciativa da Assembleia Legislativa, de suas comissões técnicas ou de inquérito, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, e demais entidades referidas no inciso II;
.....

VII – prestar as informações solicitadas pela Assembleia Legislativa, ou por qualquer das suas comissões, sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas;

A melhoria do relacionamento com a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará é uma das iniciativas estratégicas que permeiam as ações de controle do TCE Ceará, com previsão, inclusive, no Planejamento Estratégico aprovado para os períodos 2005/2009 e 2010/2015.

A cooperação entre o TCE Ceará e a Assembleia Legislativa ocorre de diversas formas, destacando-se o atendimento a solicitações de realização de auditorias ou de informações e a emissão de parecer sobre as contas do Governo do Estado.

É importante enfatizar que as informações solicitadas pela Assembleia Legislativa devem necessariamente referir-se, nos termos do texto constitucional acima transcrito, aos resultados das auditorias/inspeções realizadas pelas unidades técnicas de Controle Externo. O quadro abaixo informa o número de solicitações da Assembleia Legislativa protocoladas, bem como as instruídas nesse período.

SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	QUANTIDADE
PROTOCOLADAS	0
INSTRUÍDAS	1

Fonte: SECEX - Sistema de Acompanhamento de Processos – SAP

5.2 OUVIDORIA

A Ouvidoria é o elo entre o cidadão e a administração pública. Por meio da Ouvidoria, o cidadão poderá manifestar sua aprovação, insatisfação ou reivindicação em relação aos serviços prestados pelos órgãos públicos. É na Ouvidoria que o cidadão encaminha suas críticas, elogios, reclamações, sugestões, pedidos de informações e comunicados de irregularidades contra gestores e órgãos que fizeram uso inadequado dos recursos públicos.

A criação da Ouvidoria na Corte de Contas do Ceará atende ao disposto no art. 1º do Regimento Interno e no art. 3º da Resolução Administrativa nº 07/2014. Compete à Ouvidoria realizar



a triagem das manifestações e encaminhá-las às unidades competentes para averiguação e eventuais providências.

5.2.1 CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

A Carta de Serviços ao Cidadão é um documento elaborado pela Ouvidoria e direcionado especialmente à sociedade fiscalizadora. Consiste basicamente de uma listagem que elenca todos os serviços que o Tribunal de Contas do Estado do Ceará disponibiliza para o cidadão. O Tribunal de Contas tem como objetivo fortalecer a instituição como Instrumento de Cidadania, disponibilizando informações claras e precisas para estimular o controle social e consequente aperfeiçoamento do controle externo. Assim, é assegurada a transparência pública.

Esse documento é público e serve como guia e orientação às organizações do governo na adoção de práticas de excelência. Mediante a Carta de Serviços, são informados ao cidadão os canais e formas de acesso, prazos, horários de atendimento, compromissos assumidos e padrão de atendimento sobre as atividades desenvolvidas nesta Corte de Contas, de modo a aperfeiçoar o seu padrão de desempenho e satisfação do cidadão no atendimento à prestação desses serviços. Certidões, consultas, orçamento, entrega e protocolo de documentos são outros dos demais temas que o agente fiscalizador vai encontrar. É pela Carta de Serviços que o cidadão se aproxima ainda mais do Tribunal e dele faz uso. O acesso a Carta de Serviços é feito no seguinte endereço eletrônico: <http://www.tce.ce.gov.br/downloads/Ouvidoria/carta-de-servicos.pdf>.



5.2.2 CANAIS DE ACESSO À OUVIDORIA

Qualquer cidadão pode se manifestar junto à Ouvidoria pelos canais de comunicação disponíveis:

a) por Telefone

A central de atendimento do TCE Ceará funciona no horário de segunda a sexta-feira, das 8 às 18 horas. Os números dos telefones são (85)3212-2222 e 0800-079-6666.

b) pela Internet

O Sistema de Informação ao Cidadão pode ser utilizado para registrar as manifestações. O acesso ao sistema é feito mediante cadastramento do usuário no seguinte endereço eletrônico: <http://www.tce.ce.gov.br/contate-a-ouvidoria>.

c) por e-mail

ouvidoria@tce.ce.gov.br



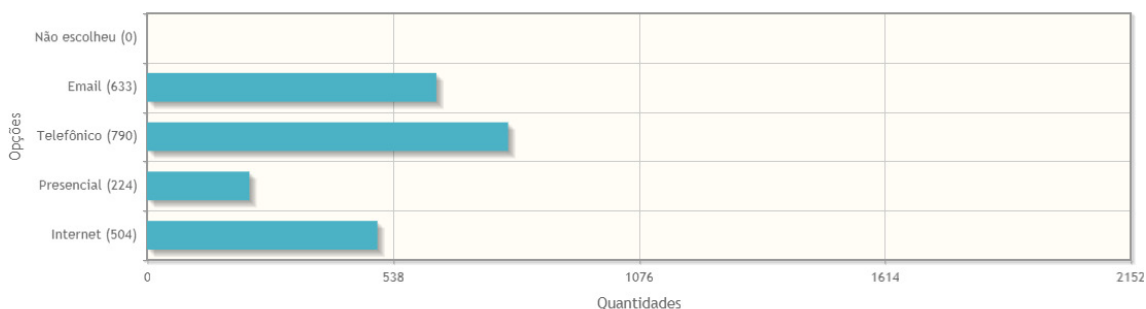
d) atendimento presencial

No andar térreo da Sede do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, localizado na Rua Sena Madureira, 1047 – CEP: 60055-080 – Fortaleza/CE, funciona o Serviço de Atendimento e Protocolo, espaço que tem como objetivo tornar mais interativo o relacionamento do Tribunal de Contas com a sociedade, oferecendo facilidades para que o cidadão e os jurisdicionados obtenham informações e documentos, registrem reclamações, deem entrada em documentos e/ou acompanhem o andamento de processos protocolados nesta Corte de Contas.

5.2.3 ATENDIMENTO

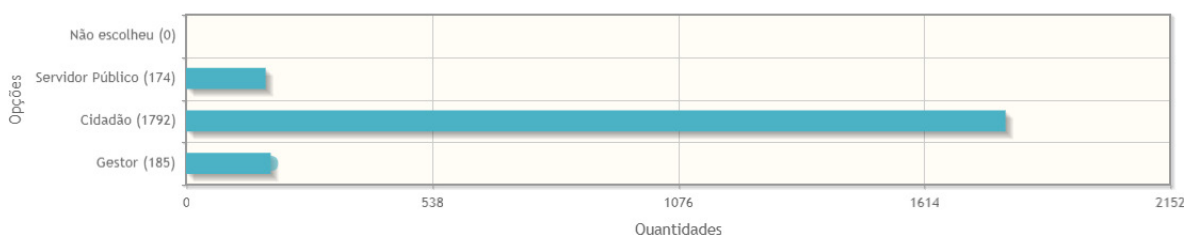
Neste trimestre, foram realizados os seguintes atendimentos:

• Por forma de solicitação



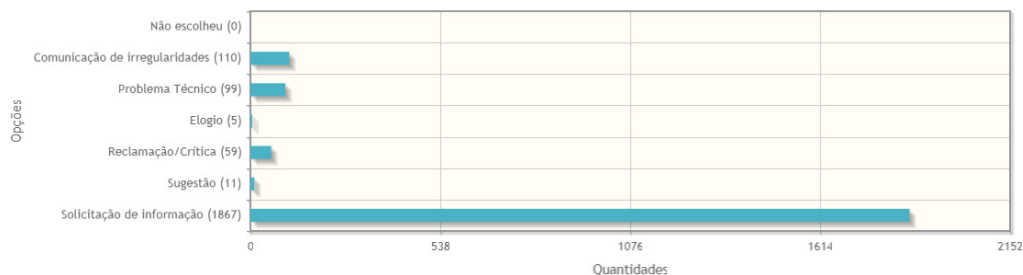
Fonte: Ouvidoria

• Por tipo de solicitante



Fonte: Ouvidoria

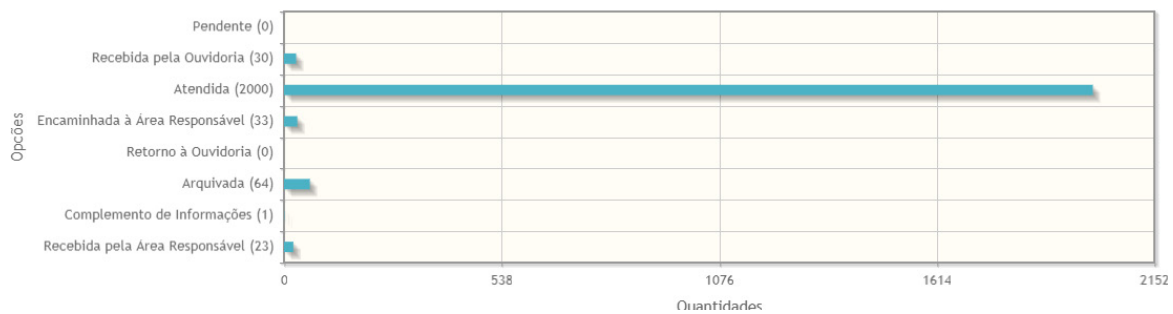
• Por tipo de manifestação



Fonte: Ouvidoria

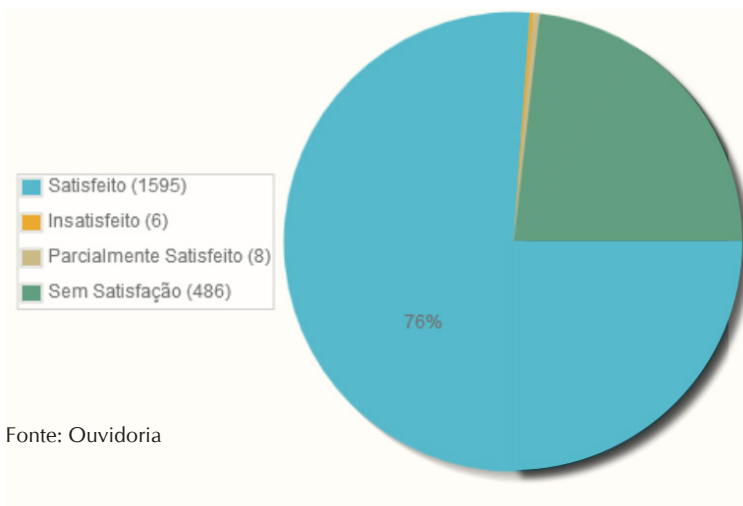


- **Por situação da demanda**



Fonte: Ouvidoria

- **Por grau de satisfação**



Fonte: Ouvidoria



5.3 ACESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

As atividades da Assessoria de Comunicação Social, do TCE Ceará, no primeiro trimestre de 2018, foram iniciadas com os preparativos para a solenidade de posse dos dirigentes da Corte de Contas biênio 2018/2019. O presidente Edilberto Pontes, o vice-presidente Rholden Queiroz e o corregedor Valdomiro Távora foram reconduzidos aos cargos por mais dois anos. O conselheiro substituto Davi Barreto assumiu a função de ouvidor.

Coube à Ascom confeccionar convites impressos e virtuais, banners e imagens, fazer a divulgação, atender a imprensa e coordenar a cobertura jornalística. Um vídeo foi produzido e editado pelo setor, com a cobertura da solenidade de posse.

encurtador.com.br/BTW68

Ainda em janeiro, a Assessoria diagramou o conteúdo de duas publicações periódicas: os Relatórios de Atividades do 4º trimestre e anual 2017, desenvolvendo o layout e fazendo o acompanhamento gráfico.

4º trimestre de 2017 - encurtador.com.br/LNPV6

Anual de 2017 - encurtador.com.br/nuvNO

No mês seguinte, houve a reinauguração da Biblioteca Ministro Raimundo Girão, do TCE Ceará. À Ascom coube desenvolver convites, adaptar arte para veiculação nas mídias e fazer a cobertura jornalística (texto, imagens e vídeo).

Portal - encurtador.com.br/bgh19

Youtube - encurtador.com.br/fuyCN

Ainda em fevereiro, esta Assessoria entregou à Presidência da Corte a publicação “TCE na Mídia – Balanço de 2017”, relatório com todas as atividades da Ascom no que se refere ao contato entre o Tribunal e as principais mídias do Estado, sejam impressas, eletrônicas e online. O Balanço foi disponibilizado na Intranet.

A inovação e o avanço da tecnologia sempre estão presentes no Tribunal. Este ano, o perfil do TCE no Instagram foi lançado. A Ascom planejou a criação do perfil, organizou o planejamento e a campanha de divulgação e é responsável pela atualização diária da rede social.

O setor também apresentou um estudo detalhado para instalação dos equipamentos de filmagem e telões no Plenário do Edifício 5 de Outubro, com o objetivo de possibilitar transmissão ao vivo.



Falando em inovação, o Tribunal, através da sua Escola de Contas Instituto Plácido Castelo, iniciou o Programa TCEduc – Formação e Aprimoramento da Gestão, levando capacitação aos municípios cearenses. As duas primeiras visitas ocorreram em Juazeiro do Norte e Iguatu. A Ascom fez a readequação da marca, criou banners e imagens promocionais, além da divulgação junto à mídia da capital e interior e elaboração de reportagens, após cobertura in loco.

Juazeiro - encurtador.com.br/DK267

Iguatu - encurtador.com.br/dwUWY

No último mês do trimestre, a Assessoria, mantendo a tendência da inovação, apresentou à Presidência o novo formato do noticiário AconteceTV. A proposta é que o programa seja veiculado em televisões públicas, disseminando os serviços oferecidos pelo Tribunal ao cidadão e fortalecendo a ideia de controle social. Caberá à Ascom, juntamente com a equipe da Escola de Contas, realizar a filmagem, elaborar roteiros e animações gráficas, editar e finalizar os programas, que devem ser semanais.

encurtador.com.br/jv367

Eventos internos também contam com a colaboração da Assessoria de Comunicação Social. No Dia da Mulher, numa parceria com o Cerimonial, a Ascom criou um livreto com frases personalizadas e especiais. Todo o layout da campanha, que teve como tema “Elas têm muito a dizer”, coleta de frases, impressão e acabamento das peças foi feito na Ascom, que também se empenhou para desenvolver e divulgar a marca para o evento, com peças publicitárias em todas as mídias do Tribunal.

Para a Páscoa, a Assessoria criou uma campanha original, com o tema “Espalhe amor e descubra o verdadeiro sentido da Páscoa”. Os cartazes, afixados pelos corredores da Corte, continham frases destacáveis, possibilitando a todas as pessoas que retirassem e levassem uma mensagem pascal, estimulando a interação e o sentimento de renovação entre todos. Desenvolvimento de peças e GIF animado para as mídias sociais também foram ações da Ascom.

Finalizando o trimestre, a Ascom, que desenvolveu a marca do Sistema Ágora, vem divulgando informações para os jurisdicionados e para a imprensa com o objetivo de facilitar o acesso às novas formas de envio das prestações de contas anuais dos gestores do Estado. Foi criada uma página eletrônica no portal do TCE, com todo o conteúdo.

<https://www.tce.ce.gov.br/agora>



Na tabela a seguir, estão números referentes às atividades desempenhadas no primeiro trimestre de 2018:

COMUNICAÇÃO EM NÚMEROS	
Matérias publicadas na intranet	159
Matérias publicadas no Portal	87
Índice de matérias publicadas na mídia (imprensa e internet/blogs/sites)	252
Publicações nas Mídias Digitais (Facebook, Twitter, WhatsApp e Youtube)	287
Cobertura de eventos internos	45
Cobertura de eventos externos	19
Confecção de cartazes	21
Publicações Editadas pela Assessoria	4
Criação de campanhas	5
Edição de vídeos/apresentações	8
Participação direta projetos internos	8
Participação direta projetos externos	10
Atendimentos à imprensa	158
Envio de publicações	500
Média de Visitas ao <i>site</i> do TCE	250.462
Seção mais visitada no <i>site</i> do TCE	DOE CONSULTA : 26.372
Fonte: Ascom	



6

PLANEJAMENTO E GESTÃO



A Assessoria de Planejamento e Gestão tem como atribuição realizar o assessoramento técnico das atividades relacionadas ao Planejamento Estratégico em âmbito institucional e setorial, bem como em relação às atividades de Gestão dos Projetos, de Acompanhamento e Monitoramento do Orçamento, de Gestão das Informações e de melhoria dos Processos de Trabalho do TCE/CE.

O macroprocesso “Planejamento e Gestão” consiste em aplicar um conjunto de práticas gerenciais voltadas à obtenção de melhores resultados e aprimoramento de condutas corporativas, com vistas ao atendimento das expectativas da sociedade.

Nos próximos itens, apresentar-se-ão as atividades realizadas durante o trimestre na área de Planejamento e Gestão.

6.1 GESTÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO TCE CEARÁ 2016-2020

1ª Reunião Ordinária de 2018 do Comitê Estratégico do TCE/CE

No mês de janeiro, a Assessoria realizou a 1ª Reunião Ordinária de 2018 do Comitê Estratégico do TCE/CE. A referida reunião teve como pauta:

- Apresentação da situação dos Indicadores, referente à mensuração efetuada para o 3º quadrimestre de 2017;
- Apresentação do status dos Projetos Estratégicos, referentes ao 3º quadrimestre de 2017, bem como deliberações a serem tomadas pelo Comitê em função de modificações propostas pelos Gerentes em seus respectivos projetos;
- Apresentação dos destaques dos Projetos Estratégicos que vieram da Sede Cambéa, com propostas de aproveitamento de ações para a próxima Revisão do Plano Estratégico;
- Breve apresentação dos resultados do MMD-QATC 2017, com análise comparativa acerca da avaliação obtida pelo TCE/CE e a média das demais Cortes de Contas do Brasil.

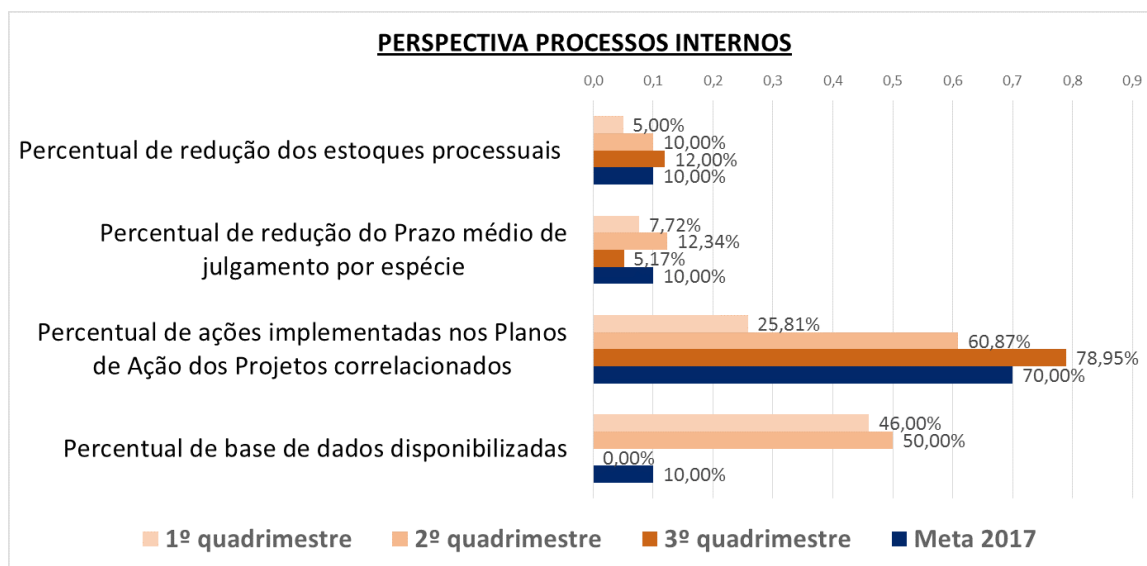
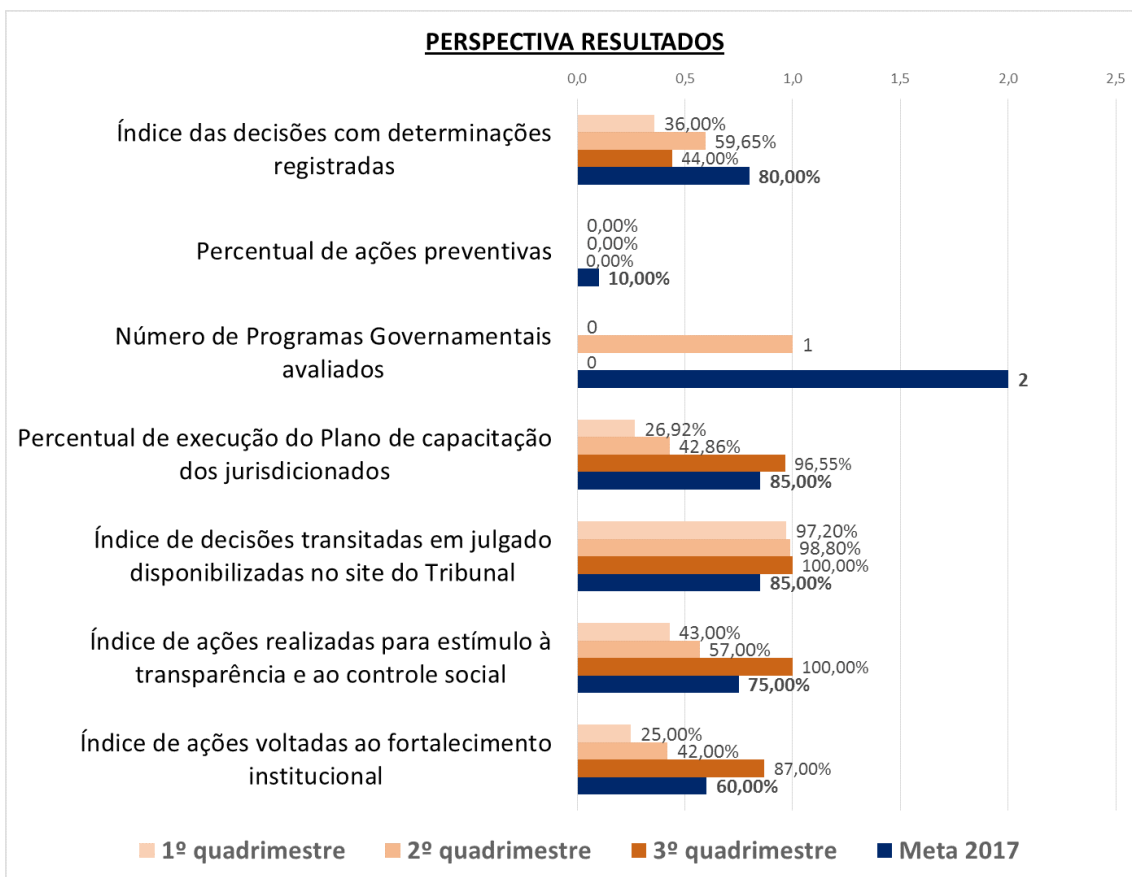
Indicadores do Planejamento Estratégico

Atualmente, o Plano Estratégico do TCE/CE 2016-2020 conta com 17 (dezesete) Indicadores Estratégicos, sendo 16 (dezesesseis) destes indicadores com medição quadrimestral e 1 (um) indicador com medição anual.

Saliente-se que foi previsto o alcance da meta anual mediante apuração gradativa, para os indicadores com medição quadrimestral, e apuração única, para o indicador com medição anual, caso do indicador “índice de satisfação dos servidores mediante as dimensões relacionadas à área de gestão de pessoas implementadas”.



Seguem abaixo os gráficos informativos com os valores medidos dos Indicadores Estratégicos referentes ao ano de 2017.

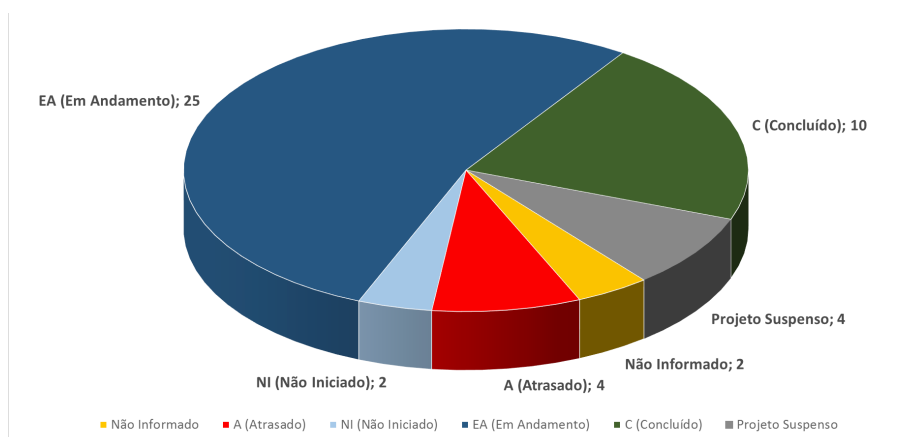




Projetos do Planejamento Estratégico

Por ocasião da 1ª Reunião Ordinária de 2018 do Comitê Estratégico do TCE/CE, foram apresentadas as fichas de análise e acompanhamento de 45 (quarenta e cinco) dos 47 (quarenta e sete) Projetos Estratégicos ativos, dos quais 35 (trinta e cinco) projetos estão em andamento, 2 (dois) projetos ainda não iniciaram, não obstante estejam em conformidade aos seus cronogramas, 10 (dez) projetos já foram concluídos e 4 (quatro) projetos estão com suas ações temporariamente suspensas.

Segue abaixo o gráfico informativo da situação dos Projetos Estratégicos, conforme apresentado na 1ª Reunião Ordinária de 2018 do Comitê Estratégico do TCE/CE.



6.2 GESTÃO DE PROJETOS

Desenvolvimento de testes e continuidade da implementação da ferramenta GPWeb

A Assessoria manteve o desenvolvimento dos testes da ferramenta GPWeb, versão livre e sem custos de manutenção, de modo a alcançar os seguintes objetivos principais: verificar a confiabilidade da ferramenta e aprimorar a metodologia de gerenciamento de projetos do TCE/CE.

O monitoramento dos Indicadores e Projetos Estratégicos seguem sendo realizados mediante a utilização da referida ferramenta, e, com tal finalidade, realizou-se o lançamento de todas as informações advindas dos termos de abertura dos projetos e seus correspondentes planos de ação, já revisados e revalidados pelo Comitê Estratégico do TCE/CE, bem como o acompanhamento de todos os indicadores e dos avanços nas ações dos projetos, em conformidade às informações recebidas pelos Gerentes e apresentadas na 1ª Reunião Ordinária de 2018 do Comitê Estratégico do TCE Ceará, ocorrida em janeiro.

Em relação aos Projetos Estratégicos que estão sob a responsabilidade da Assessoria de Planejamento e Gestão, quais sejam: a Política de Governança Institucional e a Modelagem e Redesenho de Processos de Trabalho, deu-se prosseguimento às ações previstas nos planos de ação dos respectivos projetos, com os ajustes aprovados pelo Comitê Estratégico.

6.3 GESTÃO DE PROCESSOS E INFORMAÇÕES

Elaboração dos Relatórios de Atividades Anual de 2017 e 4º Trimestre de 2017

Os Relatórios de Atividades Anual de 2017 e do 4º Trimestre de 2017 foram consolidados. Nos referidos documentos, foram apresentados os principais resultados da atuação deste Tribunal e as iniciativas mais relevantes implementadas em âmbito administrativo.

O encaminhamento do Relatório à Assembleia Legislativa ocorreu no prazo estabelecido, conforme informado no quadro abaixo:

RELATÓRIO	OFÍCIO	DATA DE ENVIO
Relatório de Atividades Anual de 2017	Nº 740/2018 – GAB PRES	08/02/2018
Relatório de Atividades do 4º Trimestre de 2017	Nº 740/2018 – GAB PRES	08/02/2018

Fonte: Sistema SAP

Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas/2017

Concomitantemente à 1ª Reunião Ordinária do Comitê Estratégico de 2018, em janeiro, foi realizada uma breve apresentação dos resultados do MMD-QATC 2017, com análise comparativa acerca da avaliação obtida pelo TCE/CE e a média das demais Cortes de Contas do Brasil.



Calendário de Obrigações

A Assessoria de Planejamento e Gestão realiza mensalmente, junto aos setores responsáveis, o controle do cumprimento das obrigações legais previstas no Calendário de Obrigações do TCE/CE.

CALENDÁRIO DE OBRIGAÇÕES – 2018													
Objeto de Cobrança e Prazo Legal	Área responsável	Jan	Fev	Már	Abr	Maí	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Reunião Comissão de Legislação	Sub. Presidência		25										
Consultoria da Prestação de Contas do TCE para AL	Controladoria				25								
Emissão de Certificado do Relatório de Gestão Fiscal do TCE	Controladoria	25			25				25				
Responder Questionário de Autoavaliação do Controle Interno, conforme R nº 002/15	Controladoria		15										
Precator Prévio das Contas Anuais do Governador	Sec. de Controle Externo						30						
Rol Trimestral de Atividades para AL	Ass. Planej. e Gestão	15					15		15			15	
Rol Anual de Atividades para AL	Ass. Planej. e Gestão	15											
Revisão do Planejamento Estratégico 2016/2020	Ass. Planej. e Gestão				25 a 27								
Autoavaliação do Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (Programa LAC-Tabasco)	Ass. Planej. e Gestão						15						
Elaboração da Proposta Orçamentária Anual	Diretoria Administrativa e Financeira									30			
Revisão do Plano Plurianual	Diretoria Administrativa e Financeira									30			
Pagamento Instituto Nacional do Seguro Social - I.P. salário	Diretoria Administrativa e Financeira												20
Informações para compor DIRF-PIF	Diretoria Administrativa e Financeira	25											
Informação ISS Fortaleza - On line	Diretoria Administrativa e Financeira	10	10	10	10	10	9	10	10	8	10	10	8
Pagamento do Instituto Nacional de Seguro Social mensal	Diretoria Administrativa e Financeira	20	20	20	19	20	20	18	20	20	20	20	20
Pagamento da Folha de Pessoal no Sistema	Diretoria Administrativa e Financeira	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30
Rol Quattrimestral Gestão Fiscal de TCE/CE-AL-2016/2017-2018/2019	Diretoria Administrativa e Financeira	30					30				30		
Remeter e RSP-16 SICONFI para STN	Diretoria Administrativa e Financeira	30					30				30		
Enviar Ordem Convulçãria de Pagamento, conforme R nº 002/14	Diretoria Administrativa e Financeira	30						30					
Elaboração da Declaração do Imposto sobre a Renda Físico na Forma - DIRF	Diretoria Administrativa e Financeira / Sec. Tec. da Informação	25											
Rol de Informações de Servidores em cumprimento a Portaria Consel. nº 46 de AL	Diretoria Administrativa e Financeira			15									
Relatório de Contratos, convênios e aditivos para AL	Diretoria Administrativa e Financeira	30			30			30			30		
Relatório Anual de Informações Sociais-Relatório do Trabalho e Emprego	Diretoria Administrativa e Financeira			30									
Ofício Valor Folha de Pagamento Inativos - SISELAD	Diretoria Administrativa e Financeira	27	27	27	27	27	27	27	27	27	27	27	27
Finalizar Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social para envio às Finanças	Diretoria Administrativa e Financeira												24
Vale Transporte de Servidores	Diretoria Administrativa e Financeira	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30
Finalizar Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social para envio às Finanças	Diretoria Administrativa e Financeira	31	31	31	30	31	31	31	31	31	31	31	31
Ofício de frequência de servidores cedidos	Diretoria Administrativa e Financeira	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20	20

Mapeamento de Processos

A Assessoria de Planejamento e Gestão realizou o mapeamento completo do processo referente ao Marco de Medição de Desempenho (MMD-QATC), coordenado pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e disponibilizou o seu fluxo na Intranet para conhecimento dos interessados.

6.4 GESTÃO DO ORÇAMENTO

Financiamento Externo

No decorrer do primeiro trimestre de 2018, a Assessoria de Planejamento e Gestão atuou para a continuidade do acompanhamento dos projetos sob a responsabilidade do TCE/CE, custeados com recursos do Banco Mundial (BIRD).

Participou, ainda, de encontros com representantes do Banco Mundial (BIRD) e de outros órgãos do Estado, tais como a CGE e o MPCE, visando a construção de um novo Programa de Financiamento para o Estado, na parte que trata da Assistência Técnica, cujo foco se concentra na Governança Pública. Na oportunidade, a Assessoria consolidou possíveis projetos levantados pelo TCE/CE e que foram



integrados aos demais órgãos, entre eles: Portal Único do Estado do Ceará, Gestão Integrada de Riscos, Observatório da Receita Pública do Estado do Ceará, além de outros.

Projeto PforR-Ceará

Projeto de Apoio ao Crescimento Econômico com Redução das Desigualdades e Sustentabilidade Ambiental do Estado do Ceará – Programa para Resultados (PforR-Ceará), apoiado por uma operação de crédito realizada entre o Estado do Ceará e o Banco Mundial (BIRD), objetiva garantir a continuidade dos investimentos em áreas estratégicas do Estado, tendo como base o foco em resultados.

No âmbito do PforR-Ceará, a Assessoria de Planejamento e Gestão formalizou Termo de Referência e Memória de Cálculo para que o TCE/CE pudesse executar mais um projeto de Assistência Técnica dentro do prazo de financiamento do Programa.

O referido projeto foi aprovado pelo Banco Mundial e se refere à contratação de consultoria individual especializada, a fim de realizar um diagnóstico de governança no TCE/CE, bem como apresentar soluções técnicas, métodos, projetos específicos e um modelo de estrutura organizacional que seja adequado ao estabelecimento de um Sistema de Governança Institucional para o Tribunal.

A Assessoria também consolidou Relatório Técnico a pedido do Banco Mundial, encaminhado à Unidade de Gerenciamento de Projetos do IPECE (coordenadora do PforR-Ceará), no qual foi relatada a participação do TCE/CE no Programa e ressaltado o valor agregado que os projetos de Assistência Técnica executados pelo Tribunal promoveram para o fortalecimento da Instituição.

Projeto São José III

Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - PDRS (Projeto São José III), financiado pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), tem como objetivo “promover o desenvolvimento rural sustentável do Estado do Ceará, através do apoio à agricultura familiar nos seus aspectos produtivos e de inserção nos mercados e da garantia do acesso à água de qualidade e esgotamento sanitário, com integração e articulação de políticas públicas fomentadoras das cadeias produtivas e de segurança hídrica”.

No âmbito do Projeto São José III, a Assessoria de Planejamento e Gestão consolidou Relatório Técnico a pedido do Banco Mundial, encaminhado no final de 2017 à Unidade de Gerenciamento de Projetos da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (coordenadora do Projeto), no qual foi relatada a participação do TCE/CE no Projeto e ressaltado o valor agregado que as aquisições realizadas com recursos do Projeto promoveram para o fortalecimento da Instituição.

A Assessoria realizou também negociações com representantes da Secretaria de Desenvolvimento Agrário para o aporte de aditivo de valor que pudesse contemplar mais um mês de custeio da ferramenta SAS Framework, utilizada pela Área de Informações Estratégicas.



Participação no Monitoramento do PPA 2016-2019, realizado pela Seplag

Acompanhamento e Monitoramento de indicadores e metas físicas propostos pelo TCE/CE à época da elaboração do PPA do Estado do Ceará, período 2016-2019, bem como da execução financeira de ações orçamentárias associadas a recursos auferidos mediante financiamento externo, conforme solicitações da SEPLAG, referentes ao 1º trimestre de 2018.

A Assessoria de Planejamento e Gestão consolidou Relatório Técnico a pedido da Seplag, contemplando as realizações essenciais do TCE/CE voltadas à sociedade, no biênio 2016-2017, para apresentação em encontros regionais de acompanhamento do PPA 2016-2019, bem como formalizou no Sistema SIOF do Estado, as iniciativas que serão monitoradas pela Seplag em 2018, nos Programas de Controle Externo da Administração Estadual e Municipal.

Fonte: Assessoria de Planejamento e Gestão



7



ADMINISTRAÇÃO



A Secretaria de Administração do Tribunal de Contas do Estado do Ceará tem como principal atribuição exercer a gestão administrativa, contábil, financeira, patrimonial, de custeio e de recursos humanos, dando suporte ao funcionamento das unidades deste Tribunal.

Com o objetivo de orientar a execução de suas atividades, a Secretaria de Administração definiu, durante a oficina de elaboração do seu Planejamento Estratégico, sua identidade setorial da seguinte maneira:



Gestão Administrativa



Promover e coordenar políticas administrativas, com foco na efetividade e celeridade, contribuindo para o cumprimento da missão do Tribunal



Ser reconhecida como unidade de excelência em gestão administrativa, atuando de forma tempestiva e inovadora, até 2020



Tempestividade; Inovação; Transparência; Humanismo; Comprometimento; Ética; Sustentabilidade

A seguir, serão apresentadas as principais ações realizadas ao longo do primeiro trimestre de 2018 pela Secretaria de Administração, no âmbito dos seguintes macroprocessos:

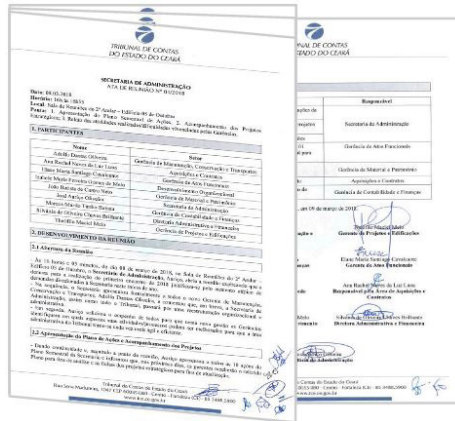
- Planejamento, Estrutura e Gestão;
- Mapeamento e Manualização de Processos;
- Estoque e Patrimônio;
- Licitações e Contratações;
- Gestão de Pessoas.



7.1 PLANEJAMENTO, ESTRUTURA E GESTÃO

1ª Reunião de Acompanhamento das Ações da Secretaria de Administração

Em março, a Secretaria de Administração realizou a primeira reunião do ano de acompanhamento das ações de suas Gerências. Normalmente, participam dessas reuniões periódicas o Secretário de Administração, o Diretor Administrativo e Financeiro e os Gerentes das Unidades subordinadas à Secretaria.



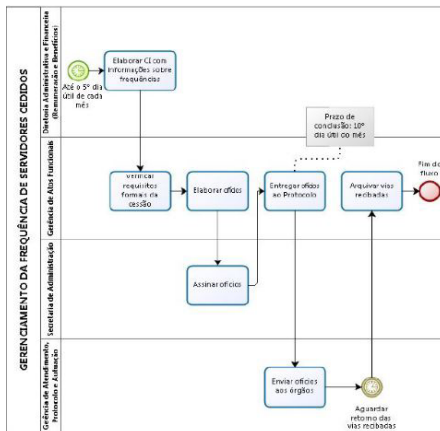
Reestruturação dos setores da Secretaria para recepção dos servidores do extinto TCM

Ao longo do primeiro trimestre 2018, a Secretaria de Administração continuou a mobilização iniciada no final de 2017 com o objetivo de reestruturar suas unidades para a recepção dos servidores lotados na área administrativa do extinto TCM.

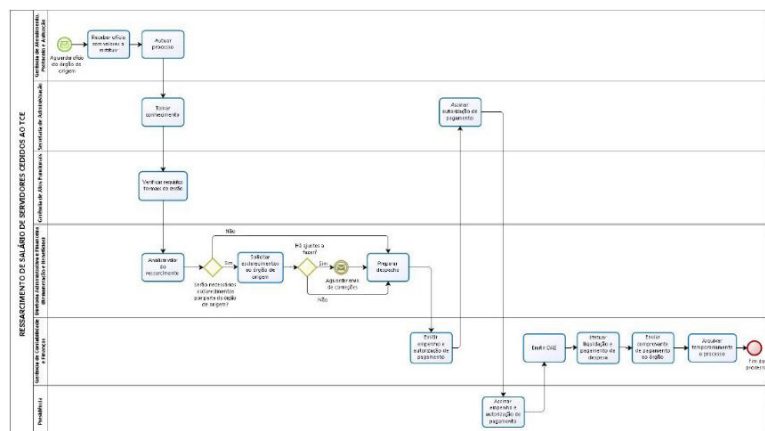
7.2 MAPEAMENTO E MANUALIZAÇÃO DE PROCESSOS

Redesenho e mapeamento de processos

Em março de 2018, a Secretaria de Administração realizou alterações no fluxo do processo de gerenciamento de frequência dos servidores cedidos e criou o fluxo do processo de ressarcimento dos servidores cedidos ao TCE.



Frequência de Cedidos



Ressarcimento de Cedidos



7.3 ESTOQUE E PATRIMÔNIO

Transferência do estoque da sede Cambeba para a sede Centro

Em março de 2018, a Secretaria de Administração, por meio da Gerência de Material e Patrimônio, concluiu a transferência de todos os itens do estoque da sede Cambeba para a sede Centro, unificando assim todo o estoque do Tribunal.



Estoque após unificação

Conclusão das transferências e doações dos bens inservíveis

Em janeiro de 2018, a Secretaria de Administração, por meio da Gerência de Material e Patrimônio, entregou o último lote de bens inservíveis à Prefeitura de Aracati. Ao todo, foram transferidos e doados 1.645 itens entre mobiliários, eletrônicos e equipamentos de informática.



7.4 LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES

Unificação dos contratos do TCE e do extinto TCM

Ao longo do primeiro trimestre de 2018, a Secretaria de Administração, por meio da área de Aquisições e Contratos, iniciou o processo de unificação dos objetos de contratos do TCE e do extinto TCM. Dos objetos já unificados incluem-se:

- a contratação de empresa para prestação de serviços de natureza de vigilância armada para 04 (quatro) postos diurnos e 03 (três) postos noturnos, nas dependências do Tribunal;
- a prestação de serviços de coleta, transporte e destinação de resíduos sólidos;
- a contratação de empresa especializada na confecção de impressos e publicações, sob demanda, ficando o quantitativo sujeito à necessidade do Tribunal.

Panorama quantitativo dos procedimentos realizados

No quadro abaixo é apresentado um resumo com o quantitativo dos principais procedimentos executados pela Secretaria de Administração no tocante às licitações e contratações ao longo do primeiro trimestre de 2018.

Ações Realizadas	Quantidade
Licitações	02
Contratos	15
Aditivos	08
Atas de Registro de Preço	08
Apostilamentos	03
Convênios/Acordos	09
Dispensas de Licitação	03
Inexigibilidades	05
TOTAL GERAL	53

7.5 GESTÃO DE PESSOAS

Durante o primeiro trimestre de 2018, a Diretoria Administrativa e Financeira, através das áreas de Desenvolvimento Organizacional, Remuneração e Benefícios e da Gerência de Atos Funcionais continuou realizando diversas ações vinculadas à Gestão de Pessoas, conforme descritas abaixo:

Nomeação dos servidores aprovados no último concurso

Foram nomeados pelo presidente Edilberto Pontes, os últimos 18 concursados aprovados no último concurso promovido pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará, em 2015. Os concursados foram apresentados e empossados na presença de seus familiares.



Por meio do Programa de Ambientação TCE de Braços Abertos, desenvolvido pela área de Desenvolvimento Organizacional, os novos funcionários foram recepcionados pela servidora da Casa Evilânia Macêdo que conduziu todo o processo.

Os novos servidores também foram recepcionados pelo secretário-geral, Teni Cordeiro; pelo assessor de Planejamento e Gestão, Glinton Ferreira; o secretário de Administração, José Auriço Oliveira; a secretária de Tecnologia da Informação, Érika Cavalcante; e pelo secretário adjunto de Controle Externo, Eugênio de Castro e Silva.



Servidores empossados

Aprimoramento do atual modelo de Avaliação de Desempenho

As organizações hoje sabem que as pessoas são os ativos intangíveis que agregam valor à organização. Avaliar de forma efetiva o desempenho dessas pessoas contribui para o desenvolvimento de competências necessárias para o alcance dos objetivos organizacionais, levando a uma Gestão baseada em desenvolvimento, meritocracia e sustentabilidade.

Nessa perspectiva, a área de Desenvolvimento Organizacional continuou, neste primeiro trimestre, desenvolvendo o projeto de aprimoramento do atual modelo de Avaliação de Desempenho no âmbito do Tribunal. Para isso, começou a discutir o Contrato de Metas, a ser preenchido com os servidores junto a seus gestores, para ser aplicado já na próxima avaliação.

Encontro com Consultoria Externa

“Não tem como desvincular. Muitos dos seus objetivos pessoais passam pelo lado profissional. Tenho percebido que as pessoas separam isso, tornam seu trabalho um fardo, um peso. A ideia é gerar uma nova visão sobre o trabalho, para que os colaboradores possam entender e ver seu trabalho de uma forma positiva e, através disso, gerar novos resultados, novas posturas, novos comportamentos”. A frase é do Master Coach Marcos Freitas. Nessa direção, a área de Desenvolvimento Organizacional manteve contato com consultoria externa, no sentido de contratação para integrar e socializar as equipes TCE/TCM.

Por oportuno, também, solicitamos a apresentação de proposta, considerando a previsão da instituição de um **Programa de Desenvolvimento de Lideranças**, com o objetivo de promover, em caráter permanente, a formação, o treinamento e o desenvolvimento de líderes, em todos os níveis, para o exer-



cício de funções gerenciais neste Tribunal.



Avaliação psicológica dos estagiários de nível médio para efeito de lotação

A Psicóloga Izabele Gomes, gestora da área de Desenvolvimento Organizacional procedeu Avaliação Psicológica dos candidatos a estágio de nível médio, oriundos do Projeto Primeiros Passos do Governo Estadual.

Contratação de empresa para recrutamento e seleção de estagiário de nível superior

Considerando que o estágio visa proporcionar ao estudante um aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, esta Corte de Contas buscando ser referência em todo o Estado do Ceará, por meio de boas práticas em gestão, visando a um cenário futuro de criação de profissionais que sejam cada vez mais exemplos a serem seguidos, está contratando empresa especializada para operacionalizar o 7º Processo Seletivo e Gestão de Estagiários de Nível Superior para o atendimento das demandas desta Corte de Contas, de acordo com os quantitativos discriminados no quadro abaixo:

CURSO	QUANTIDADE DE VAGAS
Administração	10
Biblioteconomia	2
Ciências Contábeis	4
Comunicação Social	4
Direito	30
Economia	2
Engenharia Civil	2
Informática	4
Pedagogia	2
TOTAL	60



Incorporação da folha de pagamento do extinto TCM ao sistema de folha do TCE

Em janeiro de 2018, a Secretaria de Administração, por meio da Diretoria Administrativa e Financeira (Remuneração e Benefícios), incorporou a folha de pagamento dos servidores do extinto Tribunal de Contas dos Municípios ao sistema de folha do próprio TCE.



Disponibilização eletrônica dos contracheques dos servidores do extinto TCM

A partir do mês de janeiro de 2018, a Secretaria de Administração, por meio da Diretoria Administrativa e Financeira (Remuneração e Benefícios), com o auxílio da Secretaria de Tecnologia da Informação, disponibilizou os contracheques dos servidores do extinto TCM para consulta eletrônica. O acesso pode ser realizado tanto por meio da intranet quanto pelo site institucional do TCE.



Cadastro dos servidores oriundos do extinto TCM no SRH

Neste primeiro trimestre de 2018, a Secretaria de Administração, por meio da Gerência de Atos Funcionais, concluiu o cadastro de todos os servidores ativos oriundos do extinto TCM no Sistema de Recursos Humanos (SRH) do TCE.



Digitalização das fichas funcionais dos servidores do extinto TCM

Neste primeiro trimestre de 2018, a Secretaria de Administração, por meio da Gerência de Atos Funcionais, digitalizou e disponibilizou no SRH todas as fichas funcionais dos servidores ativos do extinto TCM.



8

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA



8.1 RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

O orçamento do Tribunal de Contas do Estado, apresenta no primeiro (1º) trimestre de 2018, dotação atualizada de R\$185.603.879,00 onde a despesa empenhada foi de R\$44.741.208,42 e a paga de R\$36.576.086,46 representando em termos percentuais 24,11% e 19,71%, respectivamente.

DESPESAS		DOTAÇÃO	EMPENHADA		A EMPENHAR
			NO TRIMESTRE	ATÉ O TRIMESTRE	
FONTE TESOURO	Pessoal	161.104.483,00	36.536.625,06	36.536.625,06	124.567.857,94
	Manutenção	24.142.175,00	8.201.083,36	8.201.083,36	15.941.091,64
	Investimento	270.000,00	3.500,00	3.500,00	266.500,00
TOTAL		185.516.658,00	44.741.208,42	44.741.208,42	140.775.449,58
OUTRAS FONTES	Investimento	87.221,00	0,00	0,00	87.221,00
	TOTAL	87.221,00	0,00	0,00	87.221,00
TOTAL GERAL		185.603.879,00	44.741.208,42	44.741.208,42	140.862.670,58

Fonte: Secretaria de Administração – Gerência de Contabilidade e Finanças.

1º TRIMESTRE	EMPENHADO	LIQUIDADO	PAGO	PERCENTUAL PAGO EM RELAÇÃO AO EMPENHADO
	44.741.208,42	36.576.086,46	36.576.086,46	81,75%

Fonte: Secretaria de Administração – Gerência de Contabilidade e Finanças.

Obs. 1: Os valores apresentados estão sujeitos à alterações posteriores decorrentes de suplementações e/ou anulações de empenhos.



8.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR NATUREZA DE DESPESA

NATUREZA	ORÇAMENTÁRIO AUTORIZADO	ORÇAMENTÁRIO ATUALIZADO	VALOR EMPENHADO		VALOR LIQUIDADO		VALOR PAGO	
			1º TRIMESTRE	ANUAL	1º TRIMESTRE	ANUAL	1º TRIMESTRE	ANUAL
31901100 Vencimentos E Vantagens Fixas - Pessoal Civil	130.073.030,00	130.073.030,00	29.518.353,23	29.518.353,23	29.516.789,96	29.516.789,96	29.516.789,96	29.516.789,96
31901300 Obrigações Patronais	3.475.350,00	3.475.350,00	783.279,29	783.279,29	513.259,10	513.259,10	513.259,10	513.259,10
31901600 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	312.828,00	312.828,00	28.857,03	28.857,03	28.857,03	28.857,03	28.857,03	28.857,03
31909200 Despesas De Exercícios Anteriores	879.500,00	879.500,00	122.253,36	122.253,36	62.808,22	62.808,22	62.808,22	62.808,22
31909400 Indenizações Trabalhistas	458.274,00	458.274,00	60.942,22	60.942,22	60.942,22	60.942,22	60.942,22	60.942,22
31909600 Ressarcimento De Despesas De Pessoal Requisitado	922.853,00	922.853,00	45.021,21	45.021,21	22.663,91	22.663,91	22.663,91	22.663,91
31911300 Obrigações Patronais	24.982.648,00	24.982.648,00	5.977.918,72	5.977.918,72	3.958.057,24	3.958.057,24	3.958.057,24	3.958.057,24
33504100 Contribuições	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33900800 Outros Benefícios Assistenciais	35.271,11	35.271,11	31.671,11	31.671,11	31.671,11	31.671,11	31.671,11	31.671,11
33901400 Diárias - Civil	664.828,00	664.828,00	102.150,54	102.150,54	88.935,54	88.935,54	88.935,54	88.935,54
33903000 Material De Consumo	1.022.321,00	1.022.321,00	153.822,78	153.822,78	55.562,18	55.562,18	55.562,18	55.562,18
33903100 Pre-miões Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas E Outras	24.374,00	24.374,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903200 Material, Bem Ou Serviço Para Distribuição Gratuita	43.450,00	43.450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



NATUREZA	ORÇAMENTÁRIO AUTORIZADO	ORÇAMENTÁRIO ATUALIZADO	VALOR EMPENHADO		VALOR LIQUIDADO		VALOR PAGO	
			1º TRIMESTRE	ANUAL	1º TRIMESTRE	ANUAL	1º TRIMESTRE	ANUAL
33903300 Passagens E Despesas Com Locomoção	327.953,00	327.953,00	44.000,00	44.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33903400 Outras Despesas De Pessoal Decorrente De Contrato De Terceirização	878.127,00	878.127,00	632.000,00	632.000,00	312.299,64	312.299,64	312.299,64	312.299,64
33903600 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física	477.440,00	477.440,00	68.170,38	68.170,38	54.097,50	54.097,50	54.097,50	54.097,50
33903700 Locação De Mão-De-Obra	8.516.444,00	8.516.444,00	4.342.000,00	4.342.000,00	340.468,42	340.468,42	340.468,42	340.468,42
33903900 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	5.619.290,22	5.619.290,22	1.371.765,58	1.371.765,58	173.840,58	173.840,58	173.840,58	173.840,58
33904600 Auxílio-Alimentação	4.565.108,00	4.565.108,00	1.003.230,13	1.003.230,13	1.003.230,13	1.003.230,13	1.003.230,13	1.003.230,13
33904700 Obrigações Tributárias E Contributivas	16.864,00	16.864,00	2.526,58	2.526,58	192,00	192,00	192,00	192,00
33904900 Auxílio-Transporte	36.959,00	36.959,00	3.013,20	3.013,20	3.013,20	3.013,20	3.013,20	3.013,20
33909200 Despesas De Exercícios Anteriores	24.666,67	24.666,67	10.838,78	10.838,78	10.838,78	10.838,78	10.838,78	10.838,78
33909300 Indenizações E Restituições	1.704.821,00	1.704.821,00	376.366,92	376.366,92	337.262,34	337.262,34	337.262,34	337.262,34
33913900 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	125.000,00	125.000,00	58.230,00	58.230,00	0,00	0,00	0,00	0,00
33914700 Obrigações Tributárias E Contributivas	9.258,00	9.258,00	1.297,36	1.297,36	1.297,36	1.297,36	1.297,36	1.297,36
44903500 Serviço De Consultoria	88.221,00	88.221,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



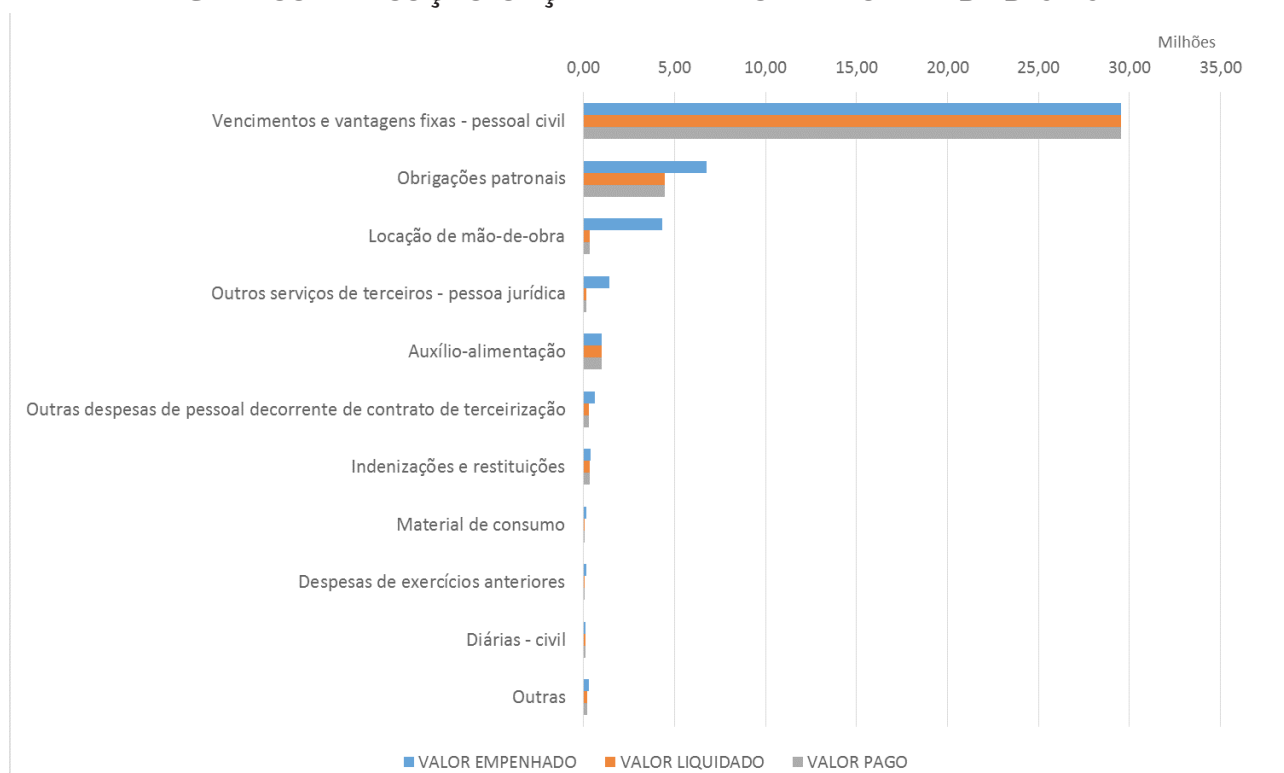
NATUREZA	ORÇAMENTÁRIO AUTORIZADO	ORÇAMENTÁRIO ATUALIZADO	VALOR EMPENHADO		VALOR LIQUIDADADO		VALOR PAGO	
			1º TRIMESTRE	ANUAL	1º TRIMESTRE	ANUAL	1º TRIMESTRE	ANUAL
44903900 Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica	85.450,00	85.450,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905100 Obras E Instalações	29.000,00	29.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44905200 Equipamentos E Material Permanente	154.550,00	154.550,00	3.500,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	185.603.879,00	185.603.879,00	44.741.208,42	44.741.208,42	36.576.086,46	36.576.086,46	36.576.086,46	36.576.086,46

Fonte: Secretaria de Administração – Gerência de Contabilidade e Finanças.

Obs.: Os valores apresentados estão sujeitos à alterações posteriores decorrentes de suplementações e/ou anulações de empenhos.



GRÁFICO - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR NATUREZA DE DESPESA



Fonte: Secretaria de Administração – Gerência de Contabilidade e Finanças.



8.3 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - SUBFUNÇÃO

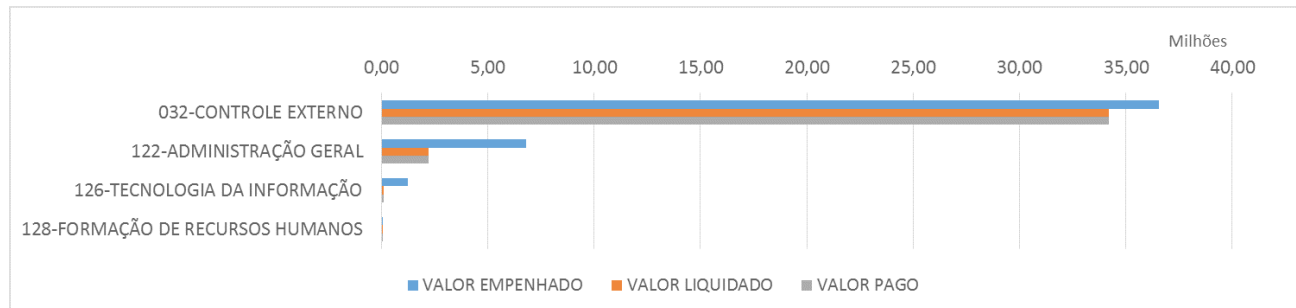
SUBFUNÇÃO	ORÇAMENTÁRIO AUTORIZADO	ORÇAMENTÁRIO ATUALIZADO	VALOR EMPENHADO		VALOR LIQUIDADADO		VALOR PAGO	
			4º TRIMESTRE	ANUAL	4º TRIMESTRE	ANUAL	4º TRIMESTRE	ANUAL
032-CONTROLE EXTERNO	161.555.257,00	161.555.257,00	36.566.431,06	36.566.431,06	34.188.183,68	34.188.183,68	34.188.183,68	34.188.183,68
122-ADMINISTRAÇÃO GERAL	20.365.833,00	20.365.833,00	6.819.286,22	6.819.286,22	2.226.219,38	2.226.219,38	2.226.219,38	2.226.219,38
126-TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	2.757.930,00	2.757.930,00	1.266.937,25	1.266.937,25	103.064,51	103.064,51	103.064,51	103.064,51
128-FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	924.859,00	924.859,00	88.553,89	88.553,89	58.618,89	58.618,89	58.618,89	58.618,89
TOTAL	185.603.879,00	185.603.879,00	44.741.208,42	44.741.208,42	36.576.086,46	36.576.086,46	36.576.086,46	36.576.086,46

Fonte: Secretaria de Administração – Gerência de Contabilidade e Finanças.

Obs. 1: Os valores apresentados estão sujeitos à alterações posteriores decorrentes de suplementações e/ou anulações de empenhos.



GRÁFICO - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - SUBFUNÇÃO



Fonte: Secretaria de Administração – Gerência de Contabilidade e Finanças.



9

COORDENADORIA
INTEGRADA DE SAÚDE E MEIO
AMBIENTE DO TRABALHO



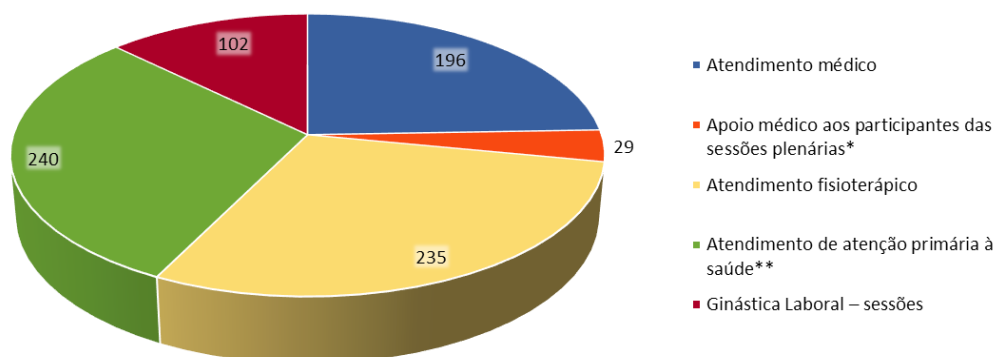
A Coordenadoria de Sistema Integrado de Saúde e Meio Ambiente do Trabalho – COSISMAT destaca as principais atividades desenvolvidas nesse trimestre.

SERVIÇOS	QUANT.
Atendimento médico	196
Apoio médico aos participantes das sessões plenárias*	29
Atendimento fisioterápico	235
Atendimento de atenção primária à saúde**	240
Ginástica Laboral – sessões	102

* Sessões do Pleno, 1º e 2ª Câmaras. ** Aferição de P.A. glicemia, primeiros socorros.

Fonte: COSISMAT.

**Quantitativo de Serviços Prestados pela COSISMAT
1º Trimestre 2018**



A Coordenadoria de Sistema Integrado de Saúde e Meio Ambiente do Trabalho conta com a colaboração de todos os profissionais que fazem parte do setor para atuar na elaboração de atividades mensais que possam, disseminar em todos os servidores e colaboradores desta Corte, a cultura da prevenção no que se refere ao tema referente a saúde e bem-estar de todos.

Destaca-se nesse trimestre:

- Nos meses de Fevereiro e Março foram realizadas, mensalmente, sessões de *quick massage* nos funcionários desta Corte de Contas, contando com a participação de 28 pessoas.

Fonte: COSISMAT



10

CONTROLADORA



Segundo o *The IIA* (Instituto de Auditores Internos) a Auditoria Interna é uma atividade independente e objetiva de avaliação (*assurance*) e de consultoria, desenhada para adicionar valor e melhorar as operações de uma organização. Ela auxilia a organização a realizar seus objetivos a partir da aplicação de uma abordagem sistemática e disciplinada para avaliar e melhorar a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controles e governança.

A Resolução Administrativa do TCE nº 3163/2007, estabelece que a Controladoria é a unidade responsável pela supervisão da correta gestão orçamentário-financeira e patrimonial do Tribunal de Contas, competindo-lhe ainda, dentre outras atribuições, elaborar e submeter previamente ao Presidente a programação anual de auditoria interna.

Além das atividades de auditoria interna, segundo a citada Resolução, compete à Controladoria:

- Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual e nos programas de trabalho constantes do orçamento do Tribunal;
- Adotar as medidas necessárias à verificação da legalidade e da legitimidade dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Tribunal e avaliar seus resultados quanto à economicidade, eficiência e eficácia;
- Elaborar e submeter previamente ao Presidente a programação anual de auditoria interna;
- Prestar assessoramento à Corregedoria nas avaliações dos setores técnicos e administrativos do Tribunal;
- Alertar os gestores do Tribunal no desempenho efetivo de suas funções e responsabilidades;
- Avaliar os Relatórios de Gestão Fiscal emitidos pelo Tribunal;
- Acompanhar e avaliar os processos de licitação, dispensa e Inexigibilidade do Tribunal, bem como a respectiva execução contratual;
- Acompanhar e avaliar a execução de convênios, acordos e ajustes firmados entre o Tribunal e órgãos da Administração Pública;
- Certificar, nas contas anuais do Tribunal, a gestão dos responsáveis por bens e recursos públicos;
- Propor adequações dos sistemas de controle utilizados pelo Tribunal, de forma a gerar as necessárias informações ao desempenho de suas atribuições;
- Zelar pela qualidade e pela independência das atividades de controle interno;
- Manter intercâmbio de dados e conhecimentos técnicos com unidades de controle interno de outros órgãos da Administração Pública;
- Representar ao Presidente em casos de ilegalidade ou irregularidade constatada; e



Executar os demais procedimentos correlatos com a atividade de controle interno.

10.1 ATIVIDADES REALIZADAS

Durante o primeiro trimestre de 2018 a Controladoria realizou as seguintes atividades:

- Análise e emissão de parecer sobre o Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2017.
- Análise e emissão de parecer sobre as prestações de contas de suprimento de fundos.



11

TECNOLOGIA DA
INFORMAÇÃO



A Secretaria de TI visando o cumprimento de sua missão desenvolveu várias ações do durante o 1º trimestre do exercício de 2018, conforme mencionado a seguir:

11.1 GOVERNANÇA DE TI

11.1.1 TREINAMENTO DO SRPV2 – MÓDULO DE APOSENTADORIA

Durante esse 1º trimestre, a Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), promoveu o treinamento do módulo de Aposentadoria do Sistema de Registro de Pessoal para os servidores da Gerência de Aposentadoria e Reforma. Esse evento teve como objetivo apresentar o projeto e receber sugestões de melhorias.

11.1.2 SISTEMA PUSH

Ainda durante esse 1º trimestre, a Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) disponibilizou uma nova ferramenta, o sistema Push, que tem como objetivo facilitar o acompanhamento de processos estaduais. A página para cadastro do acompanhamento dos processos estará disponível no site do TCE.

11.1.3. INTEGRAÇÃO DAS SEDES DO TCE

Durante o 1º trimestre, a Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), permanece com ações destinadas a integração das sedes, decorrentes da Emenda Constitucional, nº 92/17, que repassa as funções do Tribunal de Contas dos Municípios para o Tribunal de Contas do Estado, Essas ações, resultantes de diversas reuniões, acabam por propor intervenções tais como:

- Integrações físicas entre as sedes, com a adequação da topologia de rede e mudança das faixas de IP da sede Cambéba buscando unificar o controle dos ativos de rede, possibilitando distribuição de forma uniforme das políticas de segurança já utilizadas na sede Centro.
- Reconfiguração dos computadores que permaneceram na sede Cambéba, para ingresso destes na rede do TCE, seguindo os padrões e políticas definidas. Assim como reconfiguração de todos ativos de rede.
- Implementação do software de gerenciamento e *backup* de contas do e-mail, já unificado entre as sedes, cabe destacar que esse processo anteriormente implementado no extinto TCM foi recepcionado pela infraestrutura do TCE.

11.2 SISTEMAS

11.2.1 PORTAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICOS (E-TCE)

O e-TCE que tem como objetivo principal promover a virtualização dos documentos e processos produzidos e tramitados no âmbito do TCE com o adequado suporte tecnológico e legal, visando o aperfei-



çoamento das atividades desempenhadas na Corte e o pleno cumprimento de sua missão institucional.

Seguem abaixo algumas das melhorias e/ou ajustes realizados no referido Portal de Serviços:

11.2.1.1 SISTEMA DE REGISTRO DE PESSOAL (SRPV2)

Nesse primeiro trimestre, foi dado a continuação do desenvolvimento do 2º Módulo de Aposentadoria/Reforma do Sistema de Registro de Pessoal (SRPV2).

O projeto é uma evolução do atual Sistema de Registro de Pessoal, que traz como principais inovações, dados sendo enviados pelos jurisdicionados e análise automática de algumas regras. Foram realizadas diversas melhorias e novas funcionalidades, tais como:

- Adição das regras de reforma já implementadas em produção;
- Dedução do tempo de serviço público, carreira e cargo;
- Adição de análise automática da Planilha de Contribuição;
- Alteração de consulta de diligência (jurisdicionado) para incluir os processos da entidade que estiveram no PED;
- Alterações nos valores monetários;
- Alterações no tamanho dos campos de data no relatório de aposentadoria;
- Correções de telas;
- Melhorias no menu do SRPV2 para o tornar mais intuitivo;
- Diligência dos processos: integração SAP e SRPV2;
- Criação de funcionalidades – Invalidez proporcional, invalidez integral;

11.2.2 SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS (SAP)

Foram realizadas diversas melhorias no Sistema de Acompanhamento de Processos – SAP, dentre as quais destacamos:

- Criação de entidades;
- Criação de setores e subespécies;
- Transformação de processo eletrônico em físico;
- Consultas gerados a partir do SAP, com finalidade de dar a conhecer mais facilmente aos



gestores o tempo decorrido de tramitação dos processos finalísticos;

- Implementação: Inclusão do voto fora do setor no SAP.
- Criações de rotas;
- Disponibilização de resoluções;

11.2.3 SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS (SAPV2)

Quanto ao Sistema de Acompanhamento de Processos – SAP 2, foram implementadas diversas novas funcionalidades, dentre as quais destacamos:

- Correções na opção consulta de processos;
- Implementação do visualizador de documentos do PE no SAPv2;
- Migração das consultas do SAP para o SAPv2;
- Ajustes dos filtros da Ata;
- Correção na listagem dos relatores na tela de quantitativo de julgamento;
- Consulta processo geral utilizando SQL inativo;
- Exibição da quantidade de processos por relator;

11.2.4 MELHORIAS NO SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO E GESTÃO DE INDICADORES (SAGI)

O Sistema de Acompanhamento e Gestão de Indicadores, automatiza as rotinas de cálculo da Gratificação de Desempenho da Carreira de Controle Externo – GDCE. A partir dele, pode-se realizar o acompanhamento em tempo real dos resultados alcançados, que auxilia na gestão e na tomada de decisão mais adequadas, quando necessário. Também é possível gerar relatórios mensais, trimestrais, semestrais e anuais.

Foram realizadas algumas alterações no Sistema de Indicadores deste Tribunal de Contas, demandado por alguns setores. Dentre as quais destacamos:

- Geração de relatório analítico (indicando os processos por mês) com base no indicador “índice de despachos elaborados dentro do prazo de 4 dias úteis”
- Atualização de pontuação no responsável técnico;
- Correção do valor de pontuação e cálculo de afastamento;
- Orientação para realização de pontuação do analista;



11.2.5 MELHORIAS NO SISTEMA DE GESTÃO EDUCACIONAL (SIGED)

A Secretaria de TI durante esse 1º trimestre vem implementando diversas melhorias no Sistema de Recursos Humanos, dentre as quais destacamos:

- Correção de opção emitir certificado;
- Criação de usuários;
- Alterações de cadastros;
- Criação do tipo da Administração Pública a qual pertence o participante (estadual ou municipal);

11.2.6 MELHORIAS NO SISTEMA DE RECURSOS HUMANOS (SRH)

Durante esse 1º trimestre a Secretaria de TI vem implementando diversas melhorias no Sistema de Recursos Humanos, dentre as quais destacamos:

- Geração de alerta para férias de servidores;
- Inclusão dos órgãos municipais no banco de dados corporativo do TCE;

11.2.7 SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS (SIG)

A Secretaria de TI, deu início ao desenvolvimento do Sistema de Informações Estratégicas, que tem como objetivo a tomada de decisões. O referido sistema utiliza gráficos e recursos visuais para transmitir informações de forma sintética. Foram realizadas diversas implementações. Tais como:

- Geração de gráfico do SIG: Quantidade de julgamentos de 2010 a 2017;
- Gráfico das Contas (combustível, passagens, diárias, etc): mostrar acumulado por mês no ano corrente e no anterior;
- Gráfico do Empenho; ordenar pelo valor empenhado decrescente; mostrar empenhado e pago do ano anterior; alteração de percentual para percentual por item em relação ao ano anterior (atual/anterior);

11.2.8 SISTEMA DE GESTÃO DE PATRIMÔNIO E ALMOXARIFADO (SGPA)

O SGPA é um sistema que obedece a regras de avaliações de bens permanentes, envolvendo análise de requisitos, documentação, codificação e implantação. A Secretaria de TI vem realizando diversos ajustes, tais como:



- Permitir delegação de requisição apenas para servidores;
- Relatório de termos de responsabilidade assinados;
- Configurar autenticação pelo *Active Directory*;
- Correção de exibição de valores de bens em diversos relatórios;
- Exportação de consultas de transferência entre setores em formato de relatório;
- Correções e consultas no banco de dados do SGPA;
- Adição no relatório de termo de responsabilidade a data e o responsável pela última assinatura;
- Implementação de cancelamento de requisição;
- Exibição de informações de requisições rejeitadas;

11.2.9 SISTEMA DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA (SCIE)

Foram realizadas correções nos nomes dos anexos e no texto destinatário do e-mail de envio de C.I, a fim de melhorar a usabilidade do referido sistema levando em consideração o *feedback* dos usuários. O Sistema de Comunicação Interna em formato Eletrônico (SCIE) está sob a gerência da Secretaria de TI, em conjunto com a Comissão TCE 100% Digital.

11.2.10 TCE APP

O Projeto de Aplicativo Móvel do Tribunal tem por objetivo: disponibilizar consultas por meio de um aplicativo para os cidadãos. Foram realizadas diversas implementações, tais como:

- Autenticação do Token;
- Autenticação REST Sigid;
- Criação dos Meus Cursos + Certificado; Certificado – Download do PDF
- Portal de Serviços (eTCE): Peticionamento e Vista;
- Colocadas as aplicações web em produção (SIGED, eTCE)
- Testes no Android e iPhone (Dev);
- Publicação nas lojas (Apple Store e Google Play);
- Estudos código fonte do aplicativo do TCM;



- Implementação dos Municípios: receitas, despesas, licitações, consultas de processos;
- Correções no Design (Escolas de Contas e Comunicação);
- Portal da Transparência do Estado – Despesas

11.2.11 SISTEMA DE ANÁLISE DE ORDENS DE PAGAMENTO SAOP

Durante o 1º Trimestre de 2018 a Secretaria de TI deu continuidade a adequações e melhorias, tais como:

- Alteração da tela “Consulta por entidade”;
- Tela cadastrar entidade;

11.2.12 SISTEMA DE OUVIDORIA

O Sistema de Ouvidoria, tem como objetivo principal registrar as interações do público externo com a ouvidoria do TCE. Foi demandada pelo setor responsável, a melhoria citada abaixo:

- Relatório das Demandas em aberto para a Secretaria de Controle Externo;
- Ajustes na opção de impressão de manifestação do cidadão;
- Atualização de informações na base de dados;

11.3 INFRAESTRUTURA

11.3.1 ACOMPANHAMENTO CONTRATUAL

11.3.1.1. Prorrogação do Contrato nº 33/2014, junto a empresa Serviço Federal de Processamento de dados - SERPRO, para prestação de serviços de consulta à base de dados dos sistemas de cadastro de Pessoa Física - CPF e do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, utilizando a tecnologia *WEB Service* – Infoconv.

11.3.1.2. Início dos relatórios de acompanhamento contratual e justificativas técnicas e de economicidade para proposta de prorrogação do contrato de manutenção corretiva e preventiva nos no-breaks utilizados na sala de servidores da sede Cambéba.

11.3.2. Processos Licitatórios

Foi dado início ao desenvolvimento dos Termos de Referências para seguintes aquisições e/ou contratações:

11.3.2.1. Contratação de empresa para atualização do *Active Directory* (AD), esquema 2003 para o esquema 2012. Essa atualização do esquema do AD dar-se-á em decorrência do encerramento



pela empresa Microsoft das atualizações de segurança para o referido esquema.

11.3.2.2. Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção e assistência técnica em servidores da Marca IBM/Lenovo modelo X3550M4 assim como contratação de expansão de garantia de diversos equipamentos da marca HP (Hewlett Packard), pertencentes a este Tribunal.

11.3.2.3. Aquisição de memória e licenças dos softwares de virtualização VMWare, já utilizado no Tribunal, com a finalidade de absorver todas as máquinas virtuais em uso no extinto TCM que se encontram sob os ambientes Citrix (XenServer) e Hyper-V (Microsoft), permitindo assim a centralização na operacionalização e gerenciamento desses servidores.

11.3.3 Pesquisas Organizacionais

Durante o 1º trimestre de 2018, foi realizada a pesquisa demandada pelo setor da Gerência de Fiscalização de Pessoal. Cabe mencionar que a equipe de atendimento do suporte é responsável por preparar, ativar e apresentar ao demandante as respostas tabuladas, conforme padrão do software utilizado.

11.3.4 Unificação das senhas da rede e do correio eletrônico

A Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) iniciou os estudos e levantamentos necessários para a unificação das credenciais de acesso à rede e ao correio eletrônico, permitindo que os usuários ao atualizarem suas credenciais de acesso a rede estas, de forma automática, sejam replicadas ao correio eletrônico.

11.3.2 EMISSÃO, RENOVAÇÃO E ENTREGA DE CERTIFICADOS DIGITAIS

A Secretaria de TI, vem promovendo a renovação e emissão de novos certificados digitais solicitados pelos gestores das áreas. Apesar de procedimentos diferentes, essa ação está sendo efetuada tanto para servidores do TCE como para os servidores do extinto TCM. Cabe mencionar que a equipe de atendimento do suporte, recebe as demandas, cadastra os usuários (*vouchers*) e agenda a data de emissão.

11.3.3 TRANSFERÊNCIA DE EQUIPAMENTOS – CAMBEBA X CENTRO

Seguindo os fluxos traçados pela Presidência, a Secretaria de TI, por meio de demandas de diversos setores, vem realizando as transferências dos equipamentos de TI, entre as sedes Cambeba e Centro.

11.3.4 INTEGRAÇÃO DAS REDES ENTRE O TCE CENTRO E TCE CAMBEBA

Durante o primeiro trimestre de 2018 a Secretaria de TI, após estudos anteriores, integrou as redes de ambas as sedes, onde foi readequada a distribuição de segmentos de rede para a sede Cambeba, permitindo que os equipamentos que lá se encontram possam trabalhar na mesma rede segmentada, da sede Centro.

11.3.5 INTEGRAÇÃO DO CORREIO ELETRÔNICO ZIMBRA

Até meados de janeiro/18 as duas sedes detinham servidores de e-mail de forma não centraliza-



da, a Secretaria de TI unificou todas as contas das duas sedes em um único servidor, dobrando a quantidade de usuários, porém reduzindo a quantidade de equipamentos utilizados para esse fim.

11.3.6 MIGRAÇÃO DE TODAS ESTAÇÕES DE TRABALHO DO CAMBEBA PARA O DOMÍNIO DO TCE CENTRO

Durante o último trimestre de 2017 quando do envio dos terminais da sede Cambéba para a sede Centro os mesmos foram ajustados para o novo domínio, somente em janeiro de 2018, durante o recesso, os terminais que continuavam na sede Cambéba foram todos adaptados para ingresso no domínio do TCE, foi feita uma força tarefa com esse fim, minimizando assim problemas de acesso quando do retorno dos servidores.

11.3.7 RECONFIGURAÇÃO DE TODOS OS ATIVOS DE REDE

Com intuito de ajustar todos os ativos de rede (*switches*, roteadores, controladores de domínio, *firewall* e outros) a nova rede, a Secretaria de TI, após mapeamento de rotas, reconfigurou todos equipamentos que dão sustentabilidade a rede lógica da sede Cambéba.

11.3.8 INTEGRAÇÃO DO ACTIVE DIRECTORY

Mesmo após a promulgação da Emenda Constitucional, nº 92/17, que repassou as funções do Tribunal de Contas dos Municípios para o Tribunal de Contas do Estado, com vistas a continuidade dos trabalhos de cada sede, seus domínios foram mantidos. Já em janeiro/18 após a migração de todas as estações de trabalho, integração das redes, e reconfiguração dos ativos de rede foi possível integrar o *Active Directory* – AD, integrando toda a rede em um único domínio. Integração esta que facilita a gerência e controle de acesso de sistemas e das bases documentais do Tribunal como um todo.

11.3.9 IMPLEMENTAÇÃO DA REDE WIFI NO TCE CAMBEBA

Com a integração do AD – *Active Directory* entre as sedes finalizadas e já estabilizada, a Secretaria de TI direcionou seus esforços para readequar a rede WiFi da sede Cambéba nos mesmos padrões da rede sem fio utilizado na sede Centro. Foi feito um levantamento de todos os APs (Access point) assim como a inserção destes na controladora principal do domínio TCE. Possibilitando de forma segura e escalonada o acesso a notebooks, *tablets* e *smartphones*, tanto de servidores como visitantes.

11.3.10 IMPLEMENTAÇÃO DO ZABBIX (SISTEMA DE MONITORAMENTO) – FASE 1

A Secretaria de TI, especificamente a área de infraestrutura, com o aumento da complexidade e diversidade de equipamentos e ativos de rede, necessitou de um sistema de monitoramento de ativos de rede, principalmente de servidores e equipamentos de conectividade entre prédios e sedes. Desta feita foi implementado uma ferramenta *opensource* cujo propósito é monitorar diversos parâmetros de uma rede, como integridade e desempenho, fornecendo de forma rápida, relatórios e visualização de



forma gráfica, além de emitir notificações de alertas.

11.3.11 IMPLEMENTAÇÃO DO SOFTWARE DE GERENCIAMENTO E BACKUP DE CONTAS DE E-MAIL ZTOOL

Durante o 1º trimestre de 2018, a Secretaria de TI implementou uma nova metodologia de sistema de backup para as contas de e-mail do Tribunal de contas, para tal utilizamos uma solução denominada ZTOOL, cuja função é otimizar as ferramentas do Zimbra propiciando o backup de forma ágil sem a necessidade de interromper o serviço de e-mail.

11.3.12 IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE INCIDENTE LIVRE (OTRS)

Foram iniciados estudos e parametrizações para implementação de novo sistema de incidente utilizando-se de outra ferramenta *opensource* em substituição da ferramenta utilizada hodiernamente, denominada Ocomon.



12

CORREGEDORIA



IDENTIDADE ORGANIZACIONAL DA CORREGEDORIA

- **NEGÓCIO**

Controle organizacional e disciplinar.

- **MISSÃO**

Garantir o controle organizacional e disciplinar, com base nos princípios éticos e legais, por meio da orientação, inspeção, correição e procedimentos disciplinares, visando assegurar a regularidade institucional e contribuir para a efetividade do controle externo.

- **VISÃO**

Consolidar-se como órgão de correição moderno, transparente, acessível, atuante, eficaz e com alto grau de confiabilidade perante a sociedade até 2020.

- **VALORES**

A Corregedoria como unidade do TCE Ceará pauta suas atividades levando em consideração os valores da instituição, bem como os seus próprios explicitados a seguir:

Comprometimento: Compromisso com a identidade estratégica da Corregedoria (Negócio, Missão, Visão e Valores);

Equidade: Observar os critérios de justiça, igualdade e imparcialidade;

Transparência: Comunicar à sociedade suas ações e resultados, de forma clara e acessível;

Gestão compartilhada: Incentivar a participação dos agentes públicos do TCE Ceará em seus projetos e ações;

Qualidade: Atuar de forma comprometida com a obtenção de excelentes resultados e de forma célere;

Aprimoramento constante: Buscar melhores práticas de gestão.

12.1 APRESENTAÇÃO

A Corregedoria do Tribunal de Contas do Estado do Ceará integra a estrutura organizacional do TCE Ceará, tendo como missão garantir o controle organizacional e disciplinar, com base em princípios éticos e legais, por meio da orientação, inspeção, correição e procedimentos disciplinares, visando assegurar a regularidade institucional e contribuir para a efetividade do controle externo.

As atribuições do Corregedor estão definidas nos arts. 13, 13-A, 13-B, 13-C, 13-D, 13-E do Regimento Interno do Tribunal de Contas (RITCE) e art. 5º do Anexo Único do Regimento Interno da Cor-



regedoria, dentre as quais destacam-se:

- Exercer os encargos de inspeção e correição geral permanentes;
- Auxiliar o Presidente nas funções de fiscalização e supervisão da ordem e da disciplina;
- Instaurar e presidir, de ofício ou por provocação, sindicância ou processo administrativo disciplinar;
- Apreciar representações relacionadas à conduta funcional de membro ou servidor do Tribunal;
- Confeccionar demonstrativo semestral que publicize a atividade judicante do Tribunal.

No 1º Trimestre de 2018, a gestão da Corregedoria do TCE/CE teve entre os seus principais focos a atividade de Correição da Assessoria de Instrução de Recursos e Consultas, o monitoramento das recomendações realizadas e a instrução de processos relacionados a questões disciplinares, bem como a apuração dos processos deliberados pelos órgãos colegiados desta Corte, conforme dispostos nos tópicos a seguir.

12.2 PROCESSOS DELIBERADOS

12.2.1 ÓRGÃOS DELIBERATIVOS

Nos termos da Resolução nº 835/2007 (Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Ceará – RITCE), são órgãos deliberativos do Tribunal de Contas do Estado do Ceará o Tribunal Pleno e as Câmaras.

Com competência estabelecida no art. 4º do RITCE, o Tribunal Pleno é constituído por sete conselheiros e requer *quorum* mínimo, para funcionamento e deliberação, de quatro membros efetivos ou substitutos, reunindo-se, ordinariamente, às terças-feiras, às 15h, podendo também reunir-se extraordinariamente por convocação do Presidente ou por proposta de Conselheiro.

Conforme previsão regimental, o Tribunal divide-se em duas Câmaras, cada uma delas composta por três Conselheiros e um Conselheiro Substituto, reunindo-se, a Primeira Câmara, às segundas-feiras, e a Segunda Câmara, às quartas-feiras, todas às 15h.

Em todas as Sessões do Tribunal há a participação de um Procurador de Contas do Ministério Público especial.

Para os fins de elaboração do presente relatório, foram consideradas as informações relacionadas aos processos julgados oriundos do extinto TCM (item 12.3.5.).

12.2.2 SESSÕES OCORRIDAS E PROCESSOS DELIBERADOS

No 1º trimestre de 2018 ocorreram 29 (vinte e nove) Sessões, sendo 28 (vinte e oito) de Nature-



za Ordinária e 1 (uma) Extraordinária, tendo sido apreciados 1.657 (mil, seiscentos e cinquenta e sete) Processos. No Quadro 01, a seguir, encontra-se segregado o quantitativo de sessões e de processos deliberados por Colegiado.

QUADRO 01 – SESSÕES REALIZADAS E PROCESSOS DELIBERADOS POR COLEGIADO

COLEGIADO	1º TRIMESTRE DE 2018	
	SESSÕES	PROCESSOS DELIBERADOS
Pleno	11	69
1ª Câmara	9	898
2ª Câmara	9	690
Total	29	1.657

Fonte: Consulta no SAP - Menu Consultas - Gerencial - Quantitativo de Julgamentos (agrupado por espécie).

No período em análise, foi realizada uma Sessão Extraordinária do Pleno, na data de 09/01/2018.

12.2.3 PROCESSOS DELIBERADOS POR ESPÉCIE (1º TRIMESTRE 2018)

No Quadro 02, abaixo, encontra-se discriminado o quantitativo de Processos deliberados pelo Tribunal no 1º trimestre de 2018, por categoria (Atos de Pessoal, Processos de Contas e Diversos) e por espécie processual.

QUADRO 02 – PROCESSOS DELIBERADOS PELO TCE POR ESPÉCIE (4º TRIMESTRE 2017)

Período / Sessão	1º TRIMESTRE DE 2018			
	Pleno	1ª Câmara	2ª Câmara	Total
ATOS DE PESSOAL				
APOSENTADORIA ¹	00	288	206	494
NOMEAÇÃO ¹	00	419	326	745
PENSÃO	00	141	109	250
REFORMA	00	05	03	08
REVERSÃO DE PENSÃO	00	05	04	09
REVISÃO DE PENSÃO	00	03	02	05
REVISÃO DE PROVENTOS	00	16	12	28
SUBTOTAL (a)	00	877	662	1.539

¹ Contém os processos analisados de forma agrupada.



Período / Sessão	1º TRIMESTRE DE 2018			
	Pleno	1ª Câmara	2ª Câmara	Total
CONTAS				
PRESTAÇÃO DE CONTAS	09	15	13	37
TOMADA DE CONTAS ESP.	05	03	13	21
SUBTOTAL (b)	14	18	26	58

Período / Sessão	1º TRIMESTRE DE 2018			
	Pleno	1ª Câmara	2ª Câmara	Total
DIVERSOS				
AUDITORIA	08	00	00	08
CONSULTA	04	00	00	04
DENÚNCIA	06	00	00	06
INSPEÇÃO	04	00	00	04
RECURSO	09	00	00	09
RELAT. GESTÃO FISCAL	05	00	00	05
RELAT. RES. EXEC. ORC.	01	00	00	01
REPRESENTAÇÃO	04	01	01	06
REPRESENTAÇÃO DO TCE	07	02	00	09
REPRESENTAÇÃO DO MPC	03	00	00	03
PROPOSTA DE SÚMULA	00	00	00	00
DEMAIS ESPÉCIES ²	04	00	01	05
SUBTOTAL (b)	55	03	02	60
TOTAL (a + b + c)	69	898	690	1.657

² Inclui as demais espécies, a exemplo de: Comunicação, Resolução Administrativa, Solicitação de Auditoria, e Solicitação Parlamentar.

Fonte: Consulta no SAP, menu Consultas - Gerencial - Quantitativo de Julgamentos (agrupado por espécie).

Com base nos dados apresentados no Quadro 02, no 1º trimestre de 2018 foram julgados 1.657 (mil, seiscentos e cinquenta e sete) Processos pelo Tribunal, incluídos os processos julgados de forma agrupada, sendo 69 (sessenta e nove) de competência do Plenário e 1.588 (mil, quinhentos e oitenta e oito) das Câmaras.

12.2.4 QUANTITATIVO DE PROCESSOS APRECIADOS EM RELAÇÃO AOS EXERCÍCIOS ANTERIORES

O presente tópico objetiva avaliar a variação da quantidade de processos apreciados pelo TCE, no 1º Trimestre de 2018, com relação ao mesmo período dos exercícios de 2016 e 2017. Desse modo, tem-se que:



QUADRO 03 – TOTAL DE PROCESSOS APRECIADOS PELO TCE-CE (1º TRIMESTRE)

EXERCÍCIO	TOTAL DE PROCESSOS
2016	691
2017	1.631
2018	1.657

Fonte: Consulta no SAP, menu Consultas - Gerencial - Quantitativo de Julgamentos (agrupado por espécie).

12.2.5 SESSÕES OCORRIDAS E PROCESSOS DELIBERADOS EM RELAÇÃO A RECURSOS MUNICIPAIS

No 1º trimestre de 2018 ocorreram 29 (vinte e nove) Sessões em relação a Recursos MUNICIPAIS, tendo sido apreciados 756 (setecentos e cinquenta e seis) Processos. No Quadro 04, a seguir, encontra-se discriminado o quantitativo de sessões e de Processos deliberados por Colegiado.

QUADRO 04 – SESSÕES REALIZADAS E PROCESSOS DELIBERADOS POR COLEGIADO*

COLEGIADO	1º TRIMESTRE DE 2018	
	SESSÕES	PROCESSOS DELIBERADOS
Pleno	11 *	154
1ª Câmara	9	268
2ª Câmara	9	334
Total	29	756

Fonte: Secretaria Geral.

* No período em análise, foi realizada uma Sessão Extraordinária do Pleno, na data de 09/01/2018.

Obs.: Das 29(vinte e nove) sessões ocorridas no 1o Trimestre de 2018, foram apreciados tanto Processos Estaduais quanto Municipais.



13



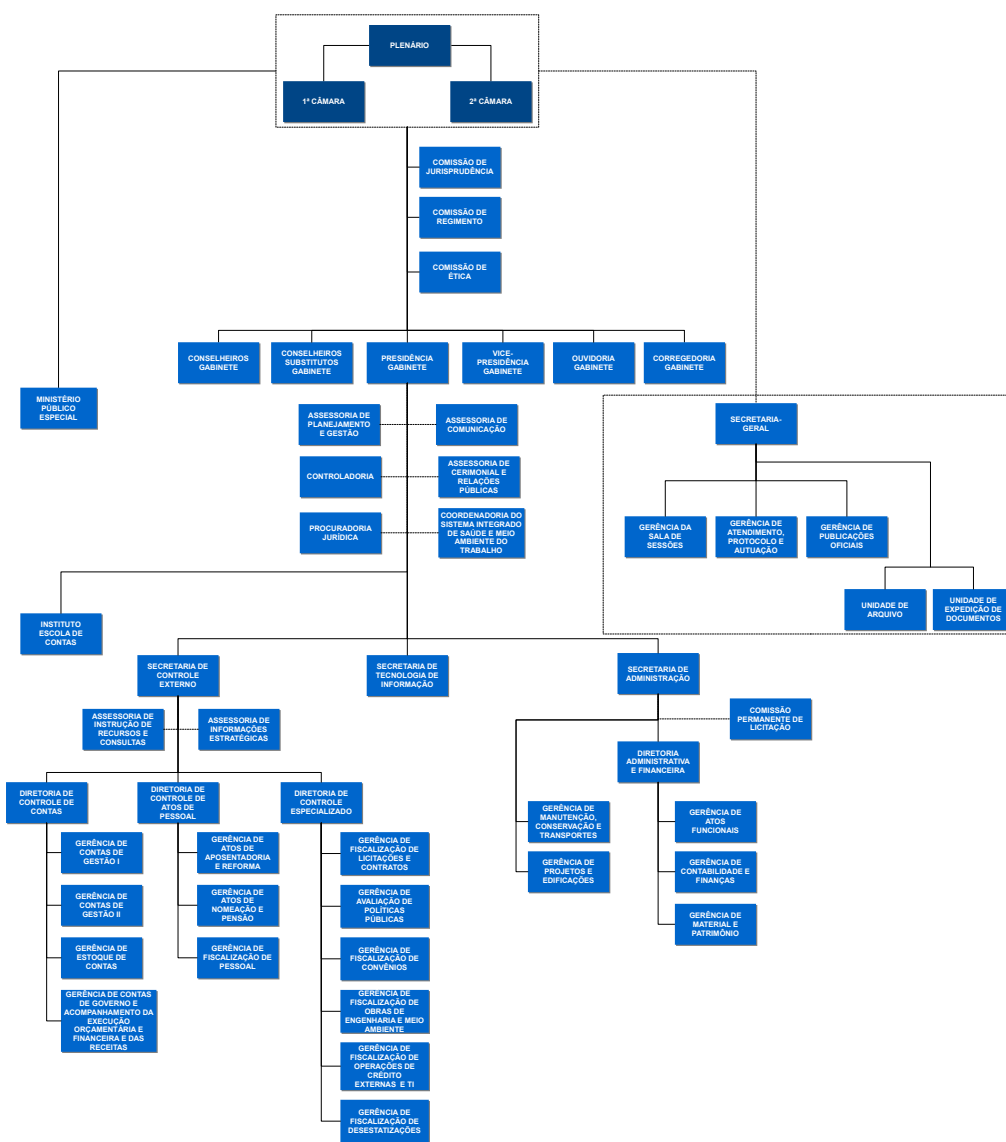
ANEXOS



Apresenta-se nesse capítulo, especialmente com os itens Multas Aplicadas e as Tomadas e Prestações de Contas Julgadas, o atendimento da Lei Complementar Estadual nº 26/2001, em especial seu artigo 6º e incisos I a IX.

Ressalta-se, como forma de dar maior transparência aos seus atos, que o TCE Ceará disponibiliza, mediante consulta no site institucional, suas decisões processuais complementando de forma analítica as informações aqui prestadas.

ORGANOGRAMA DO TCE CEARÁ



MULTAS APLICADAS E DÉBITOS IMPUTADOS EM PROCESSOS DE ÂMBITO ESTADUAL

Período: Janeiro a Março - 2018

Nº Processo	Espécie Processual	Relator(a)	Relator(a) Designado(a)	Situação	Data da Sessão	Votação	Documento
05040/2011-6	Prestação de Contas	Soraia Victor		Regulares com ressalva	24/01/2018	Unanimidade de votos	Acórdão
07907/2011-0	Tomada de Contas Especial	Paulo César de Souza		Regulares com ressalva	20/02/2018	Majoria de votos	Acórdão
01941/2007-3	Prestação de Contas	Valdomiro Távora		Regulares com ressalva	13/03/2018	Unanimidade de votos	Acórdão
03550/2008-5	Prestação de Contas	Soraia Victor		Regulares com ressalva	14/03/2018	Unanimidade de votos	Acórdão
04687/2011-7	Auditoria	Patrícia Saboya		Imposição de multa	20/03/2018	Majoria de votos	Resolução
05348/2015-7	Prestação de Contas	Soraia Victor	Valdomiro Távora	Regulares com ressalva	21/03/2018	Majoria de votos	Acórdão

Total de processos: 06



MULTAS APLICADAS E DÉBITOS IMPUTADOS EM PROCESSOS NO ÂMBITO DOS MUNICÍPIOS

Período: Janeiro a Março - 2018

Nº Processo	Espécie Processual	Relator(a)	Relator(a) Designado(a)	Situação	Data da Sessão
102.621/14	Prestação de Contas de Gestão	Manassés Pedrosa		Irregulares	15/01/2018
100.372/14	Prestação de Contas de Gestão	Valdomiro Távora		Irregulares	17/01/2018
100.467/15	Prestação de Contas de Gestão	Valdomiro Távora		Regulares com ressalva	17/01/2018
12.749/13	Prestação de Contas de Gestão	Valdomiro Távora		Irregulares	17/01/2018
9.930/15	Tomada de Contas Especial	Valdomiro Távora		Regulares com ressalva	17/01/2018
9.730/13	Prestação de Contas de Gestão	David Santos Matos		Regulares com ressalva	24/01/2018
10.007/13	Prestação de Contas de Gestão	Valdomiro Távora		Irregulares	07/02/2018
10.030/13	Prestação de Contas de Gestão	Valdomiro Távora		Irregulares	07/02/2018
100.358/15	Prestação de Contas de Gestão	Itacir Todero		Regulares com ressalva	07/02/2018
100.359/15	Prestação de Contas de Gestão	Itacir Todero		Regulares com ressalva	07/02/2018
100.682/16	Tomada de Contas Especial	Itacir Todero		Regulares com ressalva	07/02/2018
102.266/14	Prestação de Contas de Gestão	Itacir Todero		Regulares com ressalva	07/02/2018
102.935/14	Prestação de Contas de Gestão	Itacir Todero		Regulares com ressalva	07/02/2018
104.239/16	Prestação de Contas de Gestão	Itacir Todero		Regulares com ressalva	07/02/2018
11.877/12	Prestação de Contas de Gestão	Valdomiro Távora		Regulares com ressalva	07/02/2018
7.831/15	Tomada de Contas Especial	Fernando Uchôa		Irregulares	07/02/2018



Nº Processo	Espécie Processual	Relator(a)	Relator(a) Designado(a)	Situação	Data da Sessão
9.090/13	Prestação de Contas de Gestão	Patrícia Saboya		Irregulares	19/02/2018
9.609/13	Prestação de Contas de Gestão	Patrícia Saboya		Irregulares	19/02/2018
100.147/17	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares com ressalva	26/02/2018
100.491/15	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Irregulares	26/02/2018
101.684/16	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares com ressalva	26/02/2018
102.241/14	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares com ressalva	26/02/2018
102.558/16	Prestação de Contas de Gestão	Manassés Pedrosa		Regulares com ressalva	26/02/2018
102.957/14	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares com ressalva	26/02/2018
103.029/14	Prestação de Contas de Gestão	Patrícia Saboya		Regulares com ressalva	26/02/2018
104.155/14	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares com ressalva	26/02/2018
104.424/16	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares com ressalva	26/02/2018
105.820/16	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares com ressalva	26/02/2018
107.348/16	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares com ressalva	26/02/2018
10.004/13	Prestação de Contas de Gestão	Itacir Todero		Regulares com ressalva	28/02/2018
101.920/16	Prestação de Contas de Gestão	Alexandre Figueiredo		Irregulares	28/02/2018
102.285/14	Prestação de Contas de Gestão	Valdomiro Távora		Irregulares	28/02/2018



Nº Processo	Espécie Processual	Relator(a)	Relator(a) Designado(a)	Situação	Data da Sessão
104.173/15	Tomada de Contas Especial	Alexandre Figueiredo		Irregulares	28/02/2018
105.406/16	Prestação de Contas de Gestão	Valdomiro Távora		Regulares com ressalva	28/02/2018
105.528/16	Tomada de Contas Especial	Alexandre Figueiredo		Irregulares	28/02/2018
105.739/16	Prestação de Contas de Gestão	Alexandre Figueiredo		Regulares com ressalva	28/02/2018
106.002/16	Prestação de Contas de Gestão	Valdomiro Távora		Regulares com ressalva	28/02/2018
106.434/16	Tomada de Contas Especial	Alexandre Figueiredo		Regulares com ressalva	28/02/2018
106.844/16	Tomada de Contas Especial	Alexandre Figueiredo		Irregulares	28/02/2018
107.165/16	Tomada de Contas Especial	Alexandre Figueiredo		Irregulares	28/02/2018
14.663/17	Tomada de Contas Especial	Valdomiro Távora		Irregulares	28/02/2018
7.948/13	Prestação de Contas de Gestão	Itacir Todero		Irregulares	28/02/2018
8.694/13	Prestação de Contas de Gestão	Itacir Todero		Irregulares	28/02/2018
9.569/13	Prestação de Contas de Gestão	Fernando Uchôa		Irregulares	28/02/2018
100.466/16	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares com ressalva	05/03/2018
101.267/15	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares com ressalva	05/03/2018
101.860/14	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares com ressalva	05/03/2018
101.872/17	Prestação de Contas de Gestão	Davi Barreto		Regulares	05/03/2018



Nº Processo	Espécie Processual	Relator(a)	Relator(a) Designado(a)	Situação	Data da Sessão
104.345/16	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares com ressalva	05/03/2018
100.373/15	Prestação de Contas de Gestão	Itacir Todero		Irregulares	07/03/2018
101.703/15	Prestação de Contas de Gestão	Valdomiro Távora		Regulares com ressalva	07/03/2018
104.146/16	Tomada de Contas Especial	Soraia Victor		Regulares com ressalva	07/03/2018
102.571/16	Prestação de Contas de Gestão	Manassés Pedrosa		Regulares com ressalva	12/03/2018
9.522/13	Prestação de Contas de Gestão	Patrícia Saboya		Regulares com ressalva	12/03/2018
10.944/13	Prestação de Contas de Gestão	David Santos Matos		Irregulares	14/03/2018
104.490/16	Prestação de Contas de Gestão	Valdomiro Távora		Regulares com ressalva	14/03/2018
19.866/12	Prestação de Contas de Gestão	Soraia Victor		Irregulares	14/03/2018
3.263/15	Tomada de Contas de Gestão	David Santos Matos		Irregulares	14/03/2018
8.757/15	Tomada de Contas de Gestão	David Santos Matos		Irregulares	14/03/2018
1.712/16	Tomada de Contas Especial	Alexandre Figueiredo		Irregulares	21/03/2018
100.636/16	Prestação de Contas de Gestão	Alexandre Figueiredo		Irregulares	21/03/2018
101.894/14	Prestação de Contas de Gestão	Fernando Uchôa		Regulares com ressalva	21/03/2018
102.236/16	Prestação de Contas de Gestão	Alexandre Figueiredo		Regulares	21/03/2018
102.528/14	Prestação de Contas de Gestão	Alexandre Figueiredo		Irregulares	21/03/2018



Nº Processo	Espécie Processual	Relator(a)	Relator(a) Designado(a)	Situação	Data da Sessão
102.941/16	Prestação de Contas de Gestão	Alexandre Figueredo		Regulares	21/03/2018
9.582/13	Prestação de Contas de Gestão	Fernando Uchôa		Irregulares	21/03/2018
101.269/16	Prestação de Contas de Gestão	Manassés Pedrosa		Regulares com ressalva	26/03/2018
107.184/16	Prestação de Contas de Gestão	Manassés Pedrosa		Regulares com ressalva	26/03/2018
9.225/11	Prestação de Contas de Gestão	Itacir Todero		Regulares com ressalva	28/03/2018
9.861/13	Prestação de Contas de Gestão	Itacir Todero		Irregulares	28/03/2018

Total de processos: 70



TOMADA E PRESTAÇÃO DE CONTAS JULGADAS NO ÂMBITO ESTADUAL

Período: Janeiro a Março - 2018

Nº Processo	Espécie Processual	Relator(a)	Relator(a) Designado(a)	Situação	Data da Sessão	Votação	Documento
09047/2014-6	Prestação de Contas	Rholden Queiroz		Regulares com ressalva	15/01/2018	Unanimidade de votos	Acórdão
00891/1999-1	Prestação de contas	Valdomiro Távora		Regulares com ressalva	17/01/2018	Unanimidade de votos	Acórdão
03345/2004-9	Prestação de contas	Davi Barreto		Regulares com ressalva	17/01/2018	Unanimidade de votos	Acórdão
01875/1992-3	Prestação de contas	Davi Barreto		Arquivamento	17/01/2018	Majoria de votos	Acórdão
07020/2014-9	Tomada de contas especial	Paulo César de Souza		Arquivamento	22/01/2018	Unanimidade de votos	Acórdão
05107/2016-3	Prestação de contas	Rholden Queiroz		Regulares com ressalva	22/01/2018	Unanimidade de votos	Acórdão
03631/2017-6	Prestação de contas	Rholden Queiroz		Arquivamento	22/01/2018	Unanimidade de votos	Acórdão
02024/2011-4	Tomada de contas especial	Paulo César de Souza		Arquivamento	22/01/2018	Unanimidade de votos	Acórdão
01179/1995-4	Prestação de contas	Paulo César de Souza		Arquivamento	22/01/2018	Unanimidade de votos	Acórdão
04500/2017-7	Tomada de contas especial	Paulo César de Souza		Arquivamento	23/01/2018	Unanimidade de votos	Acórdão
05040/2011-6	Prestação de contas	Soraia Victor		Regulares com ressalva	24/01/2018	Unanimidade de votos	Acórdão
05112/2016-7	Prestação de contas	Rholden Queiroz		Regulares	05/02/2018	Unanimidade de votos	Acórdão
02811/1993-0	Prestação de contas	Paulo César de Souza		Arquivamento	06/02/2018	Unanimidade de votos	Acórdão
07630/2012-0	Tomada de contas especial	Rholden Queiroz		Arquivamento	19/02/2018	Unanimidade de votos	Acórdão
04031/2011-0	Prestação de contas	Patrícia Saboya		Regulares	19/02/2018	Unanimidade de votos	Acórdão



Nº Processo	Espécie Processual	Relator(a)	Relator(a) Designado(a)	Situação	Data da Sessão	Votação	Documento
05318/2015-9	Prestação de contas	Patrícia Saboya		Regulares com ressalva	19/02/2018	Unanimidade de votos	Acórdão
00904/2002-1	Prestação de contas	Patrícia Saboya		Arquivamento	19/02/2018	Unanimidade de votos	Acórdão
03091/1996-7	Prestação de contas	Patrícia Saboya		Arquivamento	19/02/2018	Unanimidade de votos	Acórdão
02088/1998-5	Prestação de contas	Patrícia Saboya		Arquivamento	19/02/2018	Unanimidade de votos	Acórdão
05497/2005-5	Tomada de contas especial	Rholden Queiroz		Outros	20/02/2018	Majoria de votos	Resolução
07907/2011-0	Tomada de contas especial	Paulo César de Souza		Regulares com ressalva	20/02/2018	Majoria de votos	Acórdão
03533/2004-0	Prestação de contas	Patrícia Saboya		Arquivamento	20/02/2018	Unanimidade de votos	Acórdão
00991/2003-7	Prestação de contas	Soraia Victor		Regulares com ressalva	21/02/2018	Unanimidade de votos	Acórdão
03147/1995-1	Prestação de contas	Valdomiro Távora		Arquivamento	21/02/2018	Unanimidade de votos	Acórdão
01834/1998-9	Prestação de contas	Soraia Victor		Arquivamento	21/02/2018	Unanimidade de votos	Acórdão
00929/1999-0	Prestação de contas	Soraia Victor		Regulares com ressalva	21/02/2018	Unanimidade de votos	Acórdão
03043/2010-6	Prestação de contas	Rholden Queiroz		Regulares com ressalva	26/02/2018	Unanimidade de votos	Acórdão
09071/2014-3	Prestação de Contas	Patrícia Saboya		Regulares com ressalva	26/02/2018	Unanimidade de votos	Acórdão
02308/1996-1	Prestação de contas	Valdomiro Távora		Arquivamento	27/02/2018	Majoria de votos	Acórdão
03055/2008-6	Prestação de contas	Itacir Todero		Regulares com ressalva	27/02/2018	Majoria de votos	Acórdão



Nº Processo	Espécie Processual	Relator(a)	Relator(a) Designado(a)	Situação	Data da Sessão	Votação	Documento
04118/1996-6	Prestação de contas	Paulo César de Souza		Arquivamento	27/02/2018	Unanimidade de votos	Acórdão
01756/1998-4	Prestação de contas	Soraia Victor		Arquivamento	27/02/2018	Maioria de votos	Acórdão
01594/2000-3	Prestação de contas	Valdomiro Távora		Arquivamento	28/02/2018	Maioria de votos	Acórdão
00828/2003-7	Prestação de contas	Patrícia Saway		Regulares com ressalva	05/03/2018	Unanimidade de votos	Acórdão
03632/2017-8	Prestação de contas	Rholden Queiroz		Arquivamento	05/03/2018	Unanimidade de votos	Acórdão
04473/2017-8	Tomada de contas especial	Paulo César de Souza		Arquivamento	06/03/2018	Unanimidade de votos	Acórdão
02419/2011-5	Tomada de contas especial	Soraia Victor	Valdomiro Távora	Arquivamento	07/03/2018	Maioria de votos	Acórdão
05754/2010-5	Tomada de contas especial	Itacir Todero		Arquivamento	07/03/2018	Unanimidade de votos	Acórdão
00009/2012-5	Tomada de contas especial	Itacir Todero		Arquivamento	07/03/2018	Unanimidade de votos	Acórdão
04441/2017-6	Tomada de contas especial	Soraia Victor	Valdomiro Távora	Arquivamento	07/03/2018	Maioria de votos	Acórdão
05737/2010-5	Tomada de contas especial	Itacir Todero		Arquivamento	07/03/2018	Unanimidade de votos	Acórdão
05728/2010-4	Tomada de contas especial	Soraia Victor	Valdomiro Távora	Arquivamento	07/03/2018	Maioria de votos	Acórdão
02005/2011-0	Tomada de contas especial	Soraia Victor	Davi Barreto	Arquivamento	07/03/2018	Maioria de votos	Acórdão
00006/2012-0	Tomada de contas especial	Soraia Victor	Davi Barreto	Arquivamento	07/03/2018	Maioria de votos	Acórdão
04930/2013-4	Prestação de contas	Rholden Queiroz		Regulares com ressalva	12/03/2018	Unanimidade de votos	Acórdão



Nº Processo	Espécie Processual	Relator(a)	Relator(a) Designado(a)	Situação	Data da Sessão	Votação	Documento
01941/2007-3	Prestação de contas	Valdomiro Távora		Regulares com ressalva	13/03/2018	Unanimidade de votos	Acórdão
00446/2001-1	Prestação de contas	Soraia Victor		Arquivamento	13/03/2018	Unanimidade de votos	Acórdão
03550/2008-5	Prestação de contas	Soraia Victor		Regulares com ressalva	14/03/2018	Unanimidade de votos	Acórdão
05729/2010-6	Tomada de contas especial	Valdomiro Távora		Arquivamento	21/03/2018	Maioria de votos	Acórdão
02027/2011-0	Tomada de contas especial	Valdomiro Távora		Arquivamento	21/03/2018	Maioria de votos	Acórdão
03402/2006-9	Prestação de contas	Soraia Victor		Regulares com ressalva	21/03/2018	Unanimidade de votos	Acórdão
05348/2015-7	Prestação de contas	Soraia Victor	Valdomiro Távora	Regulares com ressalva	21/03/2018	Maioria de votos	Acórdão
01304/2014-4	Tomada de contas especial	Soraia Victor		Regulares com ressalva	21/03/2018	Unanimidade de votos	Acórdão
02048/2011-7	Tomada de contas especial	Valdomiro Távora		Arquivamento	21/03/2018	Maioria de votos	Acórdão
05743/2010-0	Tomada de contas especial	Valdomiro Távora		Arquivamento	21/03/2018	Maioria de votos	Acórdão
12022/2014-5	Tomada de contas especial	Rholden Queiroz		Arquivamento	27/03/2018	Unanimidade de votos	Acórdão
05275/2015-6	Prestação de contas	Rholden Queiroz		Sobrestado	27/03/2018	Unanimidade de votos	Acórdão
02241/2001-4	Prestação de contas	Valdomiro Távora		Regulares com ressalva	28/03/2018	Unanimidade de votos	Acórdão

Total de processos: 58

TOMADA E PRESTAÇÃO DE CONTAS JULGADAS NO ÂMBITO DOS MUNICÍPIOS

Período: Janeiro a Março - 2018

Nº Processo	Espécie Processual	Relator(a)	Relator(a) Designado(a)	Situação	Data da Sessão
101.624/16	Prestação de Contas de Gestão	Manassés Pedrosa		Regulares	15/01/2018
102.621/14	Prestação de Contas de Gestão	Manassés Pedrosa		Irregulares	15/01/2018
103.943/15	Prestação de Contas de Gestão	Manassés Pedrosa		Regulares	15/01/2018
107.435/16	Prestação de Contas de Gestão	Rholden Queiroz		Regulares	15/01/2018
100.032/14	Prestação de Contas de Governo	Soraia Victor		Parecer Prévio pela aprovação	16/01/2018
100.154/15	Prestação de Contas de Governo	Rholden Queiroz		Parecer Prévio pela aprovação	16/01/2018
6.996/13	Prestação de Contas de Governo	Davi Barreto		Parecer Prévio pela desaprovação	16/01/2018
10.144/12	Prestação de Contas de Gestão	Valdomiro Távora		Regulares	17/01/2018
100.372/14	Prestação de Contas de Gestão	Valdomiro Távora		Irregulares	17/01/2018
100.467/15	Prestação de Contas de Gestão	Valdomiro Távora		Regulares com ressalva	17/01/2018
100.676/17	Prestação de Contas de Gestão	Itacir Todero		Regulares	17/01/2018
101.052/14	Prestação de Contas de Gestão	Itacir Todero		Regulares	17/01/2018
101.069/14	Prestação de Contas de Gestão	Itacir Todero		Regulares	17/01/2018
101.239/17	Prestação de Contas de Gestão	Itacir Todero		Regulares	17/01/2018
101.251/17	Prestação de Contas de Gestão	Itacir Todero		Regulares	17/01/2018
101.598/16	Prestação de Contas de Gestão	Itacir Todero		Regulares	17/01/2018



Nº Processo	Espécie Processual	Relator(a)	Relator(a) Designado(a)	Situação	Data da Sessão
101.718/15	Prestação de Contas de Gestão	Itacir Todero		Regulares	17/01/2018
102.771/17	Prestação de Contas de Gestão	Itacir Todero		Regulares	17/01/2018
104.338/14	Prestação de Contas de Gestão	Itacir Todero		Regulares	17/01/2018
104.342/14	Prestação de Contas de Gestão	Itacir Todero		Regulares	17/01/2018
104.992/17	Prestação de Contas de Gestão	Itacir Todero		Regulares	17/01/2018
104.993/17	Prestação de Contas de Gestão	Itacir Todero		Regulares	17/01/2018
105.589/16	Prestação de Contas de Gestão	Itacir Todero		Regulares	17/01/2018
12.749/13	Prestação de Contas de Gestão	Valdomiro Távora		Irregulares	17/01/2018
9.930/15	Tomada de Contas Especial	Valdomiro Távora		Regulares com ressalva	17/01/2018
100.652/14	Prestação de Contas de Gestão	Rholden Queiroz		Regulares	22/01/2018
102.384/14	Prestação de Contas de Gestão	Rholden Queiroz		Regulares	22/01/2018
106.760/16	Prestação de Contas de Gestão	Rholden Queiroz		Regulares	22/01/2018
106.887/16	Prestação de Contas de Gestão	Rholden Queiroz		Regulares	22/01/2018
106.950/16	Prestação de Contas de Gestão	Rholden Queiroz		Regulares	22/01/2018
100.464/14	Prestação de Contas de Gestão	Itacir Todero		Regulares	24/01/2018
100.705/14	Prestação de Contas de Gestão	Itacir Todero		Regulares	24/01/2018



Nº Processo	Espécie Processual	Relator(a)	Relator(a) Designado(a)	Situação	Data da Sessão
100.977/14	Prestação de Contas de Gestão	Itacir Todero		Regulares	24/01/2018
101.165/14	Prestação de Contas de Gestão	Itacir Todero		Regulares	24/01/2018
101.187/16	Prestação de Contas de Gestão	Fernando Uchôa		Regulares	24/01/2018
101.346/14	Prestação de Contas de Gestão	Itacir Todero		Regulares	24/01/2018
101.519/14	Prestação de Contas de Gestão	Itacir Todero		Regulares	24/01/2018
102.442/17	Prestação de Contas de Gestão	Fernando Uchôa		Regulares	24/01/2018
102.516/17	Prestação de Contas de Gestão	Itacir Todero		Regulares	24/01/2018
102.690/14	Prestação de Contas de Gestão	Itacir Todero		Regulares	24/01/2018
102.722/15	Prestação de Contas de Gestão	Itacir Todero		Regulares	24/01/2018
104.869/17	Prestação de Contas de Gestão	Fernando Uchôa		Regulares	24/01/2018
9.730/13	Prestação de Contas de Gestão	David Santos Matos		Regulares com ressalva	24/01/2018
100.379/17	Prestação de Contas de Gestão	Manassés Pedrosa		Regulares	29/01/2018
101.190/16	Prestação de Contas de Gestão	Manassés Pedrosa		Regulares	29/01/2018
9.244/13	Prestação de Contas de Gestão	Patrícia Saboya		Regulares com ressalva	29/01/2018
102.826/16	Prestação de Contas de Gestão	Manassés Pedrosa		Regulares	05/02/2018
104.599/17	Prestação de Contas de Gestão	Manassés Pedrosa		Regulares	05/02/2018



Nº Processo	Espécie Processual	Relator(a)	Relator(a) Designado(a)	Situação	Data da Sessão
104.955/17	Prestação de Contas de Gestão	Manassés Pedrosa		Regulares	05/02/2018
105.698/16	Prestação de Contas de Gestão	Manassés Pedrosa		Regulares	05/02/2018
10.007/13	Prestação de Contas de Gestão	Valdomiro Távora		Irregulares	07/02/2018
10.030/13	Prestação de Contas de Gestão	Valdomiro Távora		Irregulares	07/02/2018
100.358/15	Prestação de Contas de Gestão	Itacir Todero		Regulares com ressalva	07/02/2018
100.359/15	Prestação de Contas de Gestão	Itacir Todero		Regulares com ressalva	07/02/2018
100.682/16	Tomada de Contas Especial	Itacir Todero		Regulares com ressalva	07/02/2018
100.695/15	Prestação de Contas de Gestão	Fernando Uchôa		Regulares	07/02/2018
101.546/14	Prestação de Contas de Gestão	Fernando Uchôa		Regulares	07/02/2018
102.266/14	Prestação de Contas de Gestão	Itacir Todero		Regulares com ressalva	07/02/2018
102.905/14	Prestação de Contas de Gestão	Itacir Todero		Regulares	07/02/2018
102.935/14	Prestação de Contas de Gestão	Itacir Todero		Regulares com ressalva	07/02/2018
103.809/16	Prestação de Contas de Gestão	Itacir Todero		Regulares com ressalva	07/02/2018
104.239/16	Prestação de Contas de Gestão	Itacir Todero		Regulares com ressalva	07/02/2018
104.301/14	Prestação de Contas de Gestão	Itacir Todero		Regulares com ressalva	07/02/2018
11.877/12	Prestação de Contas de Gestão	Valdomiro Távora		Regulares com ressalva	07/02/2018



Nº Processo	Espécie Processual	Relator(a)	Relator(a) Designado(a)	Situação	Data da Sessão
7.831/15	Tomada de Contas Especial	Fernando Uchôa		Irregulares	07/02/2018
100.543/15	Prestação de Contas de Gestão	Patrícia Saboya		Regulares	19/02/2018
100.792/15	Prestação de Contas de Gestão	Patrícia Saboya		Regulares com ressalva	19/02/2018
100.904/15	Prestação de Contas de Gestão	Patrícia Saboya		Regulares	19/02/2018
100.958/17	Prestação de Contas de Gestão	Manassés Pedrosa		Regulares	19/02/2018
100.986/17	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares	19/02/2018
100.987/15	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares	19/02/2018
101.005/17	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares	19/02/2018
101.272/14	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares	19/02/2018
101.365/17	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares	19/02/2018
101.512/16	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares	19/02/2018
101.594/16	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares	19/02/2018
101.906/17	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares	19/02/2018
102.113/15	Prestação de Contas de Gestão	Patrícia Saboya		Regulares	19/02/2018
102.382/17	Prestação de Contas de Gestão	Manassés Pedrosa		Regulares	19/02/2018
102.657/14	Prestação de Contas de Gestão	Manassés Pedrosa		Regulares	19/02/2018



Nº Processo	Espécie Processual	Relator(a)	Relator(a) Designado(a)	Situação	Data da Sessão
102.671/15	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares	19/02/2018
102.922/14	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares	19/02/2018
103.074/17	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares	19/02/2018
104.133/14	Prestação de Contas de Gestão	Patrícia Saboya		Regulares	19/02/2018
104.390/14	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares	19/02/2018
104.785/17	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares	19/02/2018
104.786/17	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares	19/02/2018
104.921/17	Prestação de Contas de Gestão	Manassés Pedrosa		Regulares	19/02/2018
105.428/16	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares	19/02/2018
105.629/16	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares	19/02/2018
105.905/16	Prestação de Contas de Gestão	Manassés Pedrosa		Regulares	19/02/2018
106.276/16	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares	19/02/2018
13.284/13	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares com ressalva	19/02/2018
17.962/14	Tomada de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares com ressalva	19/02/2018
9.090/13	Prestação de Contas de Gestão	Patrícia Saboya		Irregulares	19/02/2018
9.609/13	Prestação de Contas de Gestão	Patrícia Saboya		Irregulares	19/02/2018



Nº Processo	Espécie Processual	Relator(a)	Relator(a) Designado(a)	Situação	Data da Sessão
7.428/12	Prestação de Contas de Governo	Patrícia Saboya		Parecer Prévio pela desaprovação	20/02/2018
7.591/12	Prestação de Contas de Governo	Alexandre Figueiredo		Parecer Prévio pela desaprovação	20/02/2018
100.802/14	Prestação de Contas de Gestão	Alexandre Figueiredo		Regulares	21/02/2018
101.167/14	Prestação de Contas de Gestão	Itacir Todero		Regulares	21/02/2018
101.222/16	Prestação de Contas de Gestão	Alexandre Figueiredo		Regulares	21/02/2018
101.258/16	Prestação de Contas de Gestão	Alexandre Figueiredo		Regulares	21/02/2018
101.333/17	Prestação de Contas de Gestão	Alexandre Figueiredo		Regulares	21/02/2018
101.515/17	Prestação de Contas de Gestão	Alexandre Figueiredo		Regulares	21/02/2018
101.535/17	Prestação de Contas de Gestão	Alexandre Figueiredo		Regulares	21/02/2018
101.774/15	Prestação de Contas de Gestão	Alexandre Figueiredo		Regulares	21/02/2018
101.793/14	Prestação de Contas de Gestão	Alexandre Figueiredo		Regulares	21/02/2018
101.892/14	Prestação de Contas de Gestão	Alexandre Figueiredo		Regulares	21/02/2018
102.417/14	Prestação de Contas de Gestão	Alexandre Figueiredo		Regulares	21/02/2018
102.889/17	Prestação de Contas de Gestão	Alexandre Figueiredo		Regulares	21/02/2018
102.892/17	Prestação de Contas de Gestão	Alexandre Figueiredo		Regulares	21/02/2018
102.898/17	Prestação de Contas de Gestão	Alexandre Figueiredo		Regulares	21/02/2018



Nº Processo	Espécie Processual	Relator(a)	Relator(a) Designado(a)	Situação	Data da Sessão
103.054/17	Prestação de Contas de Gestão	Alexandre Figueiredo		Regulares	21/02/2018
103.066/17	Prestação de Contas de Gestão	Alexandre Figueiredo		Regulares	21/02/2018
103.130/17	Prestação de Contas de Gestão	Alexandre Figueiredo		Regulares	21/02/2018
103.819/16	Prestação de Contas de Gestão	Alexandre Figueiredo		Regulares	21/02/2018
103.906/14	Prestação de Contas de Gestão	Alexandre Figueiredo		Regulares	21/02/2018
104.441/15	Prestação de Contas de Gestão	Alexandre Figueiredo		Regulares	21/02/2018
104.633/16	Prestação de Contas de Gestão	Alexandre Figueiredo		Regulares	21/02/2018
104.651/17	Prestação de Contas de Gestão	Alexandre Figueiredo		Regulares	21/02/2018
105.308/16	Prestação de Contas de Gestão	Alexandre Figueiredo		Regulares	21/02/2018
105.596/17	Prestação de Contas de Gestão	Alexandre Figueiredo		Regulares	21/02/2018
105.614/16	Prestação de Contas de Gestão	Alexandre Figueiredo		Regulares	21/02/2018
105.646/16	Prestação de Contas de Gestão	Alexandre Figueiredo		Regulares	21/02/2018
105.721/16	Prestação de Contas de Gestão	Alexandre Figueiredo		Regulares	21/02/2018
106.039/16	Prestação de Contas de Gestão	Alexandre Figueiredo		Regulares	21/02/2018
106.293/16	Prestação de Contas de Gestão	Alexandre Figueiredo		Regulares	21/02/2018
13.840/13	Prestação de Contas de Gestão	Alexandre Figueiredo		Regulares	21/02/2018



Nº Processo	Espécie Processual	Relator(a)	Relator(a) Designado(a)	Situação	Data da Sessão
100.147/17	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares com ressalva	26/02/2018
100.491/15	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Irregulares	26/02/2018
100.521/14	Prestação de Contas de Gestão	Manassés Pedrosa		Regulares	26/02/2018
101.684/16	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares com ressalva	26/02/2018
102.241/14	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares com ressalva	26/02/2018
102.311/15	Prestação de Contas de Gestão	Manassés Pedrosa		Regulares	26/02/2018
102.558/16	Prestação de Contas de Gestão	Manassés Pedrosa		Regulares com ressalva	26/02/2018
102.957/14	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares com ressalva	26/02/2018
103.029/14	Prestação de Contas de Gestão	Patrícia Saboya		Regulares com ressalva	26/02/2018
103.810/16	Prestação de Contas de Gestão	Manassés Pedrosa		Regulares	26/02/2018
104.155/14	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares com ressalva	26/02/2018
104.424/16	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares com ressalva	26/02/2018
105.820/16	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares com ressalva	26/02/2018
107.348/16	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares com ressalva	26/02/2018
27.465/14	Tomada de Contas Especial	Manassés Pedrosa		Regulares	26/02/2018
9.478/13	Prestação de Contas de Governo	Alexandre Figueiredo		Parecer Prévio pela desaprovação	27/02/2018



Nº Processo	Espécie Processual	Relator(a)	Relator(a) Designado(a)	Situação	Data da Sessão
10.004/13	Prestação de Contas de Gestão	Itacir Todero		Regulares com ressalva	28/02/2018
101.920/16	Prestação de Contas de Gestão	Alexandre Figueiredo		Irregulares	28/02/2018
102.285/14	Prestação de Contas de Gestão	Valdomiro Távora		Irregulares	28/02/2018
102.298/14	Prestação de Contas de Gestão	Fernando Uchôa		Regulares	28/02/2018
104.173/15	Tomada de Contas Especial	Alexandre Figueiredo		Irregulares	28/02/2018
105.406/16	Prestação de Contas de Gestão	Valdomiro Távora		Regulares com ressalva	28/02/2018
105.528/16	Tomada de Contas Especial	Alexandre Figueiredo		Irregulares	28/02/2018
105.739/16	Prestação de Contas de Gestão	Alexandre Figueiredo		Regulares com ressalva	28/02/2018
106.002/16	Prestação de Contas de Gestão	Valdomiro Távora		Regulares com ressalva	28/02/2018
106.434/16	Tomada de Contas Especial	Alexandre Figueiredo		Regulares com ressalva	28/02/2018
106.844/16	Tomada de Contas Especial	Alexandre Figueiredo		Irregulares	28/02/2018
107.165/16	Tomada de Contas Especial	Alexandre Figueiredo		Irregulares	28/02/2018
14.663/17	Tomada de Contas Especial	Valdomiro Távora		Irregulares	28/02/2018
7.948/13	Prestação de Contas de Gestão	Itacir Todero		Irregulares	28/02/2018
8.694/13	Prestação de Contas de Gestão	Itacir Todero		Irregulares	28/02/2018
9.569/13	Prestação de Contas de Gestão	Fernando Uchôa		Irregulares	28/02/2018



Nº Processo	Espécie Processual	Relator(a)	Relator(a) Designado(a)	Situação	Data da Sessão
100.074/15	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares	05/03/2018
100.466/16	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares com ressalva	05/03/2018
100.483/15	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares	05/03/2018
100.502/15	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares	05/03/2018
100.549/14	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares	05/03/2018
100.573/14	Prestação de Contas de Gestão	Manassés Pedrosa		Regulares	05/03/2018
100.981/15	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares com ressalva	05/03/2018
101.207/15	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares com ressalva	05/03/2018
101.267/15	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares com ressalva	05/03/2018
101.860/14	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares com ressalva	05/03/2018
101.872/17	Prestação de Contas de Gestão	Davi Barreto		Regulares	05/03/2018
102.032/14	Prestação de Contas de Gestão	Manassés Pedrosa		Regulares	05/03/2018
102.120/14	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares	05/03/2018
102.265/14	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares	05/03/2018
102.277/16	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares	05/03/2018
102.520/14	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares	05/03/2018



Nº Processo	Espécie Processual	Relator(a)	Relator(a) Designado(a)	Situação	Data da Sessão
102.569/14	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares	05/03/2018
102.799/17	Prestação de Contas de Gestão	Manassés Pedrosa		Regulares	05/03/2018
103.465/16	Prestação de Contas de Gestão	Manassés Pedrosa		Regulares com ressalva	05/03/2018
104.333/16	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares	05/03/2018
104.345/16	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares com ressalva	05/03/2018
104.431/16	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares	05/03/2018
106.255/16	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares	05/03/2018
107.288/16	Prestação de Contas de Gestão	Davi Barreto		Regulares	05/03/2018
100.373/15	Prestação de Contas de Gestão	Itacir Todero		Irregulares	07/03/2018
101.703/15	Prestação de Contas de Gestão	Valdomiro Távora		Regulares com ressalva	07/03/2018
104.146/16	Tomada de Contas Especial	Soraia Víctor		Regulares com ressalva	07/03/2018
24.898/14	Tomada de Contas Especial	Itacir Todero		Regulares	07/03/2018
100.100/15	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares	12/03/2018
100.613/16	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares	12/03/2018
100.656/14	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares	12/03/2018
100.804/16	Prestação de Contas de Gestão	Manassés Pedrosa		Regulares	12/03/2018



Nº Processo	Espécie Processual	Relator(a)	Relator(a) Designado(a)	Situação	Data da Sessão
101.371/14	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares	12/03/2018
101.427/16	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares	12/03/2018
101.622/17	Prestação de Contas de Gestão	Manassés Pedrosa		Regulares	12/03/2018
101.707/16	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares	12/03/2018
101.908/14	Prestação de Contas de Gestão	Manassés Pedrosa		Regulares com ressalva	12/03/2018
101.991/15	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares	12/03/2018
102.123/14	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares	12/03/2018
102.128/14	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares	12/03/2018
102.149/14	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares	12/03/2018
102.216/16	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares	12/03/2018
102.226/15	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares	12/03/2018
102.250/16	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares	12/03/2018
102.539/15	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares	12/03/2018
102.571/16	Prestação de Contas de Gestão	Manassés Pedrosa		Regulares com ressalva	12/03/2018
102.620/14	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares	12/03/2018
103.655/15	Prestação de Contas de Gestão	Manassés Pedrosa		Regulares	12/03/2018



Nº Processo	Espécie Processual	Relator(a)	Relator(a) Designado(a)	Situação	Data da Sessão
104.152/14	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares	12/03/2018
104.216/16	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares	12/03/2018
104.415/16	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares	12/03/2018
105.676/16	Prestação de Contas de Gestão	Ernesto Saboia		Regulares	12/03/2018
107.012/16	Prestação de Contas de Gestão	Manassés Pedrosa		Regulares	12/03/2018
9.522/13	Prestação de Contas de Gestão	Patrícia Saboya		Regulares com ressalva	12/03/2018
100.014/14	Prestação de Contas de Governo	Valdomiro Távora		Parecer Prévio pela aprovação	13/03/2018
100.047/14	Prestação de Contas de Governo	Valdomiro Távora		Parecer Prévio pela aprovação	13/03/2018
7.546/13	Prestação de Contas de Governo	Patrícia Saboya		Parecer Prévio pela desaprovação	13/03/2018
10.944/13	Prestação de Contas de Gestão	David Santos Matos		Irregulares	14/03/2018
100.654/17	Prestação de Contas de Gestão	Valdomiro Távora		Regulares	14/03/2018
101.235/17	Prestação de Contas de Gestão	Valdomiro Távora		Regulares	14/03/2018
101.356/17	Prestação de Contas de Gestão	Valdomiro Távora		Regulares	14/03/2018
101.438/17	Prestação de Contas de Gestão	Valdomiro Távora		Regulares	14/03/2018
102.413/14	Prestação de Contas de Gestão	Soraia Vítor		Regulares	14/03/2018
103.058/15	Prestação de Contas de Gestão	Valdomiro Távora		Regulares	14/03/2018



Nº Processo	Espécie Processual	Relator(a)	Relator(a) Designado(a)	Situação	Data da Sessão
103.336/15	Prestação de Contas de Gestão	Soraia Victor		Regulares	14/03/2018
104.490/16	Prestação de Contas de Gestão	Valdomiro Távora		Regulares com ressalva	14/03/2018
105.312/16	Prestação de Contas de Gestão	Valdomiro Távora		Regulares	14/03/2018
106.162/16	Prestação de Contas de Gestão	Valdomiro Távora		Regulares	14/03/2018
19.866/12	Prestação de Contas de Gestão	Soraia Victor		Irregulares	14/03/2018
3.263/15	Tomada de Contas de Gestão	David Santos Matos		Irregulares	14/03/2018
8.757/15	Tomada de Contas de Gestão	David Santos Matos		Irregulares	14/03/2018
100.095/14	Prestação de Contas de Governo	Rholden Queiroz		Parecer Prévio pela aprovação	20/03/2018
7.212/11	Prestação de Contas de Governo	David Santos Matos		Parecer Prévio pela desaprovação	20/03/2018
1.712/16	Tomada de Contas Especial	Alexandre Figueiredo		Irregulares	21/03/2018
100.586/14	Prestação de Contas de Gestão	Valdomiro Távora		Regulares	21/03/2018
100.636/16	Prestação de Contas de Gestão	Alexandre Figueiredo		Irregulares	21/03/2018
100.950/14	Prestação de Contas de Gestão	Alexandre Figueiredo		Regulares	21/03/2018
101.294/17	Prestação de Contas de Gestão	Alexandre Figueiredo		Regulares	21/03/2018
101.347/15	Prestação de Contas de Gestão	Alexandre Figueiredo		Regulares	21/03/2018
101.894/14	Prestação de Contas de Gestão	Fernando Uchôa		Regulares com ressalva	21/03/2018



Nº Processo	Espécie Processual	Relator(a)	Relator(a) Designado(a)	Situação	Data da Sessão
101.948/14	Prestação de Contas de Gestão	Valdomiro Távora		Regulares	21/03/2018
102.236/16	Prestação de Contas de Gestão	Alexandre Figueiredo		Regulares	21/03/2018
102.528/14	Prestação de Contas de Gestão	Alexandre Figueiredo		Irregulares	21/03/2018
102.564/15	Prestação de Contas de Gestão	Alexandre Figueiredo		Regulares	21/03/2018
102.882/17	Prestação de Contas de Gestão	Alexandre Figueiredo		Regulares	21/03/2018
102.941/16	Prestação de Contas de Gestão	Alexandre Figueiredo		Regulares	21/03/2018
103.931/16	Prestação de Contas de Gestão	Alexandre Figueiredo		Regulares	21/03/2018
104.631/16	Prestação de Contas de Gestão	Alexandre Figueiredo		Regulares	21/03/2018
105.265/16	Prestação de Contas de Gestão	Alexandre Figueiredo		Regulares	21/03/2018
105.718/16	Prestação de Contas de Gestão	Alexandre Figueiredo		Regulares	21/03/2018
105.890/16	Prestação de Contas de Gestão	Alexandre Figueiredo		Regulares	21/03/2018
105.970/16	Prestação de Contas de Gestão	Alexandre Figueiredo		Regulares	21/03/2018
106.205/16	Prestação de Contas de Gestão	Valdomiro Távora		Regulares	21/03/2018
5.149/16	Tomada de Contas Especial	Alexandre Figueiredo		Arquivamento	21/03/2018
9.582/13	Prestação de Contas de Gestão	Fernando Uchôa		Irregulares	21/03/2018
100.171/17	Prestação de Contas de Gestão	Paulo César		Regulares	26/03/2018

Nº Processo	Espécie Processual	Relator(a)	Relator(a) Designado(a)	Situação	Data da Sessão
100.691/14	Prestação de Contas de Gestão	Manassés Pedrosa		Regulares	26/03/2018
101.192/16	Prestação de Contas de Gestão	Manassés Pedrosa		Regulares	26/03/2018
101.269/16	Prestação de Contas de Gestão	Manassés Pedrosa		Regulares com ressalva	26/03/2018
101.663/14	Prestação de Contas de Gestão	Manassés Pedrosa		Regulares	26/03/2018
102.013/15	Prestação de Contas de Gestão	Davi Barreto		Regulares	26/03/2018
102.668/14	Prestação de Contas de Gestão	Manassés Pedrosa		Regulares com ressalva	26/03/2018
102.762/14	Prestação de Contas de Gestão	Davi Barreto		Regulares	26/03/2018
102.764/14	Prestação de Contas de Gestão	Davi Barreto		Regulares	26/03/2018
102.869/15	Prestação de Contas de Gestão	Manassés Pedrosa		Regulares	26/03/2018
104.250/16	Prestação de Contas de Gestão	Manassés Pedrosa		Regulares	26/03/2018
107.184/16	Prestação de Contas de Gestão	Manassés Pedrosa		Regulares com ressalva	26/03/2018
100.157/15	Prestação de Contas de Governo	Itacir Todero		Parecer Prévio pela aprovação	27/03/2018
100.389/16	Prestação de Contas de Governo	Itacir Todero		Parecer Prévio pela desaprovação	27/03/2018
6.908/13	Prestação de Contas de Governo	Itacir Todero		Irregulares	27/03/2018
100.664/17	Prestação de Contas de Gestão	Valdomiro Távora		Regulares	28/03/2018
100.737/17	Prestação de Contas de Gestão	Valdomiro Távora		Regulares	28/03/2018



Nº Processo	Espécie Processual	Relator(a)	Relator(a) Designado(a)	Situação	Data da Sessão
100.826/15	Prestação de Contas de Gestão	Soraia Vítor		Regulares	28/03/2018
101.233/17	Prestação de Contas de Gestão	Valdomiro Távora		Regulares	28/03/2018
101.281/17	Prestação de Contas de Gestão	Valdomiro Távora		Regulares	28/03/2018
101.441/17	Prestação de Contas de Gestão	Valdomiro Távora		Regulares	28/03/2018
101.475/17	Prestação de Contas de Gestão	Valdomiro Távora		Regulares	28/03/2018
101.543/17	Prestação de Contas de Gestão	Valdomiro Távora		Regulares	28/03/2018
101.702/17	Prestação de Contas de Gestão	Valdomiro Távora		Regulares	28/03/2018
101.716/17	Prestação de Contas de Gestão	Valdomiro Távora		Regulares	28/03/2018
101.975/14	Prestação de Contas de Gestão	Valdomiro Távora		Regulares	28/03/2018
103.999/16	Prestação de Contas de Gestão	Valdomiro Távora		Regulares	28/03/2018
105.087/17	Prestação de Contas de Gestão	Valdomiro Távora		Regulares	28/03/2018
105.790/16	Prestação de Contas de Gestão	Valdomiro Távora		Regulares	28/03/2018
107.047/16	Prestação de Contas de Gestão	Valdomiro Távora		Regulares	28/03/2018
107.092/16	Prestação de Contas de Gestão	Valdomiro Távora		Regulares	26/03/2018
11.013/15	Tomada de Contas Especial	Itacir Todero		Regulares com ressalva	28/03/2018



Nº Processo	Espécie Processual	Relator(a)	Relator(a) Designado(a)	Situação	Data da Sessão
18.823/13	Prestação de Contas de Gestão	Itacir Todero		Regulares com ressalva	28/03/2018
9.225/11	Prestação de Contas de Gestão	Itacir Todero		Regulares com ressalva	28/03/2018
9.861/13	Prestação de Contas de Gestão	Itacir Todero		Irregulares	28/03/2018

Total de processos: 290





A imagem foi uma das premiadas na VI Mostra de Talentos – Modalidade Fotografia, com o tema “Arquitetura do Ceará – Linhas e Formas”, realizada pela Assessoria de Comunicação Social, em 2017.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ
Rua Sena Madureira, 1047
CEP 60055-080 - Centro - Fortaleza - Ceará
(085) 3488.5900
www.tce.ce.gov.br